



# O Ideário Patrimonial

Apontamento  
para um Enquadramento Histórico  
e Cultural da *Casa Júlio de Castilho*



*Vade-mécum\_ Série Monográfica*

N. 1 // novembro 2015 // Instituto Politécnico de Tomar

# APONTAMENTO PARA UM ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E CULTURAL DA CASA JÚLIO CASTILHO

Vera Maria da Silva

Nota introdutória de Vítor Serrão



LARGO DA DUQUEZA, NO LUMIAR

No último plano vê-se a casa onde morou e morreu o autor da *Lisboa Antiga*  
*Aquarela de Júlio de Castilho, oferecida por êle ao Dr. Miguel Trancoso*

Lisboa, Agosto de 2014



O Ideário  
Patrimonial

[www.cph.ipt.pt](http://www.cph.ipt.pt)

*Vade-mécum* N. 1 // novembro 2015 // Instituto Politécnico de Tomar

**PROPRIETÁRIO**

Centro de Pré-História, Instituto Politécnico de Tomar  
Edifício M - Campus da Quinta do Contador, Estrada da Serra, 2300-313 Tomar  
NIPC 503 767 549

**DIRETORA**

Ana Pinto da Cruz

**DESIGN GRÁFICO**

Gabinete de Comunicação e Imagem  
Instituto Politécnico de Tomar

**EDIÇÃO**

Ana Cruz, Centro de Pré-História

ISSN 2183-1394

ISBN 978-972-9473-87-6

ANOTADA NA ERC

# Índice

APONTAMENTO PARA UM ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E CULTURAL DA CASA JÚLIO CASTILHO.....	3
VERA MARIA DA SILVA	
NOTA INTRODUTÓRIA .....	7
VÍTOR SERRÃO	
1. OBJECTIVO E ABORDAGEM .....	13
2. ELEMENTOS IDENTIFICADORES DO IMÓVEL CASA JÚLIO DE CASTILHO .....	15
2.1. CASA LUZ SORIANO .....	16
3. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO .....	17
3.1. AS RAÍZES NO TEMPO .....	17
3.2. A ÁGUA, UMA PRESENÇA MODELADORA DO ESPAÇO ECONÓMICO E SOCIAL DO LUMIAR .....	18
3.3. O LUMIAR, UMA FREGUESIA RICA EM HISTÓRIA E EM VIVÊNCIAS CULTURAIS .....	20
3.3.1. A QUINTA DO MONTEIRO-MOR.....	29
4. QUINTAS, QUINTAS E MAIS QUINTAS: PAÇO DO LUMIAR, SÍTIO DE MODA NOS SÉCULOS XVIII E XIX .....	31
5. A CASA JÚLIO DE CASTILHO, UM PATRIMÓNIO NUM ENTORNO CULTURAL .....	39
5.1. ACADEMIA MUSICAL 1 DE JULHO DE 1893 .....	39
5.2. ASILO DA INFÂNCIA DESVALIDA E DOS POBRES DO LUMIAR / CENTRO POPULAR DO LUMIAR .....	41
5.3. SOCIEDADE INSTRUÇÃO E BENEFICÊNCIA JOSÉ ESTÊVÃO.....	42
5.4. DESTAQUE DE FIGURAS INCONTORNÁVEIS ASSOCIADAS À CASA JÚLIO DE CASTILHO: ANTÓNIO DE CASTILHO; JÚLIO DE CASTILHO; LUZ SORIANO .....	43
6. DE NOVO A MODA DE FORA DE PORTAS, APESAR DAS DESFIGURAÇÕES RECENTES.....	46
6.1. UM ÉDEN MACULADO .....	47
7. SITUAÇÃO ACTUAL DA CASA JÚLIO DE CASTILHO .....	51
8. CONCEITOS ENQUADRADORES DA PROPOSTA DE REABILITAÇÃO DA CASA JÚLIO DE CASTILHO.....	53
ANEXO ANOTADO DE FIGURAS .....	57
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	196
TESTEMUNHOS .....	197
BIBLIOGRAFIA .....	197
DOCUMENTOS ELETRÓNICOS .....	198
REFERÊNCIAS DAS ILUSTRAÇÕES.....	202
POSFÁCIO .....	214



## NOTA INTRODUTÓRIA

## Nota Introdutória

Num recente ensaio que escrevi sobre o estado do património construído, e sobre o modo como convivemos e nos confrontamos com a degradação inevitável que o vai depauperando<sup>1</sup>, foram lembradas as sábias palavras de Orlando Ribeiro, que em 1945 escreveu o seguinte: «Afigura-se-me que há duas formas de olhar para as rápidas transformações por que o mundo passa. Muitos vêem sobretudo o que muda, outros procuram surpreender o que, a despeito delas, permanece»<sup>2</sup>. Vendo o património doméstico que se degrada no Paço do Lumiar, estas palavras têm máxima actualidade. Lidamos todos os dias com tal evidência, em dimensão de nostálgico desconforto, e esquecemos muitas vezes que é sempre possível travar o abandono, que existem modos de agir para se inverter o estado de ruína travar e assumir a recuperação dos bens patrimoniais, e que tal tipo de intervenção é um imperativo da cidadania.

Vem tudo isto a propósito de uma célebre casa em ruínas que se ergue no pulmão histórico do bairro do Lumiar e que nos habituámos a admirar de longe, entaipada e com as suas estruturas a desfazerem-se, e a lamentar o seu estado quase como uma perda irreversível, tal o estado de degradação que foi atingindo... Trata-se da casa que pertenceu ao grande olisipógrafo Júlio de Castilho (1840-1919), onde morou e produziu algumas das suas obras de referência, e que resiste ainda na plenitude da sua dignidade mas num estado tal de abandono que, desde há muito, só podia mesmo ser considerada como mais uma ruína condenada a perecer na voragem dos tempos, ao sabor dos interesses imobiliários e do crescimento desenfreado da cidade.

Apesar de adquirida desde há muito pela Câmara Municipal de Lisboa, e de estar classificada como valor patrimonial (mostrando mesmo uma lápide em memória do ilustre escritor que nela habitou), a casa só podia mesmo aguardar, num silêncio sem remissão, o seu triste destino. Parece que não vai ser assim e tudo aponta para que, neste caso, o espaço de intervenção e salvaguarda que se abriu com o projecto do Arquitecto Jorge Bonifácio seja, esse sim, irreversível no sentido de travar o desaparecimento e reabilitar o imóvel em fidelidade ao contexto urbanístico do Lumiar às suas formas intrínsecas de espacialidade vernacular.

Aliás, nunca há que esquecer que, como salientou Pierre Nora em referência aos bens identitários construídos que nos envolvem -- como é o caso desta singular casa do Lumiar -- se trata daquilo que chama *lugares com memória*, entendendo-se a dimensão memorial nas suas componentes materiais, simbólicas e funcionais, que entre si coexistem, se irmanam e reforçam os seus sentidos plurais de encantamento<sup>3</sup>. Na realidade, se é certo que todas as construções arquitectónicas de cariz doméstico, que são, muitas delas, obras de arte, definham, envelhecem e tendem a desaparecer, não é menos verdade que o reconhecimento das suas valências pode permitir, por parte da comunidade, alerta de salvaguarda, condições de restauro, vontade política e medidas cautelares de preservação e reutilização.

Eis que um estudo monográfico sobre as suas valências e memórias, da autoria da bibliotecária e historiadora Vera Maria da Silva, acompanhando a nova situação de um projecto que, como disse acima, vem reverter a situação de ruína inexorável, permite assegurar essa nova dimensão de permanência com que a casa oitocentista pode ser, a partir de agora, envolvida.

---

<sup>1</sup> Vitor Serrão, «Portugal em Ruínas – uma história cripto-artística do património construído», in *Portugal em Ruínas*, fotografias de Gastão de Brito e Silva, ed. Fundação Francisco Manuel dos Santos, Coleção *Retratos*, Lisboa, 2014, pp. 7-47.

<sup>2</sup> Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra Editora, 1945, introdução.

<sup>3</sup> Pierre Nora, *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, trad. in *Projecto História*, nº 10, 1993.

O estudo de Vera Silva, intitulado *Apontamentos para um enquadramento histórico e cultural da Casa Júlio de Castilho*, traz à luz, com solidez metodológica e sensibilidade de interpretação da ruína, as valências de uma construção solarenga com origens em meados ou no final do século XVIII, como defende José Meco, e que se encontra bem integrada, pese o grau de desolação que atingiu, no conjunto urbanístico do Paço do Lumiar, do qual não pode, aliás, ser dissociado.

A base iconográfica com que Vera Silva alicerça o seu trabalho é extensa e bem documentada, recorrendo às fontes imagéticas disponíveis e enquadrando, assim, a casa Júlio de Castilho no notabilíssimo contexto do Lumiar, o espaço em que foi implantada e que impõe sempre uma leitura de conjunto com o seu fio de coerências históricas, físicas e afectivas – o Lumiar está cheio desses fios micro-históricos, merecedores da maior atenção como sedimento da sua identidade secular<sup>4</sup>. Lamenta-se, entretanto, o total desconhecimento, por míngua de documentação, sobre o autor do projecto, cerca de 1750 (ou pouco antes), e as circunstâncias precisas da construção da casa e das reformas e adaptações que sofreu, em tempo do olisipógrafo.

Já no início do século passado, num livro com intuitos de salvaguarda patrimonial chamado *De Bemfica à Quinta do Correio-Mor*, o historiador Gabriel Pereira assumia uma leitura de conjunto desse espaço, que se estendia com coerência até ao núcleo de Carnide, antes do acelerado crescimento urbanístico que depauperou essa zona especialmente sensível<sup>5</sup>. A casa chamada de Júlio de Castilho ergue-se, não longe do Museu do Traje, da Quinta do Monteiro-Mor, do palacete dos Angeja-Tancos, do casario solarengo do Paço, da casa Luz Soriano, da sede da Academia Musical 1 de Julho de 1893, e da imponente estrutura maneirista da igreja matriz dedicada a São João Baptista, formando com todos estes e outros elementos físicos um conjunto bem articulado e cheio de personalidade, que se impõe salvar no seu conjunto e que só faz mesmo *sentido estético* se avaliado na sua unidade arquitectónica, urbanística e funcional.

A casa situa-se, pois, num sítio particularmente benfazejo, que no século XVIII era de moda no termo de Lisboa e que no século XIX acrescentou um fâcies romântico às suas fachadas e envoltórias, sem perder memória secular da sua importância e aditando vida associativa e filantrópica que em certos momentos foi relevante. A igreja, de origem quinhentista na sua estrutura arquitectónica em ‘estilo chão’, mostra o recheio valioso de azulejaria, talha dourada e brutesco decorativo e o testemunho artístico de uma campanha pedrina, de tónus barroco, em que um grande artista de corte, António de Oliveira Bernardes, teve papel de destaque. Voltando à casa que é tema e pretexto da análise de Vera Silva, mais se pode dizer que se situa na Rua Pena Monteiro e na confluência do Chafariz do Boneco (peça neoclássica de 1855, quando o Lumiar se integrava na extinta Câmara dos Olivais), e que se irmana com a casa que foi do historiador e político liberal Simão José da Luz Soriano (1802-1891), últimas remanescências de outros corpos inapelavelmente destruídos pelo camartelo em descuidadas intervenções no fim do século passado<sup>6</sup>.

Tudo tem, portanto, referências unívocas e percebe-se que um historiador, investigador e pedagogo de fino perfil como foi Júlio de Castilho, o autor de referência de *Lisboa Antiga* e de *A Ribeira de Lisboa*, clássicos da Olisipografia, aqui instituiu o seu gabinete de trabalho, ainda

---

<sup>4</sup> Cf. Augusto Pinho Leal, *Lumiar*, in *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário*, vol. IV, Lisboa, 1874, p. 476 e segs.; Maria José Guerreiro Duarte, «Costume Antigo - no Termo de Lisboa (Lumiar)», *Olisipo*, II Série, n.º 3, Lisboa, 1996; e Carlos A. Revez Inácio, *Paço do Lumiar. Apontamentos de História*, Lisboa, 1998.

<sup>5</sup> Obra de referência é o estudo de Gabriel Pereira, *Pelos subúrbios e vizinhanças de Lisboa. De Bemfica à Quinta do Correio Mór*, Lisboa, 1905.

<sup>6</sup> Cf. José Meco, «Sítio do Lumiar», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Assembleia Distrital de Lisboa, vol. V, 4º tomo-2ª parte, Lisboa, 2000, pp. 291-333.

o Lumiar era um espaço articulado e com desafogadas valências paisagísticas, antes das alterações brutais que o seu *entorno* sofreu. Aliás, todos nos habituamos a conviver com a memória de espaços que vão alterando a sua identidade e resistem mal às pressões do crescimento urbanístico e do alargamento das redes viárias. Nesse sentido também, compreendemos que muito património construído se conforme com o inevitável desaparecimento. É certo, disse-o a patrimonialista Françoise Choay<sup>7</sup>, que as ruínas têm direito inalienável à sua própria *inutilidade*, esse novo estatuto que foram gradualmente adquirindo à medida que a sua pretérita *utilitas* se modificava e ia desaparecendo ao sabor de novos interesses e usos.

Nem sempre o destino é malquisto e as obras de arquitectura doméstica se transformam em meros documentos de uma *cripto-história artística* inevitavelmente fantomástica, feita de referências documentais já difusas; em casos mais felizes, sucedem as circunstâncias que possibilitam a recuperação, como é exemplo a casa Júlio de Castilho. Sempre defendemos que, nos casos de destruição violenta, tolerada ou inevitável, só a partir de um estudo sério das obras desaparecidas e das que jazem em estado fragmentário (estudo esse encarado em termos tão profundos e exaustivos como o que deve ser dedicado aos monumentos de indiscutível relevância), se podem abrir possibilidades de alargar consciências patrimoniais que legitimem, em muitos casos, os esforços de salvaguarda e reabilitação que antes se julgariam impensáveis. É por isso que o conceito operativo de *Cripto-História da Arte*, ao inserir-se num quadro eficiente de pesquisa e registo, vem alargar o campo metodológico da História da Arte portuguesa, tão carecido de propostas teóricas revitalizadoras, e possibilitar que, ao menos, o inventário das memórias que desaparecem faça parte do seu 'corpus' de referência<sup>8</sup>. Mas nem sempre tem de ser assim. Todos, muitas vezes o constatamos; mas há exemplos em que felizes circunstâncias que se conjugam vêm contrariar a inevitabilidade da condenação de uma obra a ruína sem remissão.

Assim, da imagem de *grandiosa efemeridade* que a casa Júlio de Castilho nos transmitia, esperando a morte no seu estado de ruína devastadas em lento fenecimento, passou-se para um estágio esperançoso de recuperação integrada e integral que, espera-se, respeite as preexistências e o *espírito de lugar*, devolvendo ao Lumiar uma unidade importante do seu *corpus* histórico. Por isso é tão oportuno e interessante o trabalho realizado por Vera Maria da Silva, pondo a tónica numa construção que merece resguardo, não só pelo seu ilustre morador, mas pelo forte carácter da estruturas construtiva, criada com uma *ideia*, gerada segundo um programa e provida de uma valência estética na sua relação doméstica e afectiva com as restantes edificações do sítio do Lumiar.

Vitor Serrão

Historiador de Arte

Prof. Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Lisboa, 5 de Dezembro de 2014

---

<sup>7</sup> Françoise Choay, *L'Allégorie du Patrimoine*, Paris, Éditions du Seuil, 1992.

<sup>8</sup> Conceito desenvolvido em Vitor Serrão, *A Cripto-História de Arte. Análise de Obras de Arte Inexistentes*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

# Apontamento para um Enquadramento Histórico e Cultural da *Casa Júlio Castilho*

Vera Maria da Silva

Às pessoas do Lumiar, particularmente ao meu pai.

Ao Sérgio e ao Ricardo - bem como ao João Miguel, à Catarina e à Maria Ana - para que possam construir e continuar a transmitir uma memória do património cultural do antigo Lumiar.

Agradecemos a Vítor Serrão o seu prefácio e o património de uma amizade também ela antiga.

Agradecemos ainda ao José Cardim e a todas as pessoas que em estudos e documentos informativos disponibilizaram para consulta e conhecimento público informação e registos visuais do velho Lumiar. Estas imagens acrescentaram ou reavivaram as nossas referências e lembranças. Uma revisitação que nos conduziu a reencontros inesperados e a deambulação afectiva tocada pelos relatos dos informantes presentes e ausentes. A estes e às suas vivências individuais, que se cruzaram com a História colectiva do Lumiar, devemos muito do que por ele sentimos e como o lemos: um lugar de memória patrimonial e social e um espaço incontornável na construção da nossa memória pessoal.

Lumiar, 10 de Janeiro de 2015

Nota Prévia a

*Apontamento para um Enquadramento Histórico e Cultural da Casa Júlio Castilho*

*O texto desta monografia não tem em consideração o actual acordo ortográfico, excepto em citações onde ele seja originalmente usado.*

Palavras-chave: paisagem cultural, paisagens do quotidiano, micro-história, reabilitação urbana, história do Lumiar, casa Júlio de Castilho.

“Se [ainda] vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles  
[os lugares da memória] envolvem, eles seriam inúteis”

Pierre Nora, historiador.

## 1. Objectivo e Abordagem

O objectivo deste apontamento solicitado pela Câmara Municipal de Lisboa foi o de reunir uma síntese informativa histórica e memorial sobre a *casa Júlio de Castilho* e a paisagem física, cultural e social envolvente. Esta síntese destinava-se a apoiar a apreciação pelos competentes serviços municipais da proposta de intervenção para a recuperação da Casa Júlio de Castilho, edifício que é objecto do projecto de reabilitação concebido pelo Arquitecto Jorge Bonifácio. Ele expressa o nosso comum conceito e visão para a reabilitação desta casa no espaço de história e memória em que ela se integra.

Para o enquadramento histórico e cultural sobre a casa Júlio de Castilho optou-se por abordar o que nela ainda remanesce de preexistências construtivas, o seu entorno cultural, o contexto histórico em que ela surgiu e em que a sua existência se desenrolou. Para isso considerou-se a sua envolvente enquanto espaço natural prévio, a realidade do presente e a sua memória histórica cultural e patrimonial. Esta decorre da História do lugar, das vivências e memórias construídas/em construção no seu espaço. Tomámos esta ampla envolvente como dimensão articuladora do cenário em que a casa e o seu espaço urbano, social e de memória se inscrevem.

Nesta síntese histórica sobre um espaço memória, sendo que *História* e *Memória* são realidades distintas<sup>1</sup>, não nos foi possível despi-lo das pessoas que o ocuparam. *A sobrevivência dum grupo do passado na recordação dum grupo presente confere a esta recordação a função de memória colectiva.* (ELIAS, 1993, 249). Dai que seja incontornável projectar-se neste apontamento as suas referências e vivências. Estas surgem particularmente associadas às imagens apresentadas no *Anexo Anotado de Figuras*. Elas exprimem traços de uma paisagem cultural e evocações que envolvem componentes e dinâmicas do quadro quotidiano dessas pessoas e da sua intervenção no espaço do Lumiar. Admitindo que nessas evocações, testemunhos recolhidos e vivenciados possa existir eventuais lacunas, visões subjectivas e parcelares, consideramos que estas fazem, também, parte da leitura deste espaço e da sua *paisagem cultural* enquanto paisagem humanizada. Tal porque uma paisagem cultural difere da paisagem natural pela transformação que a presença e acção humana aportam ao espaço natural. Mas, sejam estas transformações produções e criações de excepção, ou práticas e construções simples, apesar de se inscreverem na totalidade da paisagem cultural do Lumiar, não dissolvem nem apagam a componente que estrutura a paisagem natural que lhe é prévia e que caracteriza o próprio lugar.

Para além das referidas limitações, cremos que este apontamento pode contribuir para restituir significado e valor ao lugar e à casa Júlio de Castilho na sua relação com a paisagem natural, social e cultural. Tomamos esta casa e o seu espaço como um *lugar de memória*<sup>2</sup>, visão que se expressa ao longo deste apontamento. Tal não pode deixar de remeter para o que

---

<sup>1</sup> A memória individual resulta de uma vivência física ou afetiva. É parcial e poderá ser consciente ou inconscientemente selectiva; já a História perdura do que dessas memórias individuais e sociais é retido, registado, avaliado e validado pela sociedade no contexto social e cultural de cada tempo.

<sup>2</sup> Os lugares da memória são *lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional.* (...) *Os três aspectos coexistem sempre.* (NORA, 1993: 21-22).

se designa como *espírito do lugar* e para uma conseqüente procura da expressão do seu sentido e significado. Pensamos que é importante para a casa Júlio de Castilho e para o seu entorno, manter e recuperar o seu significado e as suas potencialidades como lugares com história, um valor que pode contribuir para manter e reafirmar a sua identidade e apoiar o desenvolvimento do seu espaço circundante. Acreditamos que a memória colectiva acumulada e a sua evocação podem ser úteis para o entendimento e compreensão sensível do lugar. Desta forma as necessárias intervenções a efectuar na casa, bem como no território do núcleo antigo do Lumiar, podem convergir na sua mútua finalidade de conservação da *identidade própria* do Lumiar e do seu sentido como *lugar de memória*.

## 2. Elementos identificadores do imóvel Casa Júlio de Castilho

A casa Júlio de Castilho (vd. Figura 1) situa-se em Lisboa, na freguesia do Lumiar, conjunto do Paço do Lumiar (vd. Figuras 2 e 3). Localiza-se junto à Quinta do Monteiro-Mor<sup>3</sup>, no Largo Júlio de Castilho, antigo Largo da Duquesa (vd. Figura 4) e confina com a Avenida Padre Cruz. Tem acesso pela Rua Pena Monteiro<sup>4</sup> (vd. Figura 5), antiga Travessa do Prior. Antes, chamava-se *caminho do prior*<sup>5</sup> mas, originalmente, ela foi a Azinhaga de Alqueidão de Baixo. De Norte, tem acesso pela Calçada do Picadeiro (vd. Figura 6).

A informação disponível na Câmara Municipal de Lisboa data a casa Júlio de Castilho como um edifício de finais do século XVIII, princípios do século XIX<sup>6</sup>. Contudo, de acordo com Carlos Revez, que com base no pagamento dos foros traçou a sequência da anterior propriedade da casa até ao terramoto de 1755, teremos de considerar que ela já existia, pelo menos desde meados do século XVIII (REVEZ, 2014: 21-23). A casa é uma edificação relevante no conjunto paisagístico do Largo Júlio de Castilho (vd. Figura 7). Neste largo, no Parque do Monteiro-Mor, existe o *Museu Nacional do Traje*, instalado no Palácio dos Marqueses de Angeja/Palmela (vd. Figura 8-9) e a *Academia Musical 1ª de Junho de 1893*, uma das mais antigas do movimento associativo de cultura e recreio de Lisboa (vd. Figura 10). Ao lado da Academia, num espaço agora devoluto, e que provoca algum desequilíbrio visual no largo, existia um edifício conhecido por *casa das Belas* (vd. Figura 11).

A casa Júlio de Castilho foi lugar de residência deste historiador e escritor e onde ele morreu, informação que consta numa lápide de 1919 existente na fachada (vd. Figura 12). Ela dá-nos testemunho de uma homenagem prestada a um dos mais relevantes olissipógrafos (vd. Figura 13), senão mesmo o maior de todos eles, e perpetua a sua memória. A sua casa é um edifício oitocentista de cariz romântico com dois pisos e águas furtadas. Tem uma traça rectangular e enquadra-se num estilo bem representado na arquitectura civil residencial do século XVIII-XIX. Como se pode ver na Figura 1, é uma construção de volumetria muito proporcionada. A fachada apresenta visualmente uma axialidade bem marcada pela porta de entrada e pela distribuição simétrica das janelas (duas, de parapeito, no piso térreo e três, de sacada, no piso superior). Faz parte da área ocupada pelo imóvel o logradouro, a tardo, que se desenvolve paralelo à Calçada do Picadeiro. Neste espaço de jardim, de configuração irregular, ainda subsiste uma pérgula, com uma velha glicínia que permanece viva; um conjunto de bancos revestidos de azulejos de faiança cor branco mate; um tanque de água enquadado por um pequeno arco de alvenaria embutido na parede (vd. Figura 14).

O edifício, apesar do seu avançado estado de ruína, denota identidade histórica, arquitectónica e cultural. A descrição técnica que consta no *Parecer Patrimonial da Câmara Municipal de Lisboa*<sup>7</sup> reconhece a valia histórica, cultural, patrimonial e paisagística da casa Júlio de Castilho e recomenda a sua reabilitação, processo que está actualmente em curso. Com ele pretende-se restituir o edifício à sua primitiva função de habitação familiar e contribuir para a valorização patrimonial, urbanística e ambiental do espaço em que a casa se inscreve. É um objectivo que tem particular pertinência face ao seu estado de degradação. E

<sup>3</sup> *Monteiro-Mor*, cargo oficial da casa real atribuído a quem governava as coutadas e organizava as caçadas reais. O nome da quinta advém de, em meados do séc. XVIII, ela ter pertencido a dois monteiros-mores.

<sup>4</sup> Ernesto Augusto da Pena Monteiro (26/07/1858- 24/03/1917) foi um republicano e activista do movimento associativo. Destaca-se o seu papel na fundação e direcção da *Sociedade Instrução e Beneficência José Estêvão*. O patrono desta escola foi uma personagem relevante nas lutas do movimento liberal. Mais informação sobre a família de Pena Monteiro encontra-se associada à Figura 5 no Anexo de Figuras.

<sup>5</sup> Depois da morte de Júlio de Castilho residiu na sua casa o prior do Lumiar, Padre Neves Caio.

<sup>6</sup> Segundo o *Parecer Patrimonial da Câmara Municipal de Lisboa*, informação nº 4502/EXP/2012, de 19 de Junho.

<sup>7</sup> Documento referido na nota 14.

tem também relevância por nela ter residido Júlio de Castilho, figura em que nos deteremos mais à frente. Dado o reconhecido valor histórico e patrimonial da casa consideramos que o seu restauro é importante para o edifício, para a qualificação da zona histórica e para a memória que a envolve conservando uma relação com a identidade caracterizadora do lugar.

### 2.1. *Casa Luz Soriano*

Contígua à casa Júlio de Castilho existe a casa Luz Soriano (vd. Figura 15). Ambas são edifícios com estilo, tipologia e dimensão similar, o que já não sucede com as áreas dos respectivos logradouros, sendo muito mais extenso o da casa Júlio de Castilho. A casa Luz Soriano encontrava-se em idêntica situação de ruína e abandono até ter sido objecto de um programa de reabilitação e restauro em finais dos anos 90 do século XX. Hoje encontra-se completamente reabilitada<sup>8</sup> e é, desde 2001, uma residência familiar.

---

<sup>8</sup> Veja-se um vislumbre desta casa, já recuperada, na Figura 15. Impõe-se, de imediato, um confronto visual entre ela e a casa Júlio de Castilho, que destaca sobremaneira uma desfavorecedora comparação entre o estado de preservação dos dois edifícios.

### 3. Enquadramento histórico

*"O cunho da história marca-se em todas as formas da actividade humana; marca-se também na própria fisionomia dos lugares, moldada pelo homem, impregnada da sua presença secular."*

Orlando Ribeiro, geógrafo.

#### 3.1. As raízes no tempo

O Lumiar, Freguesia desde 1266, localiza-se na zona Norte da cidade, no que se designava por termo de Lisboa. Tal como o Paço do Lumiar, um outro lugar desta Freguesia, a aldeia de Telheiras e a Ameixoeira – que entre meados do século XIII e meados do Século XVI, pertenceu à Freguesia do Lumiar – integram-se numa zona rica em história e em património cultural imaterial e material construído.

Em tempos geológicos recuados o território do Lumiar esteve coberto pela água. Dão disso testemunho os fósseis marinhos encontrados no subsolo quando se fizeram as fundações para a reabilitação da casa Luz Soriano, ou se efectuaram remoções de terras no Parque do Monteiro-Mor (vd. Figura 16) e na zona da Ameixoeira, nome que derivará de *Ameijoeira* por, em tempos remotos, se terem encontrado na zona grandes jazidas de amêijoas fósseis. A análise a estes e outros fósseis de bivalves e de animais marinhos concluiu que datavam da Era Terciária, do tempo Burdigaliano inferior e médio. Existem registos deste território ter sido ocupado na Pré-História, desde o Paleolítico ao Calcolítico. Neste espaço também se encontraram cistas funerárias atribuídas ao período celta.

A sucessiva ocupação desta região constituiu um processo com continuidade histórica. Atesta a presença romana na zona uma lápide encontrada em 1710-1720, entretanto desaparecida, dedicada a Quinto Júlio Máximo<sup>9</sup>, o que coloca a possibilidade de ali ter existido uma *villa* rural romana. Da ocupação no período islâmico encontraram-se vestígios de silos subterrâneos para armazenamento de cereais. Terá sido desta ocupação que, na memória do imaginário popular, ficaram algumas lendas sobre os mouros. Uma delas atribui a um mouro a fundação do povoado da Ameixoeira, numa área que, até ai, teria sido um espaço rural de quintas e hortas. Outra, a propósito do achamento de uma imagem escondida de Nossa Senhora do Funchal<sup>10</sup>, regista que se travou na Ameixoeira uma batalha entre mouros e cristãos.<sup>11</sup> Coloca-se até a

<sup>9</sup> Este testemunho epigráfico tinha a inscrição: Aos deuses manes. A Quinto Júlio Maximo Afranio [ou Africano] neto de Caio Afranio e Orador, dedica e consagra Quinto Júlio Maximo homenagem a um filho piedosíssimo.

<sup>10</sup> Em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:pfonf8MrJv8J:www.lendarium.org/biblio/portugal-antigo-e-moderno/+&cd=7&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt> verifica-se um paralelismo entre este achamento e um outro, ocorrido no lugar da Ameixoeira em Alenquer. O que pode colocar-nos perante distintos relatos coincidentes ou eventual apropriação, algures no tempo, de um relato que circulava sobre uma Ameixoeira pela outra terra sua homónima.

<sup>11</sup> Não encontramos referência a esta batalha, se bem que sobre ela não tenhamos desenvolvido particular pesquisa. Não a tomamos positivamente nem como facto certo, nem como efabulação lendária. Reavaliações recentes sobre a batalha de Sacavém, que se teria travado no contexto do cerco a Lisboa e considerada por Herculano como uma mistificação, sugerem alguma prudência no descarte de duradouros relatos de ocorrências sobre as quais possamos não dispor de documentos escritos probatórios. Esta postura, recomendada por José Mattoso, parece-nos pertinente e deve enquadrar abordagens analíticas e interpretativas, em especial as que se debruçam sobre acontecimentos que pouco, ou nenhum, rasto documental deixaram. Sobre a batalha de Sacavém,

possibilidade de o próprio nome *Lumiar* ser de raiz islâmica, termo que derivaria de *almenara*, o minarete das mesquitas<sup>12</sup>. Também alguns povoados vizinhos têm designações cuja toponímia remete para a língua árabe<sup>13</sup>.

Se no contexto do secular domínio mouro no Al-Andalus não devemos ter dúvidas sobre a ocupação islâmica no território do Lumiar, poderá não ser impertinente considerar-se que não se estará, apenas, face a uma posse territorial militar mas, também, perante uma região que, no entorno do Lumiar, era pontuada por povoados islâmicos ou islamizados.<sup>14</sup> Eles integravam a cintura mais vasta de núcleos urbanos no espaço rural periférico à grande Al-Ushbuna, a cidade de Lisboa.

### 3.2. A água, uma presença modeladora do espaço económico e social do Lumiar

A água é um elemento natural com grande presença no espaço geográfico da freguesia do Lumiar (vd. Figura 17). Como a própria geografia, a água é factor de modelação do espaço físico, da sua paisagem, da ocupação humana do território e modo de vida da sua gente ao enformar a cultura local e a actividade quotidiana das pessoas. A abundância da água no Lumiar pode ter induzido à precoce e duradoura ocupação humana da região. Rica em lençóis freáticos, tal terá sido um factor estruturante do território geográfico, físico e humano, ao conferir boas condições para o desenvolvimento da agricultura, pecuária e para a fixação e vida quotidiana da população. Tal característica distinguia positivamente o Lumiar do centro de Lisboa cujos habitantes sofreram ao longo do tempo de uma crónica falta de água<sup>15</sup>.

Hoje, pode não ser evidente ao olhar mas, até à segunda metade do século XX, a região do Lumiar era visivelmente percorrida por diversos ribeiros; existiam minas de água e proliferavam poços em quintas e quintais. Segundo os nossos informantes<sup>16</sup>, no interior de quase todas as habitações do núcleo histórico do Lumiar havia poços de água.

Nas imediações da casa Júlio de Castilho, perto do limite do cemitério do Lumiar, na *Quinta do Pisani*, existiu até aos anos 70 um ribeiro que percorria a *Azinhaga das Lajes*. Próximo, no sítio do *Alto do Pinheiro*, junto ao actual Eixo Norte-Sul, havia uma *mina* de água que debitava grande caudal e o seu subterrâneo era para as crianças do Lumiar um espaço de brincadeira,

---

André de Oliveira-Leitão (2011: 86-133) propõe uma perspectiva de relativização do relato sem, contudo, rejeitar a sua existência histórica. Uma investigação similar sobre a hipotética batalha da Ameixoeira seria útil para, então, melhor podermos decidir se a deixamos no domínio da lenda ou se reconhecemos na ressonância da sua memória alguma realidade histórica.

<sup>12</sup> Cf. António Rei, *Ocupação humana no alfoz de Lisboa durante o período islâmico*, (p. 35, apud Oliveira Leitão 2011: 56). Se esta torre (minarete) ou farol (manãra, no sentido simbólico de a religião e as mesquitas serem uma luz orientadora que indica o caminho espiritual) servia para projectar a voz do almuadem e informar os fiéis do momento das orações diárias, e se o povoado Lumiar tomou o nome desta torre, então, pensamos que esta edificação devia destacar-se na paisagem, pois tal nome não foi dado a todos os povoados com minarete. Possivelmente terá justificado, e assegurado o investimento, de uma edificação de grande envergadura a necessidade de fazer ouvir longe a voz do almuadem, o que poderá indiciar ter sido o Lumiar um território vastamente ocupado por população islâmica em extensão e número de habitantes.

<sup>13</sup> Odivelas de *wādī*, curso de água; Caneças, *al-kanīsa*, igreja; Alvalade, *al-balaṭ*, parte plana, chão, o que remete para um campo ou terreno plano como o da topografia desta zona de planície.

<sup>14</sup> Com base na possível existência de uma mesquita no Lumiar e em Odivelas, refira-se que num povoado desta antiga freguesia terá havido um santuário cristão anterior à ocupação moura (cf. Oliveira Leitão, 2011).

<sup>15</sup> Sobre a falta de água em Lisboa existem vários testemunhos históricos de nacionais e visitantes estrangeiros. A necessidade de minorar a carência de água dos habitantes do centro da cidade levou, já em meados do século XVIII, à construção do Aqueduto das Águas Livres e de uma rede de fontes, algumas monumentais, e chafarizes públicos.

<sup>16</sup> Veja-se mais sobre este assunto na p. 12, na nota 25 e, também, nas Figuras 26 e 34.

aventuras de exploração e mistério. Esta *mina* alimentava a Fonte S. João Baptista, um chafariz público, que em 1885 foi mandado erguer no adro da igreja do Lumiar, templo que tem este santo por patrono. Em 1909 o chafariz foi transferido para o Largo da Duquesa (actual Largo Júlio de Castilho) onde ainda se encontra, se bem que desfigurado, por ter sido amputado da escultura que o coroava (vd. Figuras 18 e 19).

Um pouco abaixo dos logradouros da casa de Júlio de Castilho e Luz Soriano, e do final da Calçada do Picadeiro, havia um outro ribeiro que foi desviado e encanado nos anos 70 do século XX. Perto, pouco à frente da actual Travessa da Castiça, no muro exterior do Orfanato Santa Isabel – um internato feminino vizinho da Vila Adelina, antiga casa de campo do Marquês de Angeja – havia outro chafariz, uma bica com um grande tanque para os animais beberem (vd. Figuras 20 a 22). A Sudoeste, frente à entrada do cemitério do Lumiar, existia um pequeno chafariz e, um outro, no final da Estrada da Torre (vd. Figura 23). Na vizinhança da Quinta das Mouras houve um chafariz com alguma monumentalidade enquadrado numa edificação (vd. Figura 24). O Paço do Lumiar contava com três pequenos chafarizes (vd. Figura 25).

Estes chafarizes públicos complementavam a rede de poços existentes nos quintais dos lugares do Paço do Lumiar e no do Lumiar, caso dos das casas de Júlio de Castilho e de Luz Soriano. E, como já referimos, no interior de algumas habitações sendo que, quando não era considerado seguro beber esta água ela era aproveitada para regas e lavagens. Os que não tinham água canalizada – e no Paço do Lumiar e no Lumiar, ainda nos anos sessenta, nem em todas as casas havia água canalizada<sup>17</sup> – bebiam a dos chafarizes. As pessoas lavavam-se em casa – poucas em banheiras, algumas tomavam duche a partir de depósitos de água e muitas faziam-no em alguidares – ou tomavam banho nos *balneários públicos*.

Havia no Lumiar dois balneários públicos. Um deles na Escola José Estevão, outro numa casa ao lado da Junta de Freguesia<sup>18</sup>. Junto desta ficava um *lavadouro público* (vd. Figura 26). O seu terreiro, onde se secava a roupa, confinava com a Calçada do Picadeiro, na traseira da casa Júlio de Castilho. Este lavadouro ficava ao lado do balneário e da Junta de Freguesia onde, ao tempo do Estado Novo, um restrito número de pessoas ia votar quando havia eleições para a Presidência da República e para a Assembleia Nacional. Frente à Junta, e ao lado de uma oficina, existia um local de distribuição diária de alimentos para pessoas carenciadas. Constava de uma sopa e de um quarto de “pão escuro”. A casa era conhecida por a *Sopa dos Pobres*, ou *Sopa do Sidónio*, por esta prática ter tido início durante o governo de Sidónio Pais.

Durante os longos períodos históricos em que a agricultura foi a base produtiva dominante, a fertilidade do solo do Lumiar, a forte presença de linhas de água para irrigação, a proximidade de Lisboa e a sua localização – na confluência dos eixos de circulação para Norte e para as ligações Este-Oeste logo a partir do termo da capital – conferiram importância ao Lumiar. Tornavam-no fonte e rota de abastecimento à capital e um sítio apetecível. Isso contribuiu para um rico passado histórico e patrimonial.

---

<sup>17</sup> Existia água canalizada no Lumiar nos anos vinte, mas tal não era uma realidade em todas as habitações, o que só veio a suceder progressivamente. A partir de meados dos anos cinquenta já a *água da Companhia* estava generalizada. Antes disso via-se algumas pessoas irem ao chafariz, com bilhas de barro, buscar água para beber e cozinhar. Até havia quem, ainda nos anos cinquenta, a vendesse porta a porta. O Sr. Teodoro, o Sr. Joaquim, a D. Maria do Carapau e outros. Por cinco tostões eles levavam ao domicílio bilhas de 20 litros de água. Estes tardios *aguadeiros* do Lumiar, devido à reconhecida qualidade da água da fonte do Largo Júlio de Castilho, vendiam-na até para residências da Alameda das Linhas de Torres e da Estrada da Torre.

<sup>18</sup> Antes de ocupar este espaço, o que possivelmente ocorreu no início dos anos cinquenta, a Junta de Freguesia teve outra localização. Existem pessoas com memória desse facto mas já não conseguem precisar o anterior local. Refira-se que de 1852 a 1886, a freguesia do Lumiar esteve integrada no concelho dos Olivais. O principal eixo de circulação que os ligava à via que se iniciava na Estrada da Torre, e que passava pela Quinta da Musgueira.

### 3.3. O Lumiar, uma freguesia rica em história e em vivências culturais

Lumiar e Paço do Lumiar seriam originalmente pequenos núcleos rurais de Lisboa. Ainda antes da nacionalidade já esta zona era usada para a agricultura<sup>19</sup>. Persiste na tradição popular oral a atribuição aos mouros da propriedade de almoinhas, poços e noras que havia nas quintas.<sup>20</sup> Os núcleos urbanos do Lumiar e Paço do Lumiar ter-se-ão desenvolvido desde a Idade Média a partir de uma propriedade régia rural. Podem considerar-se evidências da raiz medieval destes lugares os apontamentos que ainda persistem na forma como as casas se apresentam desordenadamente agregadas, seja no traçado que remanesce em algumas ruas, pátios e travessas (vd. Figuras 27, 28 e 30). Dispomos também de evidências em registos documentais<sup>21</sup>. É exemplo uma doação de bens feita em 1218 por D. Sancho a um indeterminado D. Geraldo e sua mulher. Entre outras propriedades que o rei lhes atribuiu no termo de Lisboa constava uma vinha no *Lumenar*<sup>22</sup>.

Testemunhos documentais relativos à história administrativa do Lumiar remontam a 2 de Abril de 1276, data em que o lugar foi elevado a Freguesia (vd. Figura 29). Tal era o reconhecimento da importância do povoado e do seu crescimento populacional<sup>23</sup>, o que lhe conferia ascender a *paróquia* e ter a respectiva igreja<sup>24</sup> (vd. Figura 31). A elevação a freguesia também significava vantagens para os seus *fregueses*, a população do Lumiar. Frei Francisco Brandão dá-nos testemunho da importância do Lumiar reflectida/reflexo nele existir uma propriedade rural real: *por todo este termo de Lisboa tinham os Reis de Portugal suas quintas, & casas de recreação, convidados da bondade do sítio, que por todas as partes merece ser buscado, &*

<sup>19</sup> A maior parte das estruturas que vamos encontrar no aro rural do Baixo Vale do Tejo – sejam terras de vinha, olivais, herdades, casais ou almuinhas, referenciadas sempre associadas a um dado topónimo, seriam estruturas económicas criadas pela nova ordem cristã, estabelecida após a «Reconquista», ou seriam elas mesmas estruturas que viriam já do passado, e que simplesmente mudaram de mãos? Os custos de montagem destas explorações fazem-nos pensar na continuidade das estruturas, apenas com uma substituição dos proprietários. Muitos dos locais onde as mesmas se situavam poderão assim remontar a um período anterior à conquista. (LEITÃO, 2011: 131-132).

<sup>20</sup> A toponímia do espaço também conserva uma memória islâmica. Para além do referido nas pp. 10-11 sobre a possível raiz islâmica da palavra Lumiar (de minarete), existem casos como o da Quinta das Mouras ou, no núcleo antigo do Lumiar, o caminho do Alqueidão, actual Rua do Alqueidão e a Travessa do Alqueidão. Esta palavra em língua árabe significa tenda, sendo que o vocábulo pode ter uso extensivo e referir um acampamento. Há quem considere que o termo deriva do plural da palavra que designa “passo” ou passada”. Independentemente das interpretações o que parece incontornável é a raiz islâmica do termo.

<sup>21</sup> Na cartografia do Lumiar de 1950 (vd. Figura 113), ainda é visível no núcleo mais antigo a característica de uma implantação desordenada, por vezes em torno de pátios e becoss.

<sup>22</sup> Apud OLIVEIRA-LEITÃO (2011: 56).

<sup>23</sup> É a partir da década de 1180 que se iniciam, de modo mais sistemático, as compras, doações e empenhamentos entre as grandes unidades monásticas e particulares, na região em estudo; concomitantemente, vamos começar a perceber de que modo se estruturava o amplo espaço rural em torno de Lisboa e Sintra. (...). [O Mosteiro de] São Vicente continuará a ser o principal comprador, aforador ou donatário de propriedades na região (...) compreendida entre Alvalade, Ameixoeira, Carnide, Charneca, Concha, Lumiar, Palma e Telheiras. A zona assim delimitada, territorialmente contínua, parece ter sido objecto de uma intensa ocupação do espaço sob o ponto de vista económico por parte desta unidade monástica, sendo aí predominantes as vinhas. Além disso, toda esta fervilhante actividade ter-se-á traduzido num aumento habitacional, o que justificará, certamente, a erecção da paróquia de São João Baptista do Lumiar pelo bispo de Lisboa, D. Mateus, em 2 de Abril de 1276 (ainda que a mais antiga referência que lográmos encontrar sobre o povoamento no Lumiar seja anterior em cerca de 60 anos). (OLIVEIRA-LEITÃO, 2011: 48, 68-69).

<sup>24</sup> Em hũa terra desta quinta do Paço fundou o Bispo Dom Matheus a Igreja de São Ião do Lumeiar a dous de Abril do anno de mil duzentos & setenta & seis, & a fez parochia a honra de São Ião, & São Matheus Apostolo, como se alcança do cartorio da Sè de Lisboa. (Segundo Frei Francisco Brandão, na Monarquia Lusitana, V volume, Livro XVII, f. 124, apud REVEZ, 2014: 4).

habitado, aqui por estas partes tinham as quintas do Lumiar, Odiuellas, & Friellas (Monarquia Lusitana, V volume, Livro XVII, f. 125, apud REVEZ, 2014: 3-4). O Paço do Lumiar integrava-se então no vasto espaço da quinta régia do Lumiar. *Aqui residia o rei [D. Dinis] e daqui partiu para a casa de uma habitante do Lumiar, uma dona sua amante chamada Aldonça Rodrigues de Sousa, a quem o infante D. Pedro, filho bastardo de D. Dinis nomeia Aldonça Rodrigues da Telha* (REVEZ, 2014: 5). Desta ligação nasceu o infante Afonso Sanches.

A designação de Paço do Lumiar como *Aldeia do Paço de a par do Lumiar*<sup>25</sup> tem a sua origem na partilha dos bens do Mordomo-Mor do rei, o Conde de Barcelos que pouco antes de morrer (1306) tinha designado D. Dinis por testamenteiro. O monarca atribuiu ao genro do falecido conde – filho bastardo do próprio rei e de Aldonça de Sousa – uma quinta nos campos do Lumiar, quando casou este seu filho com a filha e herdeira do Conde de Barcelos: e *deu El Rey ao mesmo Afonso Sanches as terras de Mondim, Ferrarias, adjudicandolhe mais Cinfaens, Soverosa, & Maceira com tudo o que D. Martinho tinha em Vlueira. & Cortegaça, & tudo o que o Conde D. Ião tinha em Santarem, & Lisboa, & em seus termos, & no Lumiar* (Monarquia Lusitana, apud REVEZ). Certo é que *Afonso Sanches, com os domínios do sogro e a posse do Paço do Lumiar se tornou igualmente um dos maiores terratenentes desta Freguesia* (REVEZ, 2014: 7). O Paço do Lumiar está assim associado à existência no local dos *Paços do Infante D. Afonso Sanches*, um facto que, como veremos, foi relevante e projectou reflexos ao longo do tempo.

No reinado de D. Afonso IV esta residência começou a ser designada por *Paço do Lumiar*, nome que se generalizou ao povoado e que o local ainda conserva. No tempo de D. Afonso V é referida a existência do *Foral do Reguengo d’El Rei do Paço do Lumiar no termo de Lisboa*. A concessão de um foral era económica e socialmente relevante. Era um instrumento que acordava direitos e obrigações e conferia às pessoas das terras que o possuíam um conjunto de prerrogativas que lhes garantiam protecção contra o arbítrio senhorial nobre ou eclesiástico e um maior nível de direitos e liberdades, o que não sucedia com os moradores das terras que não tinham foral. Refira-se que desde o tempo de D. Dinis se assistia a um crescente número de registos de doações e de aforamentos, uma dinâmica que se projectará ao longo do tempo e que estimulou a posse e exploração de propriedades rurais de distinta dimensão. A expressão registada da elevada mobilidade de bens fundiários, sucessivos emparcelamentos e desemparelamentos, é notória a partir do século XVI. Em paralelo é, desde aí, que se regista acentuada evolução do lugar de que se tinha começado a ter notícia a partir daquilo que, na Idade Média, fora uma propriedade régia rural.

Julga-se que foi no século XVI que surgiu a *Rua Direita* do Lumiar, actual Rua do Lumiar, aquela que se tornaria a via principal do núcleo urbano do lugar. A sua linearidade contrasta com a sinuosidade das travessas que existiam à sua esquerda, do lado da igreja. O traçado da *Rua Direita*, pela sua larga extensão e alinhamento quase a direito, afigura que ela terá sido construída no que seria, então, o limite do perímetro urbano do lugar. O Lumiar era, pelo menos desde a época romana, um ponto de passagem. Ao longo do tempo foi ganhando acrescida importância, ainda que uma envolvente de ruralidade nele persistisse até tardiamente (vd. Figura 32 a 34). A Estrada do Lumiar vinha de Norte e desembocava na Rua Direita do Lumiar que no final, a Sul, cruzava com a Estrada da Torre e formava o nó do Lumiar. Uma servia o percurso para Noroeste de Lisboa; outra fazia a ligação Este/Oeste. Esta, a partir da periferia do povoado do Lumiar, antes de se entrar na cidade, permitia poupar tempo e caminho aos viajantes e ao transporte de produtos para o lado oriental da capital.

<sup>25</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Ordem dos Pregadores de S. Domingos*, Livro 11, p.90, 1386 (apud REVEZ, 2014: 2).

Antes de se ter procedido à massiva demolição de casas quinhentistas e seiscentistas e à destruição dos seus pequenos quintais, pátios e travessas, o núcleo habitacional do velho Lumiar conservou até aos anos 70 do século XX características da antiga aldeia medieval que fora. Era uma malha urbana que ainda conservava traços medievais. Em alguns espaços, ela aglomerava-se sem obediência a um plano construtivo ou de implantação (vd. Figuras 35 e 36). A envolvente deste núcleo urbano era formada por quintas e courelas que se sucediam até às muralhas a norte (vd. Figura 37) e se estendiam ao perímetro das freguesias fronteiras do Lumiar (Ameixoeira, Carnide, Olivais, Campo Grande). Em meados do século XX, ainda alguns habitantes do Lumiar e do Paço possuíam, ou eram rendeiros, de pequenas hortas e quintas. Alguns tinham na exploração da agricultura e pecuária o seu principal meio de subsistência; para outros estas actividades eram um rendimento complementar ou destinado ao autoconsumo. Este quadro contribuiu até tardiamente para imprimir a esta freguesia de Lisboa particulares traços de ruralidade e o próprio espaço no interior dos núcleos urbanos do Lumiar, Paço do Lumiar e Telheiras era pontuado por quintais. Era a partir do perímetro urbano que existia a ampla área de grandes quintas, courelas e hortas com maior dimensão.

Ao longo do tempo, as casas familiares e unifamiliares, de maior ou menor porte<sup>26</sup>, existentes nos núcleos urbanos foram acumulando diversas morfológicas. Tal perdurou até perto dos anos 60 do século XX, altura em que surgiu em força a *habitação colectiva* e uma maior uniformidade tipológica nas habitações. Durante o século XVII a XVIII assistiu-se ao fenómeno de aumento das quintas muradas, à proximidade, *paredes meias*, de amplas quintas senhoriais ou burguesas; a um aumento, sobretudo nas quintas maiores, do número de casas; a uma inédita proliferação de palácios. No Paço do Lumiar, ainda hoje, *porta sim-porta não*, se encontra um palácio desse período.

Associado ao desenvolvimento da freguesia do Lumiar, verificou-se nos núcleos urbanos, em especial na Rua Direita do Lumiar, uma progressiva ocupação do piso térreo das casas pelo pequeno comércio. Desde a antiguidade, como se constata em Pompeia e iluminuras medievais, esta era a localização da actividade comercial que não ocorria em feiras. Segundo Sarmiento de Matos, lojas como hoje conhecemos, exclusivamente dedicadas à comercialização, só passaram a ser frequentes a partir do séc. XVIII. Até aí, era habitual efectuar-se a venda de um produto no sítio onde ele era produzido. Na Rua do Lumiar, em pleno século XX, encontramos diversos exemplos da produção e venda de um bem ocorrerem no mesmo local. Mas, nessa altura, manufacturas, trabalho artesanal e industrial localizavam-se sobretudo nas ruas e travessas interiores e pátios e, mais expressivamente, em espaços fora do perímetro urbano. Esta tipologia espacial de implantação económica perdurou, sem grandes alterações, até ao início dos anos 70 do séc. XX.

A actividade comercial marcava a paisagem cultural e social da Rua do Lumiar. O pequeno comércio era muito diversificado e assegurava localmente as necessidades de consumo corrente da população. Proprietários, rendeiros e trabalhadores de quintas e courelas de grande, média e até de pequena dimensão, praticamente não recorriam ao comércio local para aquisição de produtos hortícolas e animais. Estas unidades produtivas asseguram-lhes bastante auto-suficiência. Consumiam parte do produto das quintas, ou a quase totalidade da produção de pequenas hortas amanhadas como recurso complementar de subsistência. Os donos das terras arrendadas tinham na recolha do pagamento das rendas uma garantia de fornecimento de produtos; ainda no século XX temos testemunhos de parte dos pagamentos de rendas ser feito em géneros. E estes também surgiam quer como gestos de ofertas, da tradição de direito às primícias ou do interesse em assegurar continuidade ou renovação de empatia.

---

<sup>26</sup> Algumas casas um pouco maiores eram divididas e partilhadas por um pequeno número de famílias inquilinas.

Até quase ao início dos anos 80 do século XX, existiu na Rua Direita do Lumiar uma grande quantidade e diversidade de estabelecimentos que ocupavam a maioria dos pisos térreos das casas desta rua. De acordo com a memória dos nossos informantes, e podendo ser utilidade para se traçar o perfil económico, sociológico e cultural do Lumiar de 1940-1970, os estabelecimentos comerciais que havia na Rua Direita do Lumiar, de Norte para Sul, do lado do nascente, eram os seguintes:<sup>27</sup>

- A loja *Caldeira*, vendia, sobretudo, roupa masculina (vd. Figura 38);
- A taberna da Castiça, não exactamente na Rua Direita mas logo no início de um beco ao lado;
- A loja *Lino*, uma casa de pronto-a-vestir;
- Uma outra loja *Caldeira* vocacionada para venda de “cortes” ou tecido a metro, roupa feminina e do lar, dirigida pelo Sr. Gama (vd. Figura 39);
- A mercearia do Sr. Mendes;
- A *Farmácia Patuleia*;<sup>28</sup>
- A mercearia do Sr. Luís Assis;
- A “*casa dos azeites*”;
- O salão do Sr. João “Cabeleireiro”, num primeiro andar e só para senhoras e meninas; homens e rapazes iam à barbearia;
- A loja *Lumiar Moderno*, pronto-a-vestir e sapataria com artigos de maior qualidade para homem e senhora, uma loja que ainda hoje existe (vd. Figura 40);
- A drogaria do Sr. Ramalho<sup>29</sup>, depois, e ainda hoje, do Sr. Tozé;
- Uma oficina de arranjo de fogões, ferros de engomar e outros equipamentos. Depois de esta encerrar, o Sr. Tozé ampliou a sua drogaria com este espaço;
- Uma oficina de sapateiro, do Sr. Botão, que também vendia atacadores, palmilhas e outros acessórios;
- Uma outra oficina de sapateiro;
- A colchoaria da D. Maria José “Colchoeira”;<sup>30</sup>

---

<sup>27</sup> Estes estabelecimentos são aqui, na sua maioria, identificados pelo nome pelo qual estas casas comerciais e de serviços eram conhecidos na comunidade. Este, por vezes, correspondia ao nome dos proprietários, às suas alcunhas individuais ou de família. Mais informações sobre alcunhas correntes no Lumiar encontram-se associadas à Figura 29 no Anexo de Figuras

<sup>28</sup> Veja-se mais informação na nota da Figura 39.

<sup>29</sup> As drogarias vendiam sabões, sabonetes, produtos para a limpeza doméstica; petróleo; velas finas de parafina; cotos de sebo; lanternas; candeeiros a petróleo (e as “torcidas”, chaminés de vidro e bocais metálicos); sabão amarelo e cera (para lavar e encerar chão de madeira); escovas e esfregões; pequenas ferramentas; materiais e produtos para alfaia, máquinas e para a construção e reparação de casas (sobretudo pinceis, tintas e cal, sendo que o sebo para esta “ferver” era comprado nos talhos).

<sup>30</sup> Esta colchoaria fazia colchões *embastados*, o que dispensava o anterior processo, quase diário, de revolver os colchões para as camas ficarem mais macias e confortáveis. Apesar disso o enchimento, o “miolo” dos colchões e enxergões, continuava a ser de folhas secas de milho. A partir do início dos anos 60 começaram também a generalizar-se no Lumiar os colchões de molas.

- Uma taberna, a Cova *Funda*, antes foi a carvoaria do Sr. Hilário;
- A capelista e casa “bricabraque” da D. Rute<sup>31</sup>, que, antes, fora a papelaria do Sr. Faria;
- A drogaria do Sr. Estevão e da mulher, D. Carolina Pinhão. Ele também arranjava máquinas de costura e era representante das máquinas de costura SINGER<sup>32</sup>;
- Um talho da Câmara Municipal de Lisboa, depois uma florista e casa de sementes (vd. Figura 41);<sup>33</sup>
- A *Mercearia Gameiro*, fundada em 1868, entretanto encerrada, mas que conserva o mobiliário do séc. XIX);
- Uma sapataria, depois ourivesaria, e actualmente ourivesaria e casa de óptica;
- Uma ourivesaria;
- Uma oficina de sapateiro;
- O talho do Sr. Zé Reis, que depois foi do S. António;
- O *Café Luisinha*, ao lado do pátio com o mesmo nome (vd. Figura 42); ambos ainda existem. Parte significativa das casas deste pátio pertencia à família de Manuel Lino Rodrigues Vilarinho;
- A tabacaria e papelaria do Sr. Araújo, que vendia tabaco, jornais, revistas, material escolar, alguns jogos, livros infantis e literatura popular (vd. Figura 42);
- A mercearia e taberna do Sr. David, depois confeitaria e leitaria do Sr. Ferreirinha, sendo que se chamavam-se *leitarias* às pequenas pastelarias. Seguiu-se a ocupação do espaço pelo Restaurante *Retiro da Matilde*, recentemente encerrado (vd. Figura 42);
- A funerária do Sr. Mário Milheiro (vd. Figura 43), (o prédio foi recentemente transformado em apartamentos turísticos, com uma visão próxima da de um *hostel*);
- A casa de bordados da Sr.ª Carolina “Bordadora”;
- A bomba de gasolina da Shell, que foi, desde 1958, explorada por Justino Gomes Bessa. Esta estação de serviço, oficina e garagem, onde Luís Filipe Vieira chegou a trabalhar na juventude, ficava depois do *Asilo da Infância Desvalida e dos Pobres* e antes do posto dos correios (vd.

---

<sup>31</sup> Como era chamada a pequena loja da D. Rute. Em parte era um espaço de capelista mas, também, vendia uma variedade de pequenas coisas e acessórios, daí a designação “bricabraque”: alguns brinquedos para as crianças; lenços e lencinhos; *meias-de-vidro* para as senhoras; shampoo embalado em pequenas almofadinhas plásticas; pentes, travessas e travessões; *rouge*, pó de arroz, cremes, perfumes; alguma bijutaria e outros objectos. Veja-se esta loja, com duas pequenas montras de cada lado da porta, na segunda casa na primeira imagem da Figura 131.

<sup>32</sup> Na altura não se recorria ao pronto-a-vestir com a frequência de hoje. A máquina de costura era uma presença em muitas casas e as mulheres e jovens faziam parte da sua roupa e da família. Numa época em que a poupança era necessária e considerada virtuosa, a roupa era usada anos a fio e fazia-se em casa muitos arranjos de costura e transformações de peças de vestuário que lhe aportassem um toque mais moderno ou as ajustassem às transformações que os anos traziam ao corpo. Por isso era habitual a margem das costuras do vestuário ter cinco ou mais centímetros para eventual necessidade de futuro alargamento. Hoje as costuras são feitas quase sem deixar margem de tecido. Nesta altura, uma ou outra família mais desafogada contratava o serviço de uma costureira para a sua casa (por meio-dia, um dia por semana ou por mês) ou ia entregar os arranjos fora.

<sup>33</sup> Este talho era dirigido pelo Sr. Fernando Teixeira. Quando ele morreu, vítima de tuberculose, um surto que matou muitas pessoas no Lumiar (algumas bastante jovens e as pessoas antigas ainda delas se lembram), a CML encerrou este talho. Refira-se que no primeiro andar do edifício (vd. Figura 40) funcionava a estação de correios do Lumiar.

Figura 44) que existia no final, a Sul da Rua do Lumiar, depois de para ai ser transferido quando saiu de meio da Rua Direita;<sup>34</sup>

- Uma taberna (depois uma espaçosa loja de venda de pneus);<sup>35</sup>

Retomando o percurso da Rua Direita do Lumiar, novamente de Norte para Sul mas do lado poente, havia os seguintes estabelecimentos comerciais:

- Uma taberna, com um pequeno logradouro, mesmo no início da rua<sup>36</sup>;

- Um relojoeiro, que ainda existe. Até há pouco fazia parte do trabalho do Sr. António ir semanalmente a casa de uma idosa do velho Lumiar para acertar e dar corda aos relógios;

- A oficina *Hidrel*. Conservara o nome da anterior unidade produtiva dedicada à tornaria e reparação de máquinas. O Sr. Henriques Antunes era um dos sócios<sup>37</sup>.

- Uma padaria de considerável dimensão que pertencia à empresa *Castanheira de Moura* (vd. Figura 45);<sup>38</sup>

- O “lugar” do Sr. Renque, uma loja de venda de frutas, hortaliças, ovos e “criação” viva (vd. Figura 45);

- A pequena peixaria da D. Alice;

- A latoaria do Sr. Mário Valadas, uma casa que, também, vendia torneiras e outro material de canalização;

- A mercearia *Vale do Rio* (vd. Figura 46);

- A *Farmácia Beirão* (depois *Farmácia Central* (vd. Figura 47);

- A *Capelista e Retrosaria Malveiro*, depois conhecida como capelista da D. Cândida (vd. Figura 47);

---

<sup>34</sup> Perto da estação de serviço da Shell, abriu nos anos 60 na Estrada da Ameixoeira um bar e “dancing”, a *boite O Caruncho*. Nessa altura este termo passou a ser de uso corrente para referir um bar com “dancing”. Também havia, ainda no perímetro do Lumiar mas já virado para o Campo Grande, o restaurante/*boite* Sanzala.

<sup>35</sup> Entre a bomba da Shell e a casa de pneus Goodyear existiam duas vivendas. Na primeira morava ao Sr. Reinaldo Santiago, a sua mulher D. Sofia e o filho Arnaldo. Foram das primeiras famílias do Lumiar a ter televisão em casa, o que por ocasião de um programa televisivo especial proporcionava amigáveis serões com pessoas próximas. Na segunda vivenda localizava-se o Posto dos Correios do Lumiar (vd. Figura 44).

<sup>36</sup> Veja-se primeira imagem da Figura 27. A empena alta a tardo era do edifício do lavadouro público referido na fig.26.

<sup>37</sup> A *HIDREL*. Fabricava peças para máquinas de tornos, maquinaria hidráulica e adquiriu reputação nacional. Era propriedade de Augusto Manzano Hernández, um português filho de espanhóis. O seu pai, engenheiro químico, veio no início do séc. XX trabalhar para o Lumiar e morreu muito cedo. O filho viu-se forçado a abandonar o curso de engenharia e fundou a *Hidrel*. Ele era considerado pelas pessoas antigas como o homem mais inteligente do Lumiar. Morreu, aos 42 anos, tendo em tão curta vida deixado uma herança considerável. Esta empresa, relativamente reestruturada como oficina de tornaria e reparações de máquinas, funcionou no espaço original por cerca de mais 30 anos. A *Hidrel* e a alfaiataria (vd. Figura 48), que existiu no prédio da escola oficial feminina, foram os equipamentos industriais com actividade comercial directa com maior expressão que existiram na Rua do Lumiar.

<sup>38</sup> O Sr. *Castanheira de Moura* era dono do espaço com o mesmo nome no final da Estrada da Torre. Constava de um restaurante com algum prestígio. Na altura era utilizado para algumas festas e casamentos do Lumiar e, em maior número, por pessoas de fora. Este espaço também possuía um cinema ao ar livre (vd. Figura 59) e era rodeado por um jardim.

- A barbearia do Sr. Carlos Barbeiro, conhecido por *Barbeirolas* e designação que se estendia à loja que, depois, foi a barbearia do Sr. Matos (vd. Figura 47);
- A *Alfaiataria Figueiredo*, depois *Adega dos Presuntos*, (com taberna, casa de pasto e restaurante (vd. Figura 48);
- A leitaria do Sr. Augusto Santos, depois café do Sr. Araújo (vd. Figura 48);
- Uma pequena capelista da D. Graciete;
- A casa do Sr. António Correeiro, que vendia arreios, chicotes, móveis em segunda mão e velharias. Actualmente é uma loja de móveis. (vd. Figura 49);
- A taberna *Portas Verdes*<sup>39</sup>;
- A casa de cafés e chás *Luisinha*, depois sapataria e oficina de sapateiro do Sr. Fernando (vd. Figura 49);<sup>40</sup>
- O talho do Sr. Henrique da Mata que, depois, foi do seu filho adoptivo o Sr. Henrique Preto e posteriormente comprado pelo Sr. Clemente e, mais tarde, pelo Sr. Zé Miúdo e um sócio. O seu derradeiro proprietário foi o Sr. Saleiro, pai do futebolista com o mesmo nome (vd. Figura 49);
- A latoaria do “*Surdo*”;<sup>41</sup> depois a *Electrolumiar*, hoje uma marcenaria;
- Uma *apanhadeira* de malhas das *meias de vidro* das senhoras, que ficava na entrada de um prédio;
- A taberna *Parra Verde*;
- O café *Vitória Bar*;<sup>42</sup> (vd. Figura 47 e 50)
- Uma marcenaria;
- A peixaria da D. Alice e da D. Beatriz;
- Uma padaria (vd. Figura 50);<sup>43</sup>
- O talho do Sr. Cabeças, que pertencia a uma família do Paço do Lumiar (vd. Figura 50);
- Uma ourivesaria e relojoaria. Ficava por baixo do terraço da casa com influências do estilo *Arte Nova*, edifício actualmente recuperado (vd. Figura 50);

<sup>39</sup> Encerrou há cerca de 15 anos e o dono abriu um restaurante do outro lado da rua vocacionado em caça e lampreia.

<sup>40</sup> Uma casa especializada na venda de cafés, chás e bolachas. Pertencia à família de Manuel Vilarinho, dona do café com o mesmo nome do outro lado da rua. Por cima, era o consultório do médico Dr. Santos Júnior. Antes, este esteve na Rua Pena Monteiro. Na Alameda das Linhas de Torres, ao lado da escola José Estevão, havia um outro consultório, o do Dr. Sampaio. Se tivermos em conta o Dr. Monteiro Baptista, concluímos que o Lumiar contava com o exercício médico de três clínicos.

<sup>41</sup> Nas latoarias exercia-se a profissão artesanal conhecida por *funileiro* ou *picheleiro*. Esta latoaria fazia e vendia objectos de folha-de-flandres e de alumínio. Também reparava utensílios como tachos e panelas, colocando pequenos pingos de solda onde eles se rompiam. Primava uma generalizada cultura de reaproveitamento e as pessoas, mesmo com algumas posses, evitavam comprar e restringiam o consumo do que fosse dispensável ou pudesse ser suprido com reparações. As reutilizações eram uma prática.

<sup>42</sup> Veja-se a segunda imagem da Figura 47 e Figura 50.

<sup>43</sup> Veja-se Figura 50 e nota da Figura 118.

- A taberna e casa de pasto *Viriato*, do Sr. Canelas, num prédio que até há pouco existia ao lado do actual mercado (vd. Figura 51);
- Uma barbearia, também no prédio acima referido (vd. Figura 51);
- Uma papelaria, tabacaria e casa de venda de jogo, igualmente no mesmo prédio. A partir deste começava a Alameda das Linhas de Torres) (vd. Figura 51).

Na contagem que efetuámos sobre o panorama quantitativo do comércio na Rua Direita – a “Praça do Comércio” do Lumiar<sup>44</sup> – para a inclusão na categoria de *estabelecimento comercial* considerámos os que se dedicavam exclusivamente ao comércio e, também, os que tinham actividade mista. Nesta, incluímos os estabelecimentos que, sendo unidades produtivas, ou de fornecimento de serviços, também os vendiam ou transacionavam localmente com “porta aberta”. Por isso não quantificamos, ainda que tenham sido referidos, casos como o do espaço da garagem de táxis do Sr. Amaral, o do posto dos correios –um serviço público, ou os consultórios médicos, espaço que rejeitamos considerar, *tout court*, estabelecimento comercial. Nesta contagem também não incluímos ocupações comerciais anteriores ou seguintes aos espaços de venda pública de bens e serviços mas, apenas, os que desenvolviam actividade num mesmo espaço e tempo. Não foram igualmente contabilizadas as prestações de serviços individualizados e fornecidos sobre forma de encomenda, como os que resultam do trabalho de modista, ou costureira, quando esta actividade era desenvolvida nas suas casas, ainda que, por vezes, pudessem ter uma ou duas jovens aprendizas.

Tendo em conta estes critérios de inclusão e exclusão, concluímos com base na observação e análise dos relatos dos nossos informantes, que a Rua Direita do Lumiar, entre os anos 40 e finais dos anos 60 do século passado, tinha sessenta e um estabelecimentos exclusivamente comerciais ou mistos. Entre estes contava-se um pequeno número de equipamentos industriais, oficinas artesanais e alguns espaços de prestadores de serviços. Esta diversidade evidencia uma relativa auto-suficiência do Lumiar em termos de produção, transação comercial e prestação de serviços. Feita a topografia essencial do panorama comercial da Rua Direita do Lumiar, refira-se ainda que havia nas ruas e travessas interiores da sede da freguesia outros estabelecimentos comerciais: tascas, carvoarias, uma florista e uma loja da UCAL para venda de leite e manteiga (vd. Figura 52).

Em termos históricos, na actividade económica local, a agricultura e a pecuária continuavam a ter na década de 50 do século XX um papel com algum relevo, sobretudo nas quintas e casais limítrofes do núcleo urbano antigo. Para além do comércio e de actividades pontuais de oficinas e artesãos na Rua Direita do Lumiar, a maioria da actividade de pequenas indústrias e oficinas desenvolvia-se nas artérias interiores do núcleo habitacional (vd. Figuras 53 a 55). Estas actividades baseavam-se na produção artesanal e operária em oficinas de vários ramos (ferreiros; serradores; tanoeiros, mecânicos; modistas e costureiras; sapateiros; marceneiros; serralheiros; canteiros). Existiam também trabalhos ligados à transformação de produtos agrícolas em lagares, moagens e queijarias.

A actividade industrial foi ganhando crescente importância na economia local. Começou a decair a partir de meados do século XX, mas conservou ainda algum relevo que garantiu emprego na Freguesia até ao momento do seu abrupto declínio nos anos 70. Mas, bem antes, o Lumiar fora muito apelativo, até para algumas pessoas estrangeiras. Uma dessas famílias chegou a residir na Casa de Júlio de Castilho.<sup>45</sup>

<sup>44</sup> Veja-se o traçado da Rua Direita na Figura 113.

<sup>45</sup> Na Casa Júlio de Castilho, residiu uma família de origem Suíça, a Gershey. Os nossos informantes conheceram as três filhas (Estefânia, Alice e Elvira) que aqui permaneceram por toda a vida. Existem testemunhos de várias pessoas

No início dos anos 60, o efectivo de empresas industriais já tinha estagnado em algumas actividades. Algumas reconverteram-se, mas estava encetado o processo de abandono do Lumiar, cuja periferia era objecto de intensa urbanização e, também, de ocupação por *bairros de lata*<sup>46</sup>. O panorama comercial também começara a mudar, ainda que os comerciantes dos estabelecimentos da Rua do Lumiar se quixassem moderadamente da concorrência que representou a abertura do Mercado, a que chamavam *Praça*, (vd. Figura 56) e, na década seguinte, a de um grande supermercado (vd. Figura 57).

Estes novos equipamentos comerciais não terão tido particular impacto no comércio local no núcleo antigo do Lumiar. Porventura, os seus efeitos foram limitados pelo elevado acréscimo populacional da Freguesia. Tanto que as lojas comerciais da Rua Direita do Lumiar permaneceram quase todas abertas até à desertificação provocada pela passagem da Avenida Padre Cruz. Mas, deve-se admitir que este processo de desertificação, até aí relativamente lento, já tinha tido início. O decréscimo da população residente no núcleo antigo, sobretudo por parte dos mais jovens, pode ter tido origem no evidente mau estado de conservação em que a maioria das casas se encontrava<sup>47</sup>, um fenómeno de incuria e insensibilidade patrimonial que em nada diferia da que se observava na generalidade dos bairros históricos de Lisboa.

No final dos anos 60 e início dos anos 70, a nova geração ia saindo do núcleo histórico do Lumiar que foi ficando maioritariamente habitado por uma população envelhecida. Esta, conforme foi desaparecendo, levou ao sucessivo encerramento das casas e à sua completa ruína. A eminente perspectiva de desalojamento e destruição do núcleo histórico para a construção da Avenida Padre Cruz também terá aportado apatia e desinteresse por obras de conservação no interior e no exterior dos edifícios. Foi um “esvaziamento” de habitantes, primeiro progressivo mas limitado, depois repentino, quando para passar a avenida, rapidamente, os realojaram em elevado número nos Olivais e em Loures. Foi um processo onde não houve critérios de proximidade que assegurassem a anterior vinculação familiar e/ou ligação comunitária. Esta perda populacional e a emergência de novos hábitos de consumo (vd. Figura 56-57)<sup>48</sup> levaram ao progressivo encerramento do comércio diversificado que existia no núcleo histórico. Hoje, salvo pontuais excepções, a actividade comercial e de serviços concentra-se na indústria da restauração e tem por clientes as pessoas que moram ou trabalham nas urbanizações vizinhas e visitantes ocasionais.

A prestação de serviços, que anteriormente ocupara um número significativo de pessoas, também decaiu. Ao anterior desenvolvimento destas actividades não fora historicamente indiferente o valor estratégico do Lumiar, localizado num sítio de passagem de eixos de ligação viária muito antigos. Nem terão sido alheias as oportunidades oferecidas desde a Idade Média, e particularmente a partir do século XVII, com a fixação no local de grupos de categoria social elevada (o que perdurou até aos anos 70 do século XX). No início do séc. XVIII o Lumiar era conhecido como sendo "*um sítio de nobres quintas, olivais e vinhas*", pelo que a fixação ou presença sazonal de pessoas abastadas trazia consigo a necessidade de serviços e de trabalhadores à jorna, ou contratados, e a aquisição de produtos e serviços para a exploração

---

estrangeiras terem residido no Lumiar, como o rico burguês italiano Pisani (Figura 98 e p.26). Disseram-nos que algumas delas trabalharam no Lumiar desde o início do século XX. Para além da já referida família Manzano (a do engenheiro químico que veio trabalhar para uma metalurgia do Lumiar, veja-se na nota 35), há memória da família de Otto Hummel (vd. Figura 55), um alemão que veio para o Lumiar antes da Primeira Guerra Mundial e que estabeleceu residência e uma tecelagem na Rua Pena Monteiro.

<sup>46</sup> Veja-se imagens deste fenómeno nas Figura 132 e 135.

<sup>47</sup> Este fenómeno de incuria e empobrecimento do espaço edificado é evidente em diversas fotografias do *Anexo de Figuras*.

<sup>48</sup> Fenómeno que foi acompanhado por um crescente interesse por produtos da indústria cultural (vd. Figuras 58-59).

agrícola e a gestão do quotidiano das *quintas de regalo*, casas de recreio e residências permanentes - estas, sobretudo, a partir do final do século XIX-XX.

### 3.3.1. A Quinta do Monteiro-Mor

Neste apontamento sobre a História do Lumiar e a casa Júlio de Castilho, contígua à Quinta do Monteiro-Mor, esta não pode deixar de ser abordada. A primeira referência documental que temos conhecimento é de 1272, ano em que D. Afonso III cedeu uma parte da sua quinta no Lumiar ao 1º Mestre da Ordem de Avis. Este desemparcelamento da propriedade régia iria dar origem à Quinta do Monteiro-Mor. A parte pertencente à Ordem de Avis era formada por *um assento antigo de casas com seus chãos ao redor de sy (...) muitas propriedades de casas, vinhas, pomares, olivuaes e terras de pão* (AREZ, 2008:75). Num documento quinhentista surge-nos a descrição do espaço: *Tem esta quintã hum aposento de casas situado antre ho logar do Lomear e o logar do Paço. Tem hum recebimento e pateo fechado de portas grandes pello qual se vay ao dito apusento. He o dito pateo cercado de parede alta da bãda que parte cõ a estrada que vay do Paço pera a igreja*<sup>49</sup> (Apud REVEZ, 2014: 5). Um marco na Quinta do Monteiro-Mor confirma-nos igualmente que parte desta propriedade pertenceu à Ordem de Avis.

Noutro documento de 1318 relacionado com uma outra parte da quinta régia do Lumiar, consta uma doação ao Convento de Odivelas, construído em 1295 e entregue em 1305 às freiras da Ordem de S. Bernardo. *Mas um mosteiro não vive só de fé; precisa de manter-se, e isso custa dinheiro. Fr. Francisco Brandão elucida-nos acerca de tal financiamento: “No anno depois de 1334, a vinte & hũ de Agosto, por carta feita em Agosto deu Dona Tareja senhora de Albuquerque, & Medelhim, viuua já então de Afonso Sanches filho do nosso Rey D. Dinis a mesma Igreja de S. Ioaõ do Lumiar ao mosteiro, & a sua herdade, ou quinta, q chamão o Paço do Lumiar, pelas almas delRey D. Dinis, & de Afonso Sanches”. O Paço do Lumiar e a Igreja de S. João Baptista e S. Mateus passaram a ser propriedade do Mosteiro de Odivelas. Mas o poder real nunca se deve ter alheado totalmente do Paço e da sua quinta.* (Apud REVEZ, 2014: 10-11)

Em 1545 seria esta propriedade do Mosteiro de Odivelas a que é referida num aforamento que, pouco depois, foi vendido a um Fidalgo da Casa Real, Lourenço Vieira. Nela viveram, entre o início e meados do século XVIII, dois monteiros-mores<sup>50</sup>, pertencendo ambos – um por sangue, outro por casamento – à Casa dos Marqueses de Angeja. Resulta desta continuada posse e ocupação da propriedade a designação de *Quinta do Monteiro-Mor*, nome pelo qual ela ainda hoje é conhecida.

Nesta quinta destacam-se o palácio imponente e o seu parque e jardins. A criação do parque data de 1750, um empreendimento que se deve ao interesse botânico do erudito D. Pedro José de Noronha Moniz e Sousa, 3º Marquês de Angeja e que sucedeu ao Marquês de Pombal na chefia do governo da nação<sup>51</sup>. Dos onze hectares da propriedade, cinco foram ocupados com a exploração agrícola de cereais e vinhas e seis hectares reservados a jardim e parque

<sup>49</sup> Eduardo Sucena, “O Paço do Lumiar Medieval”, in *Cadernos Culturais – Telheiras-Lumiar-Olivais*, 2ª série, nº 4, Dezembro de 2011, p.7.

<sup>50</sup> Veja-se nota 11.

<sup>51</sup> O 3º Marquês de Angeja tomou medidas impopulares para fazer face às dificuldades económicas do país, incluindo a paragem das obras de reconstrução de Lisboa. Foram as suas austeras restrições que originaram a expressão “mal por mal, antes Pombal”.

botânico. Em 1793 este Jardim já era citado como um dos três mais belos de Lisboa (AREZ, 2008: 83), sendo que ainda hoje é um espaço arbóreo de excelência.

Em 1741 a família Angeja cedeu o aforamento da propriedade a Fernão Teles da Silva, foros que em 1829 serão remidos ao 7º Conde das Galveias por Henrique Teixeira Sampaio. Este, comerciante e capitalista, foi Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Dono de uma prodigiosa fortuna foi o maior credor do erário público. Detentor do senhorio de Sampaio, do título de Barão de Teixeira, em 1823 acrescentou a este o de Conde da Póvoa<sup>52</sup>. A memória registou que havia em sua casa tudo o que de “*belo e luxuoso então existia, incluindo uma baixela de prata feita em Londres que só tinha rival na baixela da Casa Real*”<sup>53</sup>. A sua filha, D. Maria Luísa de Noronha Sampaio, viria a casar-se com o 2º Duque de Palmela.

Em 1830 o 1º Duque de Palmela compra ao Marquês de Angeja a quinta do Monteiro-Mor<sup>54</sup>. Dez anos depois compra-lhe, também, o palácio que existia na quinta. Dai que este seja conhecido por Palácio Angeja /Palmela, ainda que no Lumiar as pessoas antigas o referissem como “o Palácio da Marquesa” – de Tancos, por ele ser uma das residências dessa senhora e ela ser assídua habitante deste palácio. A Quinta do Monteiro-Mor e os respectivos palácios do Monteiro-Mor (vd. Figura 60 e 63), hoje Museu do Teatro, e Palácio Angeja/Palmela, que alberga o Museu Nacional do Traje (reveja-se Figuras 8 e 9), bem como um terceiro palácio, actualmente abandonado, de estilo *casa comprida* ou *casa longa*, pertenceram os três à família dos Duques de Palmela. Este edifício, apesar da simplicidade da traça (vd. Figura 61), não deixava de ser um palácio; diz-se que um critério para classificar um palácio estava associado a um número mínimo de janelas corridas que o edifício ostentava na fachada: onze. A *casa comprida* supera este requisito.

Durante o século XX, o palácio do Monteiro-Mor teve diversos proprietários. Foi Embaixada do Reino de Marrocos quando um incêndio destruiu completamente o edifício (vd. Figura 62). Já o Palácio Angeja /Palmela permaneceu pelo século XX residência de uma família da Casa Palmela, os Marqueses de Tancos. A viúva do 7º Marquês, D. Maria José Holstein Beck Campilho (de quem algumas pessoas no Lumiar ainda se lembram), não tendo descendência legou o palácio e a quinta à sua sobrinha viúva, D. Isabel Juliana de Sousa Holstein Campilho. Em 1975/1976 o Estado Português adquiriu a Quinta do Monteiro-Mor a esta senhora. No espaço do Palácio Angeja /Palmela veio a ser criado Museu Nacional do Traje, que foi inaugurado em 1977. Em 1985 foi instalado no Palácio do Monteiro-Mor o Museu do Teatro (vd. Figura 63), tendo também sido aberto ao público o jardim botânico do Parque do Monteiro-Mor (vd. Figura 64).

---

<sup>52</sup> Comentou um contemporâneo, D. José António de Meneses e Sousa Coutinho, que Teixeira Sampaio aspirava “a enfeitar-se” com títulos. Possivelmente também exibiria o seu poder económico “enfeitando-o” igualmente com sinais de riqueza.

<sup>53</sup> Esta referência deve aludir à famosa *baixela Germain*, encomendada por D. José para o cerimonial da Corte. Era destinada aos grandes banquetes de aparato e actualmente encontra-se parcialmente exposta no Museu Nacional de Arte Antiga. Apesar da beleza e valor da preciosa baixela de Teixeira Sampaio, a *Germain* era conhecida por “Primeira Baixela”, sendo que a “Segunda Baixela”, igualmente de uso não corrente e reservada para ocasiões particularmente relevantes, era a que tinha pertencido ao Duque de Aveiro. Esta passou para a posse da Coroa na sequência do arrolamento e confisco dos bens da Casa de Aveiro devido ao suposto envolvimento do duque na tentativa de regicídio que ficou conhecida por *Processo dos Távoras*.

<sup>54</sup> Ana Revez informa-nos que a quinta terá entrado directamente na posse da filha e do genro de Henrique Teixeira Sampaio. O 1º Duque de Palmela adquiriu a quinta de Angeja para sua nora e filho. *Era ele o administrador dos bens de sua nora, a maior fortuna de Portugal, que o pai desta, Henrique Teixeira Sampaio (1º Conde da Póvoa) havia feito com o negócio do tabaco e com o fornecimento de fardamentos aos exércitos inglês e francês durante as invasões francesas.* (AREZ, 2008: 87).

## 4. Quintas, quintas e mais quintas: Paço do Lumiar, sítio de moda nos séculos XVIII e XIX

A *Quinta do Monteiro-Mor* é um espaço emblemático da cidade de Lisboa. Na sua área proliferavam outras quintas. Impressiona na freguesia do Lumiar, um espaço geográfico com pouco mais de seis quilómetros quadrados e três evidentes núcleos urbanos – Lumiar, Telheiras e Paço do Lumiar– a existência de um tão elevado número de quintas. Muitas delas ainda hoje existem, se bem que de forma parcelar. O espaço das que foram desaparecendo, na totalidade ou por parcelamento ocorrido, conserva com frequência a antiga designação. Numas, o nome da quinta correspondia a características distintivas, a situações casuísticas ou circunstanciais, por vezes relacionadas com a vida dos proprietários ou ocupantes. Noutras, corresponde ao nome do proprietário, podendo a quinta conservar o nome do dono anterior ou passar a ter o do novo proprietário. Existem quintas que apesar de terem adquirido uma nova designação o seu antigo nome ainda perdura na memória local, havendo casos de quintas que são conhecidas e indistintamente designadas por mais de um nome.

Poderemos ter clara noção do que foi o amplo fenómeno de surgimento de quintas no pequeno território da Freguesia do Lumiar nos lugares do Lumiar, Paço do Lumiar, aldeia de Telheiras referindo-as genericamente: Quinta das Lavadeiras; Quinta da Nazareth, ambas junto da entrada Norte do Lumiar; Quinta do Monteiro-Mor, património nacional que alberga o Museu do Teatro e o Museu Nacional do Traje; Quinta da Amoreira, junto aos Inválidos do Comércio; Quinta do Visconde de Prego, por detrás da Rua Direita do lado poente; Quinta do Pessoa, na actual zona do Centro Comercial do Lumiar; Quinta do Leão; Quinta da Musgueira (vd. Figura 65); Quinta das Flores (vd. Figura 66); Quinta do Jarro, nas traseiras da escola José Estevão<sup>55</sup>; Quinta das Camélias (vd. Figura 67); Quinta das Conchas (vd. Figura 68); Quinta dos Lilases (vd. Figura 69); Quinta das Pedreiras; Quinta do Lambert; Quinta das Mouras; Quinta dos Padres; Quinta do Paço (vd. Figura 70); Quinta do Mineiro/do Pisani, um dos estrangeiros que se fixou no Lumiar; Quinta de S. Sebastião da Pedreira/do Cunhal, construída por D. João V (vd. Figura 71); Quinta dos Azulejos (vd. Figura 72); Quinta do Ministro (vd. Figura 73); Quinta das Rosas/das Fidalgas Pobres (vd. Figura 73); Quinta das Hortênsias (vd. Figura 74); Quinta do Conde do Lumiar (vd. Figura 75); Quinta dos Alcoutins; Quinta de S. António (vd. Figura 76) Quinta do Barrete (vd. Figura 77); Quinta de Nossa Senhora da Paz<sup>56</sup> (vd. Figura 78); Quinta do Perdigão/do Alho; Quinta do Leite; Quinta da Figueira Preta; Quinta do Espia; Quinta do Caracol; Quinta das Telheiras, Quinta de S. Vicente (vd. Figura 79); Quinta do Príncipe; Quinta do Ulmeiro; Quinta da Calçada (vd. Figura 80); Quinta dos Barros, e junto dela a fábrica de tijolo (vd. Figura 81); Quinta dos Inglesinhos; Quinta das Raposeiras; Quinta da Granja; Quinta Seca; Quinta do Guarda-Mor. No território da Freguesia da Ameixoeira, actual freguesia de Santa Clara, que entre 1266 e 1541 fez parte da Freguesia do Lumiar, encontram-se igualmente diversas quintas de recreio (vd. Figura 82).

Sobre quintas de recreio, para além de estudos (como os de Caldas, 1992; Mesquita, 1992; Arez, 2004, 2011) documentos e testemunhos materiais conservados, temos também de descrições textuais e imagens visuais aproximadas do que pode ter sido a ambiência, décor e

<sup>55</sup> Nesta quinta, ainda nos anos 50, havia pátios com diversas oficinas e uma cavalaria com cavalos de cobrição. Note-se que nos anos 80 do século XX existiu ao lado, na Quinta dos Lilases, um picadeiro com uma escola de equitação. Já antes, junto da Calçada do Picadeiro, ao lado da *Sopa dos Pobres*, tinha existido um outro picadeiro, igualmente com escola de equitação. Neste também havia um curral para guardar o gado antes de ser enviado para o matadouro que ficava na Calçada de Carriche.

<sup>56</sup> A *Quinta de Nossa Senhora da Paz* é património municipal. Consta que nela irá ser instalada a Associação dos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

estilo de vida nestes espaços rurais de regalo. A forma como o seu interior e exterior poderá ter sido vivenciado por proprietários e visitantes surge em relatos<sup>57</sup> e está representado em várias pinturas e desenhos. Neste apontamento remetemos com carácter ilustrativo para algumas dessas imagens do século XVIII, mas também podemos destacar, como exemplos para o século XIX, as representações pictóricas de Arturo Ricci (1854-1919) ou as de Vladimir Pervuninsky (1957-).<sup>58</sup> Os quadros de Ricci e Pervuninsky, bem como os que representam imagens do séc. XVIII, não retratam objectivamente a realidade portuguesa. Mas eles podem ter registado um estilo de vida, ou uma representação de um ideário e uso de tempo lúdico em espaços recreativos das classes sociais abastadas. Um *zeitgeist*<sup>59</sup> das elites sociais desse tempo sobre o universo rural e as quintas de regalo, um ideário que também poderá ter sido partilhado pelos que vivenciaram os solares e palácios do Lumiar. A partir de meados do séc. XIX quando a fotografia começou a banalizar-se, passámos a ter registos de imagens de instantâneos da realidade, ainda que estes incluam imagens de *encenação* e *pose*. Mas todas elas são testemunhos visuais da forma como os contemporâneos escolherem o que captar e como figurar nessas imagens. Nesse sentido, consideramo-las testemunhos visuais de um tempo. Razão pela qual neste apontamento recorreremos amplamente a fotografias para focalizações e contextualizações concretas ou enquadramentos exemplificativos.

Apesar de termos notícia de o Lumiar ter, desde a Idade Média, uma faceta de lugar de recreio e, simultaneamente, de desenvolvimento de relações e alianças<sup>60</sup>, a compreensão histórica da continuidade e posterior revitalização do fenómeno social de interesse pelas *quintas*<sup>61</sup> pode remeter para uma influência vinda de Itália: a das *villas palladianas*, o que elevou o apreço pela *Quinta de Recreio*. Terá sido esta imagética da *villa* agrícola que, no século XV, levou a um amplo movimento de integração de palácios e palacetes no meio rural e, com eles, a veicular a expressão do ideal bucólico de vida no campo, um ideal já antigo. Encontram-se no império

<sup>57</sup> Na nota da Figura 72 um exemplo, o excerto da descrição da *Quinta dos Azulejos* feita por António Feliciano de Castilho. Nela ele plasmou a memória que conservava daquela quinta quando ali passou um período de convalescença.

<sup>58</sup> Em <http://www.macconnal-mason.com/Ricci-Arturo-DesktopDefault.aspx?tabid=45&tabindex=44&artistid=127346> veja-se Ricci. Ainda contemporâneo da realidade do século XIX, ele representou-a num estilo académico, fixando nas suas telas cenas sociais de momentos reais ou imaginários de formalidade ou de entretenimento. Encontram-se em <https://www.google.pt/search?q=arturo+ricci+paintings&biw=1240&bih=708&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=drupVLXK8y9UfeWgggL&ved=0CB4QsAQ&dpr=0.9#imgdii=> ligações para muitas destas obras. Numa marcada *pintura de género*, Ricci projectou uma ambiência galante, regida por protocolo, envolta por alguma futilidade e apontamentos anedóticos em espaços marcadamente decorativos.

Vladimir Pervuninsky, num estilo formal, com laivos impressionistas, recria em pleno séc. XX uma imagética revivalista novecentista (veja-se em <http://www.cosmopolitanart.com/vp.html>). Uma fantasia glamorosa do que teria sido um estilo de vida bruscamente desvanecido no tempo trágico que encerrou a *belle époque* europeia. Dele, Pervuninsky capta um imaginário de atmosfera educada e refinada, instantes harmoniosos, encontros despreocupados, momentos feéricos e excitantes da *joie de vivre* em ambientes citadinos ou bucólicos (veja-se em <http://maherartgallery.blogspot.pt/2013/06/vladimir-pervuninsky.html>). Uma abordagem pictórica do século XX que não deixa de evidenciar um duradouro encantamento pelo ambiente e ideário das quintas de recreio.

<sup>59</sup> *Zeitgeist* é a palavra alemã utilizada para descrever o espírito de uma época, aquele que corresponderia ao sentir e à visão do mundo da maioria das pessoas. Hegel conferiu um carácter histórico a este conceito associando-o ao meio ambiente que prevalece no espaço-tempo de cada época histórica e que lhe daria as suas particulares características distintivas. (Hegel, 1979)

<sup>60</sup> *Pode concluir-se que o Lumiar era bem frequentado por famílias da nobreza que deviam estabelecer convivalidade com o antigo Paço de D. Afonso III. Era natural que estas famílias rodeassem a figura real, deslocando-se com ela e estabelecendo-se nos locais onde o rei pousava.* (REVEZ, 2014: 5)

<sup>61</sup> *“Unidade rural de dimensão muito variável que inclui terrenos abertos de cultivo, outros delimitados, por vezes murados, para hortas e pomares, construções de apoio à agricultura e à criação de animais, moradias para caseiros ou trabalhadores e a casa do proprietário. Anexa a esta, conforme a especificidade da sua utilização e o estatuto social dos seus habitantes, aparecem as zonas de recreio: jardins, pequenos lagos, fontes ou mancha de arvoredo.”* (CALDAS, 1999:34).

romano raízes deste ideal, que enaltecia o campo e a agricultura. Neste discurso projectava-se uma ideologia de superioridade estética e moral de um “tempo anterior” e fazia-se a apologia do seu modo de vida simples. Tal era, também, uma mensagem política no período do império romano que pretendia dar do campo e da agricultura uma imagem idealizada e exemplar dos valores da antiga república. Este enaltecimento dos valores e das instituições fundadoras será, também no século XIX, uma bandeira do movimento romântico. Note-se que ainda hoje, o ideário naturalista inspira visões sociais e culturais minoritárias de rejeição crítica do modo de vida e às bases de sustentação da sociedade actual.

No século XV-XVI, num contexto renascentista – fortemente vinculado ao pensamento, valores e produções culturais da antiguidade clássica – não surpreende que o ideário e o gosto pela cultura da antiguidade tenha procurado encontrar expressão nas *villas palladianas* – palácios no campo, e, conseqüentemente, na afirmação das virtudes e benefícios da vida rural. Tal equivaleria a uma representação individual e social do *ideal de vida* de um homem nobre, quer a esse ideal correspondesse uma dimensão de atitude moral, quer de estatuto social. É claro que esta *realização* implicava, para além da vontade da pessoa em se integrar num paradigma cultural em voga entre as elites do seu tempo, condições de ser proprietária de uma quinta e dispusesse de meios para a sua manutenção e materialização do ideário visado. Tal ocorre amplamente no caso do Palácio dos Duques de Aveiro, em Azeitão, edificado no início do século XVI por D. Jorge, Mestre da Ordem de Sant'Iago e filho bastardo de D. João II. Apesar de esta Ordem estar sedeadada no castelo de Palmela, o seu Mestre apreciava a companhia dos religiosos do Convento de Nossa Senhora da Piedade. Para lhes estar próximo, comprou em Azeitão “*umas casas*” vizinhas que acabou por transformar num palácio, um dos mais soberbos exemplares da arquitectura civil portuguesa renascentista.

Razões práticas também terão influenciado, sobretudo a partir do século XVII, a “corrida às quintas” pela nobreza e pela burguesia e justificado o investimento na edificação de palácios e palacetes no campo. João Vieira Caldas aponta: [a *nobreza*,] *instalada em Lisboa, aproveitará as suas quintas dos arredores para dar largas aos seus propósitos ostentatórios, limitados nas residências urbanas por uma apertada malha urbana (...) na sua grande maioria, os paços rurais da realeza ou da nobreza portuguesa, (...) funcionavam como uma rede destinados a veraneio, recebimento de impostos e, sobretudo, ao aprovisionamento de carne, efectuado através de caçadas* (CALDAS, 1999: 113). Facto é que as quintas de recreio do Lumiar, Paço do Lumiar, Telheiras, e conhecemos algumas, integram-se genericamente na definição proposta por Marieta Mesquita: “*Chama-se Quinta de Recreio à propriedade rústica que, independentemente da dimensão, inclui terrenos de cultivo, hortas e pomares, edifícios de apoio à exploração agrícola e pecuária, habitações de trabalhadores rurais e, junto à residência do proprietário, zonas de lazer, designadamente jardins, pavilhões, fontes, lagos, pombais e matas, variando em função do estatuto social dos moradores (...) quase sempre uma residência secundária de uma Família possuidora de uma casa ou palácio em Lisboa. (...) As mais próximas tinham como função constituir espaços alternativos à cidade, logo lugares de repouso e ócio*”. (Apud QUINTAS, 2011: 49).

Tendo em conta o que seria o *espírito do tempo*, cremos que, em meados do século XVIII, as quintas de recreio são uma realidade alinhada e coerente com o pensamento estético, económico e filosófico em voga na época: o *bucolismo*, a *fisiocracia* e o *iluminismo*. No início do século XVIII o movimento literário da *arcádia*, depois acompanhado nas artes plásticas pelo *neoclassicismo*, representou uma rejeição do anterior excesso e artificialidade barroca. Esta nova sensibilidade estética, testemunhada no pensamento produzido em diversas áreas criativas – e visualmente registada em muitas pinturas coevas – defendia o retorno a um ideário clássico afirmado na simplicidade e humildade pastoril de uma vida singela e em comunhão com a natureza. Uma idealização do que teria sido uma imaginária simplicidade de

vida na antiga região grega da Arcádia (vd. Figura 83) poderá ter gerado particular empatia e efectivo gosto de possuir de recreio.

Na economia estava em voga a *fisiocracia*, o “governo da natureza”, o que pode ter contribuído para reforçar o interesse por propriedades rurais de recreio. As quintas de regalo eram um interesse lúdico que casava bem com o novel pensamento económico. Este atribuía à agricultura o papel de verdadeira fonte geradora da riqueza de um país (vd. Figura 84). A fisiocrática considerava que o desenvolvimento da economia das nações não se devia focalizar na acumulação monetária resultante da actividade mercantil de simplesmente acrescentar valor a um produto, mas numa economia de base produtiva sustentada pela agricultura. A fisiocracia e o bucolismo encontravam-se também em consonância com o pensamento filosófico de Rousseau, um dos epígonos do iluminismo. Ele desenvolveu a noção de *natureza humana* como *estado natural* derivado da própria Natureza. O homem e o seu modo de vida deviam estar em equilíbrio e comunhão com ela. A própria sociedade, uma construção social e não uma imanência natural, devia reger-se pelo *contrato social* (ROUSSEAU, 1974), harmonizar o *direito natural* e o *bem comum* social sem descuidar a liberdade e autonomia do indivíduo. Neste caldo social e cultural não surpreende que a posse de quintas e habitações no campo fosse valorizada por pessoas *iluminadas*, bem-nascidas e/ou prósperas o suficiente para concretizarem, ou emularem, a idealização de uma vida assente em ideais bucólicos e estilos naturais, como meio de realização individual em concordância e harmonia com a Natureza (vd. Figura 85).

O património imobiliário rural, os cenários de quintas de recreio, se imbuídos de finalidade idealizada não deixariam de visar objectivos práticos. Entre eles, o prazer dos seus proprietários vivenciarem plenamente diversas dimensões (vd. Figura 86). Uma delas, associada ao espaço de jardim, que remetia para um imaginário antigo – o do jardim do Éden, e que nestas quintas, tinha particular relevância. Em Portugal um exemplo paradigmático observa-se nos jardins dos dois palácios da Quinta do Monteiro-Mor<sup>62</sup>. No projecto das *villas* e palácios levantados nas quintas de recreio, o jardim assumia um papel destacado. Eram concebidos para ser *locais de desfrute*, de contemplação poetizada da natureza e, também, para veicular a afirmação programática da filosofia de valorização do espaço natural, integração harmoniosa com a natureza e com o *espírito do lugar* – o seu *Genius Loci*.

A escolha dos lugares para construir palácios e casas de campo e seus jardins, ou era resultado de uma resposta impulsiva ao encantamento e fascínio que o sítio exercera sobre o futuro proprietário, o que sucedeu com Federico o Grande – quando ele se deixou deslumbrar pela colina onde em 1774 mandou construir o Palácio de Sanssouci<sup>63</sup>, literalmente “sem preocupações” – ou foram decisões maturadas sobre espaços criteriosamente seleccionados. Escolhidos por impulso ou calculada escolha, estes espaços careciam de ostentar potencial geográfico e ambiental que justificasse o elevado investimento na edificação de uma villa ou palácio e na criação de parques e jardins que deviam servir a proprietários e visitantes a encenação ou a procura da vivência de uma idealização (vd. Figura 87).

Para além do potencial natural destes lugares eles implicavam, e acabavam por adquirir, potencial social. Não eram imunes a fenómenos *de moda*, de afirmação ou procura de estatuto social. Mas tal não obstava que não tivessem em consideração as possibilidades destas propriedades para assegurar aos seus proprietários e convidados um desfrute distendido, *sanssouci*. Nelas, eles tinham maior privacidade que nas suas casas e palácios das cidades, sem para isso pagarem o preço do desconforto. O interior e exterior rural destas *maisons de*

<sup>62</sup> Veja-se a localização e relativa dimensão do espaço de jardim nas Figuras 63, 64 e 102.

<sup>63</sup> *La historia de Sanssouci comenzó en agosto de 1743 con un paseo a caballo y una merienda a las puertas de Potsdam. «Ayer almorzamos en la colina, desde donde la vista es encantadora».* (WESCH, 2009:4).

*plaisance* eram dedicados ao seu ócio e prazer. Este podia ser contemplativo, retirado de passeios e deambulações pelo espaço bucólico; de índole intelectual, sendo célebres os que se desfrutavam nas tertúlias do Palácio de Sanssouci<sup>64</sup>. E também podiam ser prazeres sensuais e afectivos, como os de montar, caçar, visitar e receber amigos, namorar, desfrutar de festas galantes. Nas quintas de recreio podia-se também explorar o interesse prático de afirmação de poder<sup>65</sup>; de alimentar alianças; do útil prazer proporcionado por oportunidades de consolidar influências sociais e políticas; ganhar apoiantes e conquistar correligionários. (vd. Figura 88). Esta multiplicidade de prazeres e interesses, tanto podiam agregar-se em torno de assuntos fúteis–disputas, combates poéticos– como de questões com maior relevância envolvendo negócios, alianças, acção e intriga política.

Estas finalidades, e as novas ou reinventadas arcádias, não coincidiriam propriamente com a simplicidade e a frugalidade da vida dos camponeses, os vulgares habitantes de espaços e casas rurais. A fidelidade das novas edificações e do suposto ideal ao seu original espírito seria relativa. Estas quintas de recreio e as suas casas eram, de alguma forma, cenários construídos para concretizar um desejo de jogo e idealização (vd. Figura 89). Nessa altura também não havia informação arqueológica e etnográfica consistente sobre como, na realidade, tinham sido as antigas *villas* romanas. A iconografia que circulava pasmava os modelos convencionais da arte e arquitectura clássica. Mas dificilmente a generalidade destes proprietários, “novos árquedes”, seriam “modernos rústicos” na sua época, se tivessem como projecto de vida a nostálgica concretização dos preceitos de Virgílio. Ou mesmo o simples desejo de submissão ao destino traçado para os homens pelo divino: “*doravante ganharás o pão com o suor do teu rosto*” (vd. Figura 90).

O Terramoto de 1 de Novembro de 1755 poderá ter também contribuído para ampliar o interesse pelas casas e quintas de recreio nos espaços rurais. Lembremo-nos que, logo depois da tragédia, D. José deixou de residir no palácio real de Lisboa ou em qualquer outro da capital, preferindo permanecer na *real barraca* que foi montada na Ajuda. O campo, espaço rural mais amplo e fora de portas, ficava a maior distância do epicentro da catástrofe de má memória (vd. Figura 91). E seria considerado, pela nobreza e burguesia com posses, mais seguro e salubre para erguerem os seus palácios, *villas* agrícolas, quintas de recreio e casas de campo. No período das invasões francesas, durante a ocupação de Lisboa, as segundas residências na periferia da cidade, ou em locais mais afastados, também deviam proporcionar uma sensação de refúgio mais seguro. Por natural empatia ou força de circunstâncias externas, a permanência nas quintas de recreio e casas de campo poderá ter criado duradoura vinculação dos proprietários e convidados a estes locais e às casas que neles tinham erigido.

O Lumiar também era considerado um lugar aprazível, salubre, com quietude e *bons ares*. Tal terá determinado em 1753 a escolha Palácio dos Azulejos – local onde actualmente existe o Colégio Manuel Bernardes – para a convalescença do infante D. Augusto. Os seus reais progenitores, por duas vezes, visitaram o filho nesta quinta do Paço do Lumiar (vd. Figura 92). Após a morte de D. Maria II, num período algo tenso e percorrido por rumores inquietantes contra a vida dos príncipes, D. Fernando enviou os filhos, durante algum tempo, para a Quinta do Conde do Paço. Os afamados *bons ares* do Lumiar levaram ainda a que este fosse escolhido para instalação de uma unidade hospitalar vocacionada para a cura da tuberculose (vd. Figura 93).

---

<sup>64</sup> Retornó a su imagen de monarca ilustrado y de príncipe de la paz, residiendo en los meses cálidos del año en su pequeño palacio de recreo Sanssouci. Los hombres más ilustres de Europa se reunían en el viñedo junto a Potsdam en la célebre tertulia, filosofaban sobre Dios y el mundo y escuchaban atentamente las interpretaciones a la flauta del “filósofo de Sanssouci.” (WESCH, 2009:3).

<sup>65</sup> Em 1747, a gazeta Spenersche Zeitung noticiava: «Su Majestad el Rey se instaló ayer en su increíblemente lujoso palacio de verano, Sanssouci, construido recientemente junto a Potsdam, y almorzó a mediodía en una mesa de 200 invitados» (apud WESCH, 2009:4).

Apesar da expressividade do fenómeno das *villas palladianas* em Portugal ser mais tardia do que em Itália, tal não reduziu o interesse pelas propriedades rurais e pela sua dimensão recreativa, interesse que, porventura, o “caldo cultural” do ideário romântico acrescentou e revitalizou. No século XIX verifica-se um recrudescimento do interesse da nobreza e alta burguesia na posse de quintas no Lumiar e Paço do Lumiar, para as suas segundas casas. Tal valorização do campo poderá estar associada ao referido ideário romântico<sup>66</sup>; a alguma neurastenia; à necessidade de procura de reequilíbrio devido à tensão que marcou o liberalismo português; à desilusão que este trouxe a alguns, como Alexandre Herculano, que acabou por se retirar definitivamente para a sua quinta de Santarém; a uma habitual procura de relações de proximidade entre elementos do grupo social dominante; ao fenómeno de mimetismo que acompanha uma moda.

A *casa Júlio de Castilho* e a *casa Luz Soriano* enquadram-se neste período histórico e no imaginário que envolvia *villas*, palácios e casas de campo. A opção por um destes tipos de habitação não decorria estritamente da condição social dos proprietários mas, também, da sua condição económica e modelos inspiradores (vd. Figura 94). Veja-se, ainda que distantes no tempo, os casos da casa de campo do Marquês de Angeja, a actual Vila Adelina, e da *villa palladiana* de José Pisani, um rico burguês italiano radicado em Lisboa (vd. Figura 95). Este mandou construir um dos mais espectaculares palácios do Paço do Lumiar numa quinta de enorme dimensão que possuía: ia da Rua Direita do Paço do Lumiar até próximo do actual mercado do Lumiar. Ou, como já referimos, o Palácio de Angeja ter sido adquirido pelo rico burguês Henrique Teixeira Sampaio, cuja filha veio a casar-se com o 2º Duque de Palmela. As casas de Júlio de Castilho e de Luz Soriano, comparativamente muito modestas, não deixarão, contudo, de ser representativas de paradigmas de uma relativa sensibilidade colectiva<sup>67</sup> que elevava entre a nobreza e a burguesia o apreço pelas casas de campo como espaço recreativo para uma sazonal tranquilidade *sanssouci*. Tal é destacado na lápide que se encontra na Casa Luz Soriano: “*Este prédio foi por muitos anos propriedade e residência de Verão do nosso notável historiador Simão José da Luz Soriano*” (vd. Figura 96).

À sua escala as casas de Júlio de Castilho e de Luz Soriano não deixaram, ainda que de forma limitada, de emular alguns dos tópicos que eram características essenciais de grandes e pequenos palácios e *villas* de recreio. Os seus habitantes não prescindiriam do habitual conforto numa relação directa com a natureza (vd. Figura 97). Esta advinha da localização destas moradas num bucólico Lumiar rural e possuíam jardins num meio campestre. E garantiam, por contraponto com o espaço urbano, uma eventual maior privacidade e concretização de um desejo pessoal de individualização. Este, também se poderá ter exprimido na apropriação de uma parcela da natureza *capturando* parte dela nos jardins das suas propriedades muradas. O usufruto exclusivo desta parcela natural pode ter-se afigurado para os seus donos uma síntese feliz entre posse de propriedade e o ideal romântico de individualidade. (vd. Figura 98).

<sup>66</sup> Garrett frequentava o Palácio Angeja/Palmela e certamente terá apreciado a naturalização do jardim inglês deste palácio. Veja-se, um testemunho da sua presença no poema *No Lumiar*, in *Folhas Caídas* (1859: 66-69), disponível em

<http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=2&ved=OCCYQFjAB&url=http%3A%2F%2Fcvc.instituto-camoes.pt%2Fconhecer%2Fbiblioteca-digital-camoes%2Fliteratura-1%2F1050-1050%2Ffile.html&ei=CrrfU6XeDumw0QWX6IGYDQ&usg=AFQjCNGpYpJkHVdwWhvSBWaZfizJNzd9IA&sig2=n4gQfxizHtACDLU5BAWJJA>. Refira-se que Alexandre Herculano foi, durante muitos anos, grande amigo de António Feliciano de Castilho, pelo que, também ele, poderá ter visitado o Lumiar.

<sup>67</sup> Sensibilidade social predominante enformada na *consciência colectiva*, entendida como o conjunto de crenças, valores e sentidos que os membros de uma sociedade projectam para a globalidade da sua vida colectiva (Durkheim, 1984).

Comum a palácios e a casas de menor dimensão era a presença da água. Um recurso que abundava no Lumiar e elemento característico do exterior das casas e *quintas de recreio*. (vd. Figura 99-102). A água, tão necessária para estes cenários, era, como vimos, um recurso que abundava no Lumiar. Os logradouros das casas de Castilho e de Luz Soriano não possuíam lagos e fontes como os que existiam nos palácios e solares vizinhos. Estas duas casas tinham poços e pequenos tanques decorativos. Numa destas casas ainda existe uma pérgula a sombrear os bancos em alvenaria; noutra, um terraço levantado sobre o jardim e ambas tinham pequenos jardins murados. Estes não deixariam de ser espaços resguardados do exterior e, possivelmente, percebidos como propiciadores de uma bem-vinda quietude. Esta seria favorecedora de distensão, apropriada para a introspecção e o estudo ou propícia para privar e conviver mais reservadamente com amigos. E, também, para uma contemplação, ainda que limitada, da natureza (vd. Figura 103). Quer de uma *natureza ordenada*, como a do *jardim francês* do Palácio do Monteiro-Mor (Museu do Teatro) e o da Casa Luz Soriano, que se pauta pelo mesmo gosto – nele ainda existem os canteiros geométricos originais; quer de uma *natureza desordenada* ao olhar, ainda que tal não fosse obra natural mas sabiamente construída, como a que, ainda hoje, se evidencia em trechos do *jardim inglês* do Palácio Angeja/Palmela (Museu do Traje).

No exterior dos muros das casas e palácios do Lumiar a paisagem natural irradiava e podia ser amplamente contemplada e usufruída. Quer a partir das casas que ofereciam uma vista muito ampla<sup>68</sup> (vd. Figura 104), quer visitada em deambulações a pé ou a cavalo. Moradores e forasteiros faziam longas caminhadas e passeios montados pelas azinhagas e campos da Estrada Militar (vd. Figura 105, 106). O Lumiar era assim um sítio onde as pessoas iam expressamente para passear no campo; fazer almoços campestres e merendar sob as árvores; assistir a procissões; ocorrer às três feiras anuais muito concorridas (vd. Figura 107, 108); assistir a esperas de toiros (vd. Figura 109) e provas desportivas (vd. Figura 110). Mas também para desagrar ofensas (vd. Figura 111) e emocionarem-se com o fado nas tascas fora de portas (vd. Figura 112)<sup>69</sup>. Tal apesar de em 1903, como Júlio de Castilho referiu, o Lumiar já não ser a aldeia que fora: *o nosso Lumiar, hoje cheio de palacetes e cortado de eléctricos, carruagens e automóveis, formou um bairro da Capital; um bairro que crescia, que estava a ficar cada vez mais povoado* (vd. Figura 113) e que passou dos 2.840 habitantes que tinha em 1900 para 30.000 habitantes no final do século XX. Na primeira década do século XXI a Freguesia registou um crescimento populacional de 50%, contando então cerca de 45.000 habitantes. Ao longo deste período o Lumiar foi perdendo os seus traços de antiga aldeia periférica de Lisboa; o seu papel de fornecedor de produtos agrícolas à cidade; a sua apelativa aura de sítio de recreio.

Ao prolongado fenómeno de interesse sucedeu-se o de desinteresse por quintas, solares e palácios no Lumiar e nas Freguesias vizinhas da Ameixoeira e da Charneca. Apesar do histórico e duradouro interesse pelo espaço rural, muitas das quintas e edifícios campestres começaram a ser votados a um crescente abandono a partir de meados do século XX. O seu património natural e edificado foi-se degradando até acabar por ser alvo de saque e/ou de vandalismo (vd. Figura 114). Depois, aos seus espaços começou a ser dado outro destino. O valor dos terrenos das quintas de recreio subiu em flecha quando os afectaram a projectos imobiliários de urbanização colectiva que acompanhou o crescimento da cidade. As casas de campo na periferia urbana foram migrando para destinos mais distantes e o mesmo sucedeu com as casas de praia na linha do Estoril, Cascais e Sintra. Verificou-se uma perda de interesse por estes sítios para neles se ter segundas habitações quando com a ampliação da cidade e a

<sup>68</sup> Algumas destas quintas também dispunham de um mirante. Na Quinta da Musgueira existiu um, altíssimo, com uma vista fantástica.

<sup>69</sup> Sobre usos lúdicos do velho Lumiar, veja-se informação associada às notas das Figuras 107 a 112.

facilidade de transporte, eles começaram a integrar o grande espaço urbano. Entretanto, foram surgindo novos locais de moda para casas de recreio e de férias.

Note-se que bem antes das quintas e palácios rurais terem adquirido uma dimensão de moda, o duradouro fenómeno de apreço por quintas de regalo, casas e palácios de campo na região do Lumiar não teve qualquer descontinuidade geográfica determinada pelos limites territoriais com as Freguesias vizinhas. Emerge como evidência que a ocupação e modelação humana do *território natural* não se regem por meras fronteiras administrativas. Da elevada concentração de quintas de recreio na região do Lumiar, poderá depreender-se que terá constituído factor primordial de valorização e preferência as características e recursos do espaço físico e, possivelmente, a empatia provocada pela proximidade e irmanamento de prestígio social entre proprietários das quintas vizinhas ou no seu limítrofe (vd. Figuras 115 e 116). Critérios que, no período áureo das quintas de recreio, terão continuado a constituírem factores de selecção. Uma continuidade histórica que, desde a Idade Média, terá modelado uma realidade convergente e nunca completamente descontinuada, ainda que percorrida por diversos contextos socioculturais que, no tempo, enquadraram o imaginário e estilos de vida de determinados grupos sociais. Tal pode contribuir para a compreensão da duradoura e expressiva presença de quintas de recreio, solares e palácios no Lumiar. Um fenómeno que foi tão marcante na época dourada das *quintas de regalo* do Lumiar que, ainda hoje, dele se conserva forte presença no panorama da sua paisagem física e cultural e que está, actualmente, a ser visivelmente reactivado.

Como mais à frente se verá, assiste-se a um retorno ao espaço de *fora de portas* que foi o antigo Lumiar mas, agora, para morar na cidade. E, no caso das antigas quintas do Paço do Lumiar, em locais menos uniformizados e incaracterísticos, como os que se tornaram comuns nas modernas urbanizações de habitação colectiva. Nos antigos espaços, os novos habitantes podem, também, continuar manter preferência por um relativo irmanamento social entre vizinhos nas novas urbanizações destas quintas e até nos edifícios de algumas delas que resistiram ao tempo. Assiste-se a uma revitalização de um antigo imaginário: o do Lumiar como um sítio que volta a ser desejado para nele se ter casa. Já não uma casa de Verão ou segunda morada, mas como local de residência principal na cidade de Lisboa. Muitos elementos da média e alta burguesia apreciam residir próximo, ou mesmo nas quintas, da *Aldeia do Paço de a par do Lumiar*.

## 5. A Casa Júlio de Castilho, um património num entorno cultural

Ao lado da casa Júlio de Castilho existem o Museu Nacional do Traje, o Museu do Teatro e o Parque Botânico do Monteiro-Mor. Não nos deteremos nestes equipamentos historicamente recentes instalados nesses edifícios patrimoniais. Sobre eles, existe informação disponível e facilmente acessível. Iremos, então, deter-nos noutros que, apesar de menos conhecidos, foram instituições que desempenharam um papel relevante, histórico e cultural, particularmente junto de estratos sociais médios e populares: a colectividade de cultura e recreio *Academia Musical 1 de Julho de 1893*, popularmente conhecida, simplesmente, como a *Academia*; o *Asilo da Infância Desvalida e dos Pobres do Lumiar*, actual *Centro Popular do Lumiar* e a *Sociedade Instrução e Beneficência José Estêvão*. Espaços patrimoniais e culturais públicos são suportes que permite viver em comunidade.

### 5.1. Academia Musical 1 de Julho de 1893

No Largo Júlio Castilho, em frente do Museu Nacional do Traje existe a *Academia Musical 1 de Julho de 1893*.<sup>70</sup> Incorpora no seu nome a data da sua fundação (reveja-se Figura 10) que ocorreu num outro espaço. O seu nascimento sucede no contexto do amplo movimento do associativismo oitocentista. Este teve, na dimensão das colectividades de cultura e recreio, uma significativa e duradoura expressão, sendo que algumas das então criadas ainda hoje existem.

A maioria destas associações, predominantemente implantadas em zonas urbanas, tinha uma orientação laica e progressista, sendo relativamente transversais em termos sociais, pois contavam na sua massa associativa membros das classes média e baixa da sociedade. Estas associações foram criadas num tempo em que existiam problemas de reenquadramento social de trabalhadores rurais que tinham migrado para a cidade para trabalhar como operários ou nos serviços. Algumas destas associações e colectividades estimulavam o bairrismo como factor de afirmação de pertença e vinculação identitária. Este fenómeno migratório foi particularmente evidente no Lumiar. Uma Freguesia, nos limites de Lisboa, que reunia a proximidade e o fácil acesso ao centro da capital, com a atractividade de conservação dos traços e referências culturais do mundo rural e, até, de práticas desse universo (reveja-se Figura 108). Tais factores facilitavam a integração de quem, com frequência analfabeto, vinha da *província* e não tinha outro conhecimento do mundo para além do que era “*sua terra*” e modo de vida rural.

O movimento associativo oitocentista também ocorreu na época em que a cultura e a educação foram reconhecidas como necessidade e factores de oportunidade para a mobilidade social. Dai a proliferação destas *academias* populares. Acreditava-se que a cultura e a educação contribuíam para fornecer os rudimentos necessários a uma formação profissional mais qualificada, a reflexão e capacitação para a emergência de uma *consciência de classe*. Estas associações procuravam assim desenvolver uma importante acção cultural e educativa, criando bibliotecas, promovendo a leitura, realizando palestras e cursos livres. A par desta finalidade educativa assumiam também uma função recreativa e de enraizamento, de

---

<sup>70</sup> Veja-se a Figura 10.

sociabilização e lazer que, criam, evitava o *embrutecimento* associado à frequência das tabernas.<sup>71</sup> Como os seus membros se consideravam pessoas mais *iluminadas* e esclarecidas, com alguma frequência surgiam nestas instituições associativas propostas de acção e envolvimento filantrópico, cívico e político.

Ainda hoje pessoas do Lumiar lembram-se de ouvir referir as actividades desenvolvidas na Academia e outras (já poucas) ainda participaram nas palestras, concertos, jogos, cinema, almoços e jantares colectivos, excursões, bailes, teatro, cegadas. Para as representações teatrais a comunidade produzia o cenário e fornecia o guarda-roupa. A direcção e o elenco era, com frequência, formada por moradores do bairro<sup>72</sup>, um comunitarismo com laivos e reminiscências de formas de organização social partilhada e participada que, até tardiamente, perduraram nos universos culturais rurais e, também, no Lumiar (vd. Figuras 45 e 118).

Quando os estúdios de cinema da TÓBIS (vd. Figura 117) se instalaram na Alameda das Linhas de Torres, muitos moradores do Lumiar figuraram em filmes nacionais e estrangeiros ali rodados. Sempre que *O Pátio das Cantigas* e outros filmes antigos dos anos 40 passavam na televisão, nas cenas colectivas era fatal ouvirem-se comentários: *Olha a Maria X! Óh, ali vai o Zé tal...* e continuavam, por ali fora, a reconhecer muitos dos que já há trinta, quarenta, cinquenta anos tinham partido. A memória destas pessoas guardou viva lembrança das que, agora, já só podiam olhar nestes filmes— e certamente associavam-nas a acontecimentos relevantes ou a actos simples do dia a dia capturados na sua memória sobre o espaço físico e social do antigo lugar. Para nós, que não as conhecemos, as imagens destes figurantes, duradouradamente retidas nos fotogramas destes filmes, são um registo visível de pessoas reais que, com maior ou menor destaque, nos anos 20 a 70 do século XX foram verdadeiros protagonistas da vida no Lumiar.

Na memória dos informantes com quem nos fomos cruzando havia lembranças distantes ligadas à Academia e ao seu envolvimento no que ali ocorreu. Nos anos 60, havia ao Domingo à tarde um baile, uma *matinée*, e *soirées* de dança nalgumas noites de Sábado. Os bailes de Domingo à tarde também eram muito frequentados por “magalas” do quartel do Lumiar e por criadas das casas de vários bairros de Lisboa. Era o dia da folga delas, ou a tarde livre das que eram empregadas em regime interno, e o bocado da semana em que a maioria deles saía do quartel. Para quem era do Lumiar, para muitos que ali estavam de passagem ou para outros que por aqui ficaram, muitos namoros e alguns casamentos começaram na Academia. Nessa época, e até ao final dos anos 70, os grandes bailes que de uma forma mais abrangente congregavam naturais, população e forasteiros eram os bailes de Carnaval que tinham um ponto alto no concurso de máscaras. Antes, houve um outro, o concurso dos *vestidos de papel*. O *papel crepon* era um material barato e de excepção para “armar” os vestidos e exprimir a criatividade da concepção do traje e a habilidade da costureira. A partir do final dos anos 60 tornou-se evidente uma certa segmentação social e cultural. Alguns jovens do Lumiar ainda participavam nos bailes semanais e outros eventos; mas outros preferiam procurar paragens e ocupações diferentes para os tempos livres.

Durante o salazarismo e o marcelismo, o espaço da Academia também proporcionou oportunidades para as pessoas furarem o apertado cerco da vigilância e censura. Ali podia

---

<sup>71</sup> Apesar deste objectivo, mesmo junto da Academia ficava a *taberna da Ricardina*, ao lado do lagar do palácio onde residia a família de Bernardo de Mesquitela, na *casa comprida*. Nesta taberna, com muita freguesia, havia no chão um recinto para o *jogo da Laranjinha*, um jogo tradicional popular muito apreciado pelos homens (no muro do lado esquerdo palácio da Figura 61).

<sup>72</sup> Para além das representações teatrais, e do envolvimento em outras actividades lúdicas profanas, os moradores também participavam colectivamente em outros eventos. Por exemplo, nos *momentos santificados* das procissões; na *Visita da Sagrada Família*. Veja-se informação associada à Figura 108.

ouvir-se, em sessões de *canto livre*, algumas músicas interditas e ver filmes proscritos que não passavam habitualmente nos cinemas. No final, a assistência tinham oportunidade de trocar impressões e informações e comentar leituras proibidas. Passavam-se de boca a ouvido notícias saídas nos jornais clandestinos ou transmitidas pela *Rádio Moscovo* ou *Rádio Voz da Liberdade* emitida a partir da Argélia.

Hoje, a Academia Musical 1 de Julho de 1893 ainda permanece activa. Agora também lhe chamam *Centro Sociocultural do Lumiar* e a instituição procura manter a tradição das colectividades de cultura e recreio<sup>73</sup>. Recorde-se que o Largo Júlio de Castilho não foi o local original da colectividade. Antes, ela esteve na Rua Direita, instalada no primeiro andar, por cima da padaria, num prédio revestido de azulejos, (vd. Figura 118) que fica mesmo em frente do antigo *Asilo da Infância Desvalida e dos Pobres do Lumiar*.

## 5.2. Asilo da Infância Desvalida e dos Pobres do Lumiar / Centro Popular do Lumiar

Perto da Casa Júlio de Castilho, na Rua Direita do Lumiar, existe um asilo criado em 1857 por iniciativa de uma comissão local: o *Asilo da Infância Desvalida e dos Pobres do Lumiar*. Esta instituição destinava-se a crianças abandonadas, órfãos, filhos de indigentes ou mendigos. Tinha por objectivo<sup>74</sup>, como as suas congéneres<sup>75</sup>, acolher crianças nestas situações, providenciar-lhes algumas bases educativas e formação profissional. Constava no quadro do pessoal deste asilo uma professora de instrução primária e uma professora do curso secundário<sup>76</sup>.

Alguns asilos foram patrocinados por personagens socialmente relevantes, tendo alguns sido apadrinhados por D. Pedro V e por D. Amélia. No caso da fundação do *Asilo da Infância Desvalida e dos Pobres do Lumiar*, esta obra social não partiu da iniciativa governamental ou de um patrono, o que sucedeu com outros asilos congéneres. No Lumiar, a iniciativa deveu-se ao espírito empreendedor e associativo da comunidade local, um fenómeno que também ocorreu noutros sítios e que não deixa de ser emblemático da pujança social do associativismo popular oitocentista.

Durante o período do PREC, *Processo Revolucionário em Curso* que decorreu de 1974 a 1975, estando o asilo desactivado e devoluto já há bastantes anos, o edifício foi alvo de uma ocupação popular. Os ocupantes procederam à remoção de escombros e cotizaram-se para a compra de materiais para obras que os próprios realizaram. Ai, instalaram a actual *Associação Popular do Lumiar*. Nela foram dinamizadas as valências de infantário; espaço de sociabilização; área de ateliers; um posto médico rudimentar apoiado por dois médicos que participaram na ocupação e nas obras e que, depois, providenciaram pequenas acções de

---

<sup>73</sup> O Centro Sociocultural do Lumiar desenvolve actividades de música, teatro, danças de salão e continua a ser um sítio onde se joga às cartas e ao bilhar. Também apoia as modalidades desportivas de atletismo, basquetebol e xadrez. A *Academia* tem um grupo coral e organiza anualmente para as Festas Populares de Lisboa a representação da marcha do Lumiar que desfila no S. António na Av. da Liberdade.

<sup>74</sup> Sobre a função do *Asilo da Infância Desvalida e dos Pobres do Lumiar* veja-se <http://run.unl.pt/bitstream/10362/10170/1/Relat%C3%B3rio%20de%20Est%C3%A1gio.pdf>

<sup>75</sup> No Lumiar havia outro orfanato, o de Santa Isabel (vd. Figura 21). Em frente à Rua Pena Monteiro, também existia uma casa de acolhimento, para rapazes órfãos, ligada aos Inválidos do Comércio, um edifício que depois de ter sido abandonado ao longo de anos está actualmente recuperado.

<sup>76</sup> Veja-se no *Diário do Governo* de 18 de Fevereiro de 1935 em <http://www.dre.pt/pdf1s%5C1935%5C02%5C03900%5C02930293.pdf>

medicina preventiva e formação rudimentar de enfermagem.<sup>77</sup> Quarenta anos depois, a *Associação Popular do Lumiar* ainda funciona como infantário (vd. Figura 119) sob supervisão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

### 5.3. Sociedade Instrução e Beneficência José Estêvão

Fundada em 1911, com o apoio de José Maria do Espírito Santo e Silva<sup>78</sup>, a *Sociedade Instrução e Beneficência José Estêvão* homenageia com o seu nome este destacado parlamentar e notável tribuno (1868-1917), que foi membro da ala radical do Partido Republicano Português. Esta sociedade fazia parte da *Associação Escolar de Ensino Liberal* e integra-se no movimento de criação de *Centros Escolares Republicanos*. Estes, tendo objectivos políticos de promoção da cultura republicana, visavam claramente o desenvolvimento educativo dos cidadãos.

O frontispício do seu edifício em ruína, sito na Alameda das Linhas de Torres, ainda hoje enuncia o que foi o programa de acção da instituição: *Sociedade Instrução e Beneficência José Estêvão, aula infantil, cantina e Balneário*<sup>79</sup> (vd. Figura 120). Nos seus três pisos, a *Associação* assegurava todas estas valências. A aula infantil ficava no piso térreo, a tardoz. Neste havia outras duas divisões viradas para a fachada. Uma era a sala administrativa da secretaria; a outra, à noite, era sala de reuniões e, durante o dia, “viveiro de aclimação” para as crianças mais pequenas recém admitidas. Ao centro, a toda a largura do edifício, num amplo salão, era a Sala de Aula infantil. Esta não tinha janelas directas para o exterior mas tal não significava grande prejuízo de luz e conservava temperaturas anuais amenas. Grandes portadas de madeira abriam da sala para a cantina que era também usada para diversas actividades expressivas e sociais. Envidraçada quase de cima a baixo e a todo o comprimento, a cantina dava para o “recreio”, um pátio amplo a céu aberto, com o cimo dos muros percorridos por um roseiral (vd. Figura 121). A aula infantil, equivalente dos actuais infantários, recebia meninas e meninos a partir dos quatro anos. Uma realidade mista, que era algo invulgar na altura (vd. Figuras 122 e 123), como invulgar era, também, o ensino pré-primário.

Duas professoras desenvolviam com as crianças um conjunto de actividades pedagógicas e de entretenimento nos dois anos em que elas ali permaneciam até ingressarem na escola primária. Eram apoiadas pelas trabalhadoras da cantina no enquadramento das actividades no recreio. No primeiro ano as crianças desenhavam, cantavam muito, ouviam histórias, preparavam pequenas representações e brincavam no pátio. No segundo ano procuravam ensinar-lhes algumas bases de leitura e escrita, facilitadoras para a sua integração na escola primária, o actual 1º ciclo do ensino.

---

<sup>77</sup> Veja-se imagem de um autocolante dessa altura em <http://ephemeraipp.com/2013/07/31/centro-popular-do-lumiar/>

<sup>78</sup> “José Maria do Espírito Santo e Silva foi o principal benemérito de várias agremiações de protecção à infância, com particular destaque para a Sociedade de Instrução e Beneficência José Estêvão, antigo Centro Democrático Escolar José Estêvão, de que era associado desde 1906 (elemento em que se detecta, porventura, o seu pendor político). Numa cerimónia aí ocorrida aquando do descerramento do retrato de Espírito Santo e Silva, seis meses após a sua morte, Pena Monteiro, director da associação, e que com o banqueiro muito privara, disse: «Espírito Santo e Silva, como comerciante de lotarias e devido à sua muita seriedade e muita dedicação ao trabalho, conseguiu depois de distribuir largamente o bem em toda a sua vida, não negando o seu auxílio a qualquer obra de caridade que se lhe deparasse, legar a sua família além de meios de fortuna — o que é alguma coisa — um nome honrado — o que é muito, o que é tudo — o que é o melhor e mais nobre dos títulos que se podem herdar.»”. (DAMAS, 2002: 874).

<sup>79</sup> O outro balneário público, localizava-se junto do tanque das lavadeiras (vd. Figura 26) e da sopa dos pobres.

O modelo usado na *José Estevão* para a aprendizagem da leitura, pelo menos ainda no início dos anos 60, era fornecido pela *Cartilha Maternal* de João de Deus. Na Aula infantil procura-se que as crianças reconhecessem opticamente as letras e exprimissem verbalmente essa identificação. A aprendizagem da escrita limitava-se a pouco mais do que a esboçar as letras do alfabeto e os números de um a dez.<sup>80</sup> Para a interiorização do significado do número e noção de operações de adição e subtração eram usados feijões secos ou alguns objectos.

Quando estas crianças chegavam aos seis anos era a grande divisão. A maioria seguia para o ensino oficial e os rapazes só tinham de subir a escada para o 1º andar, onde funcionava a escola primária masculina; já as meninas despediam-se da *José Estevão* e iam para a escola feminina que ficava a meio da Rua Direita do Lumiar, por cima da Adega dos Presuntos (veja-se Figura 48). Algumas crianças ingressavam em escolas privadas. Elas no *Externato Marquesa de Alorna* ou no Colégio das Doroteias e eles no *S. João de Brito* (vd. Figura 124), no *Manuel Bernardes* ou no *Colégio Moderno*, este já na freguesia do Campo Grande. No final dos anos 20 e 30 do século XX, para algumas crianças não havia esta divisão. Eram as que iam para a casa da D. Joana, na Travessa do Coutinho, onde esta professora privada ensinava e preparava os seus alunos, meninos e meninas, para dali a quatro anos fazerem o exame da 4ª classe e alguns deles para o exame de admissão ao liceu.

Mas a *Sociedade Instrução e Beneficência José Estevão* não limitava a sua acção às crianças pequenas e ao ensino primário masculino. À noite, havia aulas de alfabetização de adultos, onde várias pessoas fizeram a 4ª classe em cursos nocturnos. Alguns também tiraram outras vantagens do espaço cívico que era a *José Estevão*. O final das reuniões associativas era uma oportunidade de encontro de oposicionistas num espaço relativamente livre. A *José Estevão*, contornando a falta de liberdade de expressão e de reunião, era uma pequena ilha de acolhimento do ideário republicano e socialista.

#### 5.4. Destaque de figuras incontornáveis associadas à *casa Júlio de Castilho*: António de Castilho; Júlio de Castilho; Luz Soriano

No Lumiar e Paço do Lumiar viveram, ou acorreram, muitas personagens que fizeram história em Portugal. Refiram-se, a título de exemplo, Almeida Garrett; o 1º Duque de Palmela; Cesário Verde, cuja casa ainda existe (vd. Figura 125). Destacamos, por natural relação com a Casa

---

<sup>80</sup> A educadora desenhava, a giz, a letra ou o número no grande quadro preto de ardósia da sala e as crianças faziam a aprendizagem reproduzindo o seu desenho. Eram pacientemente apoiadas por ela que, colocando a sua mão por cima da delas, lhes orientava o movimento do estilete fino para, nas suas pequenas pedras de ardósia emolduradas em madeira, fazer surgir mais correctamente a forma da letra ou do número. Estas pedras eram bem mais usadas do que o papel das sebtas. Estas eram mais usadas para os desenhos feitos a lápis de grafite e, por vezes, a lápis de cor. Canetas e esferográficas era coisa que estas crianças não usavam. Ficavam reservadas para quando elas já estavam na instrução primária sendo o uso de esferográfica corrente a partir do 2º ou 3º ano para algumas cópias, ditados e redacções. Estes exercícios, por vezes, também se faziam a lápis mas, então, o uso deste predominava nos ditados e contas. Era nos dois primeiros anos da escola primária que, apesar de as esferográficas terem vindo para ficar, as crianças iriam fazer o tirocínio de escrever com uma pena de madeira molhando cuidadosamente o aparato metálico no tinteiro. Só depois de terem controlado a capacidade de escrever à pena sem muitos borrões é que passavam, durante algum tempo, a escrever com uma caneta de tinta permanente, o que quase assumia o significado de um visível diploma de competência na arte da escrita. O mais difícil e pouco sucedido no segundo ano na *José Estevão* seria a tentativa de ensinar as crianças a ler as horas no enorme relógio redondo pendurado por cima do grande quadro negro de ardósia. Mas o relógio sempre lhes terá servido para as ajudar a reconhecer os números que, felizmente, eram em caracteres arábes. O início do conhecimento dos números, e contas, em caracteres romanos seria assunto para mais tarde, nas aulas da 3ª classe.

Castilho, as figuras deste e a de António Feliciano de Castilho, e por proximidade entre as habitações, a de Luz Soriano (vd. Figura 126).

Associada à casa Júlio de Castilho surge o nome do pai, António Feliciano de Castilho (1800 - 1875)<sup>81</sup>, escritor, pedagogo e polemista. Cego desde a infância, a sua juventude decorreu no período convulso do liberalismo, tendo António Feliciano de Castilho chegado a militar no Partido Cartista, facção conservadora do liberalismo português. Ele foi um acérrimo opositor da *Revolução da Maria da Fonte*, o movimento popular que despoletou um conjunto de posicionamentos e movimentos que deram origem à guerra civil da *Patuleia*. Na infância, António Feliciano de Castilho passou largo período na Quinta dos Azulejos, sita no Paço do Lumiar (reveja-se Figura 72). O seu precoce talento poético cedo foi reconhecido, tendo-lhe sido atribuída uma pequena pensão. Licenciado em Direito, Castilho foi, também, um apreciado tradutor de importantes obras clássicas. Este destacado e produtivo escritor do romantismo português foi grande amigo de Herculano. Terá sido pela mão de Castilho que Herculano foi introduzido nos salões literários da Marquesa de Alorna e ambos alimentaram uma relação que com elevadas provas de estima e mútuo apoio durou muitos anos, até que um incidente, que procuraram velar, rompeu a sua amizade (veja-se [http://www.arqnet.pt/portal/pessoais/castilho\\_1845.html](http://www.arqnet.pt/portal/pessoais/castilho_1845.html)). Mas antes desta ocorrência, e atendendo à sua relação tão próxima, não se afiguram improváveis algumas visitas de Herculano ao Lumiar.

Na biografia de António Feliciano de Castilho emerge uma relevante realização e uma grande polémica, acontecimentos que, porventura, perduram como os mais marcantes na memória do que foi o seu percurso de vida. A realização é a que permanece associada à sua faceta de pedagogo. Dela destaca-se a sua preocupação com a aprendizagem da leitura e a invenção do método Castilho de leitura repentina, que ele designou por *Methodo Portuguez*, bem como a sua activa e bem-sucedida intervenção na criação de escolas primárias gratuitas e, até, de algumas escolas secundárias, os liceus. Tal iniciativa é verdadeiramente relevante, tendo em conta que, à época, o analfabetismo em Portugal rondava os 75% da população. A polémica que se destaca na sua biografia, *Do Bom Senso e do Bom Gosto*, conhecida por *Questão Coimbrã*, foi travada com Antero de Quental. Ela não só marca a sua biografia como a história da cultura portuguesa no século XIX; foi um confronto de sensibilidades estéticas e sociais entre o ultra-romantismo crepuscular e o naturalismo e realismo nascentes.

Em 1870 António Feliciano de Castilho, pai de Júlio de Castilho, foi agraciado por D. Luis com o título de Visconde de Castilho, título que foi transmitido a seu filho em 1873.

Tal como seu pai, Júlio de Castilho (1840-1919)<sup>82</sup> teve uma vida preenchida, multifacetada mas também não isenta de preocupações.<sup>83</sup> Possuía o Curso Superior de Letras e foi bibliotecário (primeiro-oficial) na Biblioteca Nacional. Destacou-se como jornalista, político e diplomata. Foi figura de renome como historiador, estudioso da literatura, poeta, dramaturgo e político. Distinguiu-se duradouramente como nome cimeiro na olissipografia e é, por muitos, considerado o inventor destes estudos. Podemos relevar na sua extensa investigação *Lisboa Antiga* e *A Ribeira de Lisboa*, obras que permanecem como referências incontornáveis no

<sup>81</sup> Veja-se [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio\\_Feliciano\\_de\\_Castilho](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Feliciano_de_Castilho)

<sup>82</sup> Veja-se [http://pt.wikipedia.org/wiki/J%C3%BAlio\\_de\\_Castilho](http://pt.wikipedia.org/wiki/J%C3%BAlio_de_Castilho)

<sup>83</sup> Se ambas as figuras foram afectadas pelas tensões políticas e sociais em confronto no ambiente instável do liberalismo português e por polémicas, também as duas enfrentaram dificuldades económicas. Júlio de Castilho, para manter a sua casa e família, viu-se forçado a vender obras da sua biblioteca pessoal, como consta que terá relatado em carta que escreveu a Thomaz de Mello Breyner. Talvez por esta razão nunca terem dado entrada na Torre do Tombo os documentos com os números de inventário 40, 56, 88 a 102, 114, 117 a 120, 129, 132, 135, 136, 138, 152, 159, 181, 182,265,381,385,404,437, 438,480,496, 518,519,525,535,538,545 a 549,570,571,572,574,576 a 579, 596, 614 a 618, 677, 703.

estudo da cidade.<sup>84</sup> Como o seu pai, Júlio de Castilho foi autor de extensa obra e também se interessou pelo debate pedagógico. Foi, igualmente, membro de relevantes instituições científicas e académicas e correspondente de diversas publicações. O reconhecimento pelo seu saber e erudição evidencia-se na extensa obra e no facto de ter sido nomeado como professor do Infante D. Luís.

Em 1913, Júlio de Castilho doou à Torre do Tombo, sendo desta Director o seu amigo António Baião, parte da sua relevante *Colecção Olisiponense*. E, em 1915, as suas *Colecção de Vistas e Plantas* e *Colecção de Santos*. Anos depois da sua morte, foi entregue na Torre do Tombo o conjunto de monografias, publicações periódicas e manuscritos que completam a valiosa *Colecção Olisiponense*.<sup>85</sup>

No Miradouro de St.<sup>ª</sup> Luzia encontra-se, desde 25 de Julho de 1929, o busto de Júlio de Castilho, da autoria do escultor António Augusto da Costa Mota. No local foi criado o *Jardim de Júlio de Castilho* (vd. Figura 127). Esta homenagem, decidida pela Comissão Administrativa do Município de Lisboa, foi o reconhecimento do valor da vida e obra de Júlio de Castilho, muito particularmente pelo estudo da olissipografia que indubitavelmente teve nele o seu grande impulsionador. A Câmara Municipal de Lisboa também atribuiu o seu nome ao Largo da Duquesa e criou em sua memória o *Prémio Júlio Castilho*, distinção anualmente atribuída à melhor obra sobre a cidade de Lisboa.

Simão José da Luz Soriano (1802-1891), médico, político, jornalista é, sobretudo, reconhecido como historiador. É o autor de uma obra incontornável para o estudo das guerras liberais entre absolutistas e liberais: “*História da Guerra Civil*”, “*O Cerco do Porto*”, e “*Vida e Obra de Sá da Bandeira*”. Na sua obra histórica destaca-se ainda o estudo “*História do Reinado de D. José*” e o livro “*Marquês de Pombal*”.

Para além de ter sido um relevante historiador, e do seu desempenho profissional como médico, das diversas facetas da sua intervenção cívica e política sobressai no perfil de Luz Soriano a sua abnegação e filantropia, características que, ainda hoje, fazem parte da memória social afectiva que foi transmitida às pessoas mais idosas do Lumiar. Do seu vasto legado destacamos a criação e a subvenção particular que assegurou para o funcionamento de uma *aula pública de instrução primária*. Se as obras sociais e culturais que apoiou, promoveu e financiou lhe granjearam um merecido reconhecimento, conferiu-lhe grande visibilidade as doações que fez para a construção dos túmulos de Camões e de Vasco da Gama. Também a ele se deve a iniciativa de promover e assegurar o financiamento do monumento a Afonso de Albuquerque que existe em Belém. O município de Lisboa reconheceu a relevância do cidadão e do historiador Luz Soriano inscrevendo o seu nome na toponímia da cidade de Lisboa. A sua memória está também inscrita na história do Lumiar onde Luz Soriano possuiu, ao lado da casa de Júlio de Castilho, uma casa de Verão na Rua Pena Monteiro, casa que ostenta a lápide (reveja-se Figura 96) que perpetua a memória da sua presença no Lumiar.

---

<sup>84</sup> Júlio de Castilho é considerado o fundador da Olissipografia. Veja-se *Breve História da Olissipografia* in <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=42&ved=0CCIQFjABOCg&url=http%3A%2F%2Fcvc.instituto-camoes.pt%2Fconhecer%2Fbiblioteca-digital-camoes%2Fpensamento-e-ciencia%2F159-159%2Ffile.html&ei=7xLgU-TwBseM7AbV-4DQDw&usg=AFQjCNE3KCxyOHmyo78ly3A1kgR72ICxpA>

<sup>85</sup> Já postumamente, em 1919, foram entregues as monografias, periódicos e manuscritos que completavam a *Colecção Olisiponense*. Outra documentação legada à Torre do Tombo apenas foi entregue em 1934. Júlio de Castilho estipulara que sua sobrinha, D. Joana Amélia Trancoso, dela tivesse usufruto enquanto vivesse.

## 6. De novo a moda de *fora de portas*, apesar das desfigurações recentes

Assiste-se actualmente ao retorno do Lumiar como lugar de moda. Verifica-se assim uma continuidade de ocupação de um antigo lugar de recreio. Não na exacta forma em que tradicionalmente fora utilizado para temporadas sazonais numa segunda habitação, mas como espaço de residência habitual num local que permite uma expressão de desejo de evasão, de gosto por um quotidiano urbano mas parcialmente vivido num enquadramento diferente. Algumas das quintas ainda existentes foram recentemente reabilitadas como condomínios fechados, encontrando-se no Lumiar alguns dos mais caros e exclusivos condomínios lisboetas. De alguma forma é o despertar de um *Genius Loci* por 100 anos adormecido (vd. Figura 128).

Estes condomínios localizam-se nos sítios que, há 300 anos, foram invadidos pela corrida à procura de quintas de recreio para, no meio do campo, erigirem palácios, *villas* e casas rurais. Apesar do abandono e da vandalização, um património significativo resistiu ao tempo por detrás dos altos muros. Parte da paisagem<sup>86</sup> e ambiente ainda hoje conferem um espírito e requinte muito particulares a estes espaços, um desfrute privado e selectivo (vd. Figura 129). Eles não se comparam ao da vulgar habitação colectiva, mesmo quando a dimensão desta é impressionante e a disponibilização de amenidades generosa. Nestes edifícios falta-lhes um *Genius Loci*; a possibilidade de apropriação de um património validado; uma relativa exclusividade do seu desfrute (reveja-se Figura 71). Características que, apesar do elevado investimento, conferem aos espaços habitacionais nas antigas quintas do Lumiar, e seus palácios, uma incontornável vantagem competitiva. A de atrair o desejo, agora mais focalizado na alta burguesia de um cliente-alvo que aspira ter a sua primeira residência, a casa de cidade, num espaço histórico com reminiscências rurais e elitistas como o Paço do Lumiar<sup>87</sup>.

---

<sup>86</sup> Actualmente a palavra paisagem não se limita a designar a extensão do território ou de uma área que abrange um lance de vista. Ela é compreendida a partir da ideia de representação, isto é, depende do modo como a fruimos e assim, não se separa do que é para nós o belo. (QUINTAS, 2011: 11)

<sup>87</sup> Exemplos da procura desta exclusividade e afirmação do seu ideário reflectem-se nas propostas do mercado imobiliário. A linguagem usada explora o efeito do estímulo de branding emocional dos compradores. Com ele, procuram estabelecer uma relação emocional com o consumidor, associada ao significado da marca e/ou da representação mental que este faz dela, visando assim elevar à maior expressão o valor do bem e da sua representação mental. A oferta do produto faz-se em mensagens-chave indutoras da tomada de decisões pelo consumidor. Elas exploram “mitos performativos” (pessoas que influenciam a opinião pública na sociedade), mitos de identidade (que traduzam a marca através da personagem e da sua representação). A promoção da venda destas habitações de elevado preço no Paço do Lumiar apresenta-as como um produto para ser percebido pelo potencial comprador como uma identificação de desejo e sequente oferta de um meio de o satisfazer. Vejam-se exemplos:

Inspirado pelo lugar de repouso do pantera negra, o grande Eusébio, procurei algo com nível nas imediações. Foi no condomínio de luxo Quinta de São Sebastião, no paço do Lumiar, que fiquei convencido. Espaços desafogados com muita luz natural, jardins privados, glamour, 280 m2 de habitação e quatro lugares de garagem. O condomínio oferece piscinas, interior e exterior, e tem umas zonas comuns a invocar o estilo renascentista. Um bom spot para se viver em Lisboa longe e perto o suficiente do rush do coração da cidade. <http://casas-de-luxo-em-portugal.blogs.sapo.pt/>

O palacete com uma área útil de construção de 985 m2 está distribuído da seguinte maneira: R/c com 434 m2 com uma garagem para 8 carros, 2 suites (uma das quais é tipo estúdio, com quarto, sala e cozinha) uma ampla sala de jogos, Lavandaria e Garrafeira, no primeiro andar, uma suite com terraço, casa de banho social, salão, casa de jantar e biblioteca todos com lareira, a dar para uma ampla terraço e jardim, cozinha equipada com sala de pequenos almoços. Sótão com 181 m2 com 4 suites (uma delas com mezzanine e terraço). Elevador. O palacete ainda têm um grande jardim com piscina com um balneário, e um aparador para refeições. <http://www.imovirtual.com/imoveis/predios/palacete-vende-se-lumiar-pal2595/2192257/>

Moradia única de 370m2! Localizada no Paço do Lumiar, esta extraordinária moradia oferece carisma e estilo.

Ele, ainda hoje, conserva dentro da cidade de Lisboa um ambiente bucólico e glamorosos recantos de um *glorious Éden*<sup>88</sup>.

Estes empreendimentos urbanísticos, em alguns casos, também não deixam de ser uma oportunidade de salvar o que o tempo e a incúria não destruíram completamente das antigas quintas e do seu património arquitectónico e artístico, ainda que persistam casos de flagrante desigualdade na reabilitação e regeneração do espaço e do património edificado existente na Freguesia (vd. Figura 130-131). Todavia, para além de pequenas bolsas, ou fora dos muros destas quintas, e apesar de alguma recente e oportuna reabilitação de casas na antiga Rua Direita, o Lumiar encontra-se profundamente desfigurado pelo que foi o processo de crescimento e ocupação do seu território urbano e rural ao longo da segunda metade do século XX.

## 6.1. Um Éden maculado

Encontram-se desde os anos 40 do século XX sinais do início da desqualificação urbana da Freguesia com habitações precárias no seu limítrofe. Mas o ponto mais crítico do processo de explosão populacional e desqualificação do território do Lumiar pode localizar-se no início dos anos 60 do século XX, com o surgimento massivo de novas urbanizações e da *Quinta da Musgueira* (reveja-se Figura 65) onde ocorreu uma nova e inventiva reinvenção de uso do que fora uma quinta rural e de recreio.

Nos limítrofes desta quinta, no espaço periférico da freguesia, pessoas pobres vindas de fora começaram a alojar-se em barracas de madeira (vd. Figura 132), sem água, luz ou esgotos e rodeadas de sujidade. Depois, em grandes grupos, outras vieram ocupar o terreno da Quinta da Musgueira, primeiro em barracas e mais duradouramente em tugúrios de tijolo e cimento. Os proprietários da quinta cederam à Câmara de Lisboa a área fora de muros que pertencia à propriedade. Este espaço foi primeiro utilizado para instalar em barracas as famílias retiradas de habitações precárias no vale de Alcântara para a construção dos acessos à ponte sobre o Tejo (vd. Figura 133) e, depois, as que tinham perdido as casas nas grandes cheias que assolaram a várzea de Loures no Inverno de 1967 (vd. Figura 134). Assim surgiu o bairro da Musgueira que, entre Musgueira Norte e Musgueira Sul, acabou por ocupar cerca de 10 hectares. Apesar de, nessa altura, se pensar que as habitações deste bairro eram instalações provisórias, ali ficaram durante 30 anos (vd. Figura 135).

Ao contrário do que sucedia nas barracas da vizinhança, e durante algum tempo noutros bairros de lata de Lisboa, as barracas da Musgueira tinham uma rede rudimentar de esgotos, uma pia de pedra no chão; água canalizada, uma torneira por barraca e electricidade – “puxada” a partir dos postes eléctricos e candeeiros que iluminavam as ruas; recolha periódica de lixo. A Musgueira foi um bairro de lata concebido com alguma racionalidade urbanística: foram traçadas “ruas” paralelas e, ao longo delas, o terreno foi dividido em talhões com a área estipulada para cada barraca. Estas foram, primeiro, construídas pela Câmara para os referidos realojamentos. No espaço restante foi, depois, permitida a construção de outras, sendo suposto que todos os habitantes pagassem uma taxa municipal. Eles foram forrando estas

---

[http://www.sothebysrealtypt.com/imoveis/moradia-4-quartos-lisboa-paco-do-lumiar\\_pt\\_1976](http://www.sothebysrealtypt.com/imoveis/moradia-4-quartos-lisboa-paco-do-lumiar_pt_1976)

<http://www.homehunting.pt/pt/home/detail/2975/comprar-venda-palacete-v6-bairro-lumiar>

<sup>88</sup> Expressão utilizada por Lord Byron, no seu poema *Childe Harold's Pilgrimage* (1812-1818), para se referir ao bucolismo da Sintra romântica que conheceu.

“casas” por dentro com grandes folhas de *apartige* –para tapar melhor as juntas das tábuas, criar uma pequena caixa-de-ar e, assim, tornar as suas casas menos frias. Com o tempo, a algumas, foram-lhes acrescentados um primeiro andar. A maioria das barracas de madeira do bairro acabou por ter paredes de alvenaria que ficavam em “toscos”, com o tijolo e o cimento à vista, até os seus donos terem interesse e dinheiro para “fazer a benfeitoria” de as rebocar e pintar. Numa ou outra não aconteceu esta melhoria e foram barracas de madeira até serem demolidas para dar lugar à *Alta de Lisboa*. Apesar das ruas da Musgueira terem sido previamente projectadas, nunca tiveram nome: eram apenas números. Para os habitantes esse facto ampliava o estigma social de ali morarem. Quando em qualquer situação oficial, ou civil, precisavam de dar a sua morada, impunha-se-lhes o constrangimento de declarar ou escrever a denunciadora informação do seu endereço: *Rua H, Porta 27, Bairro da Musgueira*.

A continuada migração para a cidade e a fixação e crescimento de uma população com baixos recursos originou, também, a criação do *Bairro Social da Cruz Vermelha* (vd. Figura 136). Este núcleo habitacional teve, desde o início, uma topografia convencional onde as ruas já tinham nome. As casas de alvenaria, em habitação colectiva, tinham quatro andares, o que legalmente as dispensava do custo da instalação de elevadores. Mas, rapidamente, o bairro *Cruz Vermelha* se degradou em termos construtivos, sociais e ambientais.

Apesar das suas diferentes características, e de estes bairros estarem marcados pelo estigma da exclusão social e por diferenças e tensões entre os seus habitantes, os moradores destes bairros construíram um forte sentido territorial, comunitário e de identidade. A chegada não enquadrada ao bairro da Musgueira de visitantes ou activistas que pretendiam realizar trabalho social, era olhada com reserva e surda hostilidade que os fazia sentirem-se intrusos. Gente que não pertencia ao bairro, que não era “dos nossos”, era alvo do acinte orgulhoso que reservavam aos estranhos. Eram observados descaradamente até serem conhecidos e reconhecidos pela comunidade.

O crescimento populacional e urbano, no Lumiar e territórios limítrofes da Freguesia do Lumiar, particularmente no concelho de Loures, provocou uma enorme pressão nos eixos viários e transportes públicos existentes, ou inexistentes até 1974 – era o caso da ligação do Lumiar ao Paço (vd. Figuras 137 e 138). Até aí os moradores no Paço do Lumiar desciam dos transportes públicos no final da Alameda das Linhas de Torres. Anos antes, se vinham de eléctrico, podiam descer a meio da Rua Direita do Lumiar (vd. Figura 139). Mas um número crescente de pessoas trabalhava em Lisboa e a fazer diariamente deslocações pendulares entre a cidade e os subúrbios. Era uma nova realidade incompatível com a continuidade do terminus da linha eléctrica naquela rua. Ainda assim nos anos 60 do século XX era impressionante e morosa a entrada matinal no Lumiar das filas de carros e de transportes públicos que, apesar de numerosos, eram insuficientes (vd. Figura 140). O excesso de carros estrangulou os eixos viários do Lumiar. De manhã eram filas intermináveis a subir lentamente a Calçada de Carriche para passar pela estreita Rua Direita do Lumiar; ao final da tarde, as mesmas filas a descer, a passo, a Estrada do Desvio. Em parte, este excesso de automóveis pode ter resultado de os velhos autocarros pretos e verdes de dois andares só chegavam à Calçada de Carriche (vd. Figura 141), impelindo a população da periferia a comprar viatura própria, logo que tinha possibilidades.

Esta realidade e o seu contínuo crescimento ditaram a necessidade de alterar o acesso norte a Lisboa. O problema foi resolvido com uma ideia peregrina: uma espécie de autoestrada citadina (vd. Figura 142), a Avenida Padre Cruz, sendo que já nos anos 60 se tinha construído uma via entre o termo Norte do Lumiar e a Calçada de Carriche (vd. Figura 143). Esta via, depois, foi amplamente alargada para a nova avenida desaguar no Lumiar com o insensato sacrifício do seu núcleo histórico. A passagem deste novo eixo viário não teria, necessariamente, de ter a solução que encontraram para o seu traçado e cujo resultado, em

parte, se pode constatar contrapondo como evidência os testemunhos visuais das figuras 144 e 145.

A pressão urbanística no entorno próximo do núcleo urbano do Lumiar (vd. Figura 146) teve o seu início expressivo na década de 60, com a desenfreada construção de habitação colectiva na zona de encosta da Estrada da Ameixoeira e da Estrada do Desvio. Esta desfigurou física, arquitectónica e socialmente o que ainda era área rural do Lumiar (vd. Figuras 147 e 148). Mas seria nos anos 70 que ocorreria o momento decisivo para a extinção do antigo núcleo urbano do Lumiar: a já referida construção da Avenida Padre Cruz. Foi traçada a direito, sem ponderar alternativas, como a construção de um túnel desnivelado<sup>89</sup> entre a zona do mercado e a Estrada Militar ou uma outra solução para o traçado desta artéria, antecipando, por exemplo, parte do percurso do Eixo Norte-Sul). A Avenida Padre Cruz levou simplesmente tudo a eito e arrasou a parte histórica do Lumiar<sup>90</sup> (vd. Figura 149). Uma insensibilidade que, apesar de limitada, terá algum paralelo com a barbaridade cultural empreendida em Bucareste no tempo de Ceausescu e de que resultou a destruição de bairros medievais inteiros.

Entretanto, outras ocupações urbanas e novos bairros surgiram ou desenvolveram-se em paralelo. Primeiro, foi ao longo da Alameda das Linhas de Torres, desvirtuando-a e amputando-a de edifícios que caracterizavam o seu panorama ambiental e lhe conferiam carisma. Alguns, na impossibilidade de os removerem, foram votados a um destino de decadência ou ruína (vd. Figuras 150 a 156). O processo de ocupação do espaço do Lumiar com habitação colectiva, o que começou a ser sistematicamente empreendido desde o início dos anos 60 na Estrada do Desvio e Ameixoeira chegou, depois, à antiga aldeia de Telheiras, o povoado que se tinha desenvolvido junto da quinta com o mesmo nome. Mais recentemente este processo teve espectacular continuidade com a urbanização da *Alta de Lisboa*, empreendimento que teve um resultado positivo de requalificação do que tinha sido o Bairro da Musgueira.

Mas, possivelmente, não se poderá considerar que a Alta de Lisboa, ou há uns trinta anos o novo bairro de Telheiras, tenham tido impacto directo expressivo na fossilização da paisagem arquitectónica e cultural do núcleo antigo do Lumiar. A Alta de Lisboa, Telheiras e outras urbanizações relativamente recentes, todas pós Avenida Padre Cruz, já não poderiam afectar muito – mesmo em termos culturais, sociais e de serviços – uma realidade morta: o núcleo urbano de raiz medieval da Freguesia do Lumiar. Tal evidência ressalta na comparação entre o espaço como ele era representado na cartografia do Lumiar em 1950 (vd. Figura 157) e como ele surge numa imagem recente (vd. Figura 104).

Não se pode deixar de destacar o que lamentavelmente ocorreu por muitas décadas anteriores: a ausência de uma necessária perspectiva de conservação e regeneração do bairro histórico do Lumiar.<sup>91</sup> A necessidade desta intervenção é evidente nas fotografias apresentadas ao longo do anexo comentado de figuras deste trabalho. Nelas é visível o

---

<sup>89</sup> Idêntica opinião tem Artur Botão: para que esta zona possa recuperar alguma vida própria seria importante eliminar a barreira que constitui a Avenida Padre Cruz e que separa a Rua do Lumiar da zona dos Museus, da Igreja e do cemitério, o que penso só pode ser feito com desnivelamento da dita avenida em túnel com reconstituição do casario entre as duas zonas. (BOTÃO, 2008: 112).

<sup>90</sup> “O Nó do Lumiar é neste momento um centro urbano disfuncional devido à força do sistema viário que, apesar de permitir uma eficácia da acessibilidade automóvel numa extensão mais alargada do território, não permite um confortável usufruto do espaço onde está inserido, composto por elementos de inequívoco valor histórico, patrimonial, cultural e administrativo.” (PITA, 2012:3)

<sup>91</sup> “Não há porque obstar o crescimento de uma cidade, ele é necessário e bem-vindo, mas as perdas de referências da população em relação a seu passado provocam, por exemplo, a perda concomitante da noção de “pertencimento, princípio e segredo da identidade”, que no nosso entendimento passa pela educação patrimonial”. (NORA, 1993:18).

continuado processo de degradação dos edifícios. Mas, registre-se, assiste-se actualmente a algumas obras de intervenção e reabilitação. Se compararmos o presente quadro com o de há cinco ou há dez anos, a Rua Direita apresentar menos edifícios arruinados é uma evidência. Mas permanece necessário e desejável que estes empreendimentos tenham continuidade e se possam inscrever numa política alargada de gestão territorial. Esta deve, também, ter em conta os referenciais culturais do antigo espaço do Lumiar pois o *desaparecimento da tradição cultural própria ao ser absorvida na unidade do nível de integração mais elevado significa, de facto, neste como em outros casos semelhantes, uma espécie de morte colectiva* (ELIAS, 1993: 47).

## 7. Situação actual da casa Júlio de Castilho

Voltando a centrar-nos na Casa Júlio de Castilho, o que subsiste da envolvente do seu anterior contexto patrimonial é o pouco que resta do que foi o antigo Lumiar (reveja-se Figura 157). Apontamentos pontuais remanescentes estão ainda inscritos no que, hoje, é um cenário da memória de uma comunidade desfeita: um pequeno conjunto de casas decrepitas, algumas em estado de ruína e abandono. Evidencia-se neste cenário a impositiva descontinuidade espacial resultante da ruptura provocada pelo eixo viário que arrasou o Lumiar (vd. Figura 158-159). Este, pela sua extrema proximidade, impõe-se sobremaneira no entorno das casas de Júlio de Castilho e de Luz Soriano e cortou, literalmente ao meio, a Rua Pena Monteiro, criando a insólita situação desta rua existir em cada um dos lados da Avenida Padre Cruz.

O Largo Júlio de Castilho encontra-se descuidado. As pedras do chão carecerem de ser rebatidas para rectificação do piso. A fonte, no centro do largo, está a degradar-se rapidamente e a sua pia de pedra começou a quebrar-se. Para a estátua desaparecida (reveja-se Figura 19) não se toma a decisão de encomendar uma réplica.<sup>92</sup> O muro do Palácio Angeja/Palmela está a esboroar-se em vários sítios e a carecer de ser rebocado e pintado. Falta uma solução que qualifique o espaço onde foi a casa das Belas, actualmente um espaço vazio que provoca ruído visual e desequilibra a harmonia do largo (reveja-se Figura 11 e 159). A Rua Pena Monteiro, onde se situa a casa Júlio de Castilho, apresenta o piso ainda mais desnivelado. Parte dele não voltou a ser recolocado quando, há uns anos, foi levantado para instalação de infra-estruturas no subsolo. O terreno junto da empena da casa de Luz Soriano, devoluto desde que o antigo Lumiar foi arrasado, não é vendido nem é reconvertido; é, apenas, deixado ao abandono.

Sobre a própria casa, que saibamos, não terá sido produzida ou não sobreviveu documentação que forneça indícios relevantes sobre o edifício. Apresenta-se em avançado estado de ruína e prestes a perder-se por completo. Numa observação empírica impressionante constata-se que o seu espaço interno está completamente descaracterizado. As poucas pré-existências estão arruinadas e em avançada fase de degradação, pelo que o interior da casa encontra-se praticamente destituída de delimitação arquitectónica (vd. Figura 160). Do edifício original apenas resta a estrutura visivelmente degradada do casco exterior e as cantarias de pedra. Fachadas, empenas e espaço interno estão a ser tomados por vegetação espontânea. Os materiais construtivos apresentam-se em estado de grave patologia que evidencia a situação de fragilidade e ameaça de queda das paredes. Portas, janelas e aduelas de madeira estão inaproveitáveis<sup>93</sup>.

No interior, a cobertura do piso térreo abateu quase completamente e a do primeiro piso colapsou, pelo que, em amplas áreas, o pé-direito do edifício vai, literalmente, de cima a baixo, do rés-do-chão ao sótão. Como as paredes internas ruíram na sua quase totalidade é impossível ter-se uma perspectiva e leitura do que foi a organização do espaço interior e no tempo em que nesta casa residiu Júlio de Castilho (reveja-se Figura 160). O chão que resta ou está arruinado, ou foi furtado, tendo os azulejos do interior sido metodicamente roubados. A cobertura exterior do edifício é uma inexistência.

---

<sup>92</sup> Mesmo que um dia a escultura original venha a ser encontrada, este procedimento pode, porventura, ser o mais prudential e entregar o original à guarda, por exemplo, do Museu da Cidade. Uma opção similar à que é tomada por diversas cidades europeias visando assegurar a preservação do seu património cultural artístico, quando não é possível fazê-lo mantendo as peças no espaço público e no contexto para que foram criadas.

<sup>93</sup> Veja-se um descritivo visual destas evidências no exterior da casa nas Figura 14 e 15.

Esta degradação extrema da casa Júlio de Castilho ocorreu no espaço espantosamente curto de uma década após ter ficado desabitada. Em 1997 o imóvel foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa e, desde então, caiu em completo abandono e desvalor, ainda que diversas chamadas de atenção para o problema tivessem surgido por parte da opinião pública.<sup>94</sup> Facto é que se já antes desta mudança de propriedade a casa requeria cuidados a sua situação agravou-se.

Tendo integrado o património municipal a casa continuou sem qualquer manutenção ou recuperação, o que seria expectável tendo em conta a debilidade do seu estado, o seu estatuto de edifício histórico e o edifício ter sido considerado pelos competentes serviços da Câmara Municipal de Lisboa um interessante exemplo de arquitectura suburbana pós-terramoto do termo da cidade de Lisboa, e mantém ainda uma grande unidade e coerência definindo um adequado enquadramento ao Palácio Angeja-Palmela. (Apud REVEZ, 2014: 17).

Durante este período sucedeu ter sido a Casa Júlio de Castilho alvo de persistente vandalização e sofrido dois incêndios, apenas limitados pelo pronto alerta dado pelos vizinhos. A situação de abandono da Casa Júlio de Castilho reveste-se, também, de especial perigosidade para a Casa Luz Soriano que lhe fica contígua e para a Quinta do Monteiro-Mor. Se tivermos em conta a reduzida largura da Calçada do Picadeiro, que separa a casa do Parque do Monteiro-Mor<sup>95</sup>, a manutenção desta situação representa, também, elevado risco para a segurança deste Parque e para o próprio Museu Nacional do Traje.

---

<sup>94</sup> Veja-se alguns destes alertas na esfera pública em:

<http://ruinarte.blogspot.pt/2009/11/julio-de-castilho.html>

<http://ambcvlumiar.wordpress.com/2010/03/24/casa-onde-viveu-julio-castilho-em-ruina-%E2%80%93-paco-lumiar-%E2%80%93-lisboa/>

<http://prosimetron.blogspot.pt/2012/10/casa-de-julio-de-castilho-no-lumiar.html>

<http://biclaranja.blogs.sapo.pt/397958.html>

<http://lisboasos.blogspot.pt/2008/07/homenagem-ao-olisipgrafo-largo-jlio-de.html>

<http://mariomarzagaoalfacinha.blogspot.pt/2012/04/e-uma-pena-esquecerem-se-de-nos.html>

<http://www.publico.pt/culturaipilon/noticia/por-onde-anda-a-memoria-das-casas-de-lisboa-que-contam-historias—263738>

<https://ambcvlumiar.wordpress.com/category/turismo/>

<sup>95</sup> Veja-se na Figura 1 o pequeno espaço que divide as propriedades, e como em caso de um eventual incêndio na casa ao abandono, a estreita Calçada do Picadeiro representa pouca segurança para o Parque do Monteiro-Mor.

## 8. Conceitos enquadradores da proposta de reabilitação da *casa Júlio de Castilho*

*"(...) e cerra, cerra  
bem os olhos, amigo venerado,  
não vejas o que vai por nossa Terra".*

Almeida Garrett, No Lumiar, in Folhas Caídas

Rejeitamos a recomendação destes versos de Almeida Garrett. Para o que em tão mau estado persiste do núcleo histórico do Lumiar será mais desejável e útil contrariar a passividade que eles expressam. Contribuir activamente para a perpetuação da existência da casa de Júlio de Castilho significa a sua recuperação, reabilitação e continuada conservação, o que contribuirá, também, para a própria requalificação do espaço histórico e de memória do antigo Lumiar. Este será um empreendimento mais amplo, mas pode significar para a comunidade uma requalificação cultural, ambiental e social e, externamente, dinamizar e afirmar o valor do seu núcleo histórico.

Para esta finalidade e no que concerne à casa Júlio de Castilho diligenciou-se a concepção do *Projecto de reabilitação de prédio de habitação – Rua Pena Monteiro, 26 Lisboa*. Este projecto, concebido pelo Arquitecto Jorge Bonifácio, foi apresentado em Junho de 2014 aos competentes serviços da Câmara Municipal de Lisboa. O acompanhamento que estes têm dado ao processo, o seu aconselhamento e recomendações têm revertido em benefício do projecto, sendo expressivo o interesse dos interlocutores para que a reabilitação da casa Júlio de Castilho seja rapidamente uma realidade.

São elementos estruturantes do projecto os conceitos axiais que o seu autor, os actuais proprietários e os serviços municipais têm sobre o valor do património cultural e a importância da sua preservação, assegurando a transmissão histórica do edifício e a continuidade do seu uso no tempo. Para a concretização desta reabilitação, perante o estado de degradação e ruína da casa Júlio de Castilho, o entendimento do arquitecto e dos proprietários, expresso no projecto de reabilitação, é que esta recuperação carece de uma dupla abordagem.

Uma delas focaliza-se na procura de solução maximizadora de preservação possível da estrutura exterior da casa e da sua traça arquitectónica. Tal porque se considera a casa como um *valor em si*; tem-se noção da sua centralidade relativamente ao largo Júlio de Castilho; atribuiu-se-lhe relevância para a envolvente do museu e do parque botânico da Quinta Angeja /Palmela; crê-se na importância que a casa Júlio de Castilho constitui para o espaço de memória do núcleo urbano antigo do Lumiar; deseja-se que a requalificação desta casa represente um contributo para o reforço da frágil malha urbana do bairro; pretende-se que a casa mantenha uma articulação com o espaço público mas amplo em que ela se integra. Apesar da envolvente disfuncional referida na nota 98, esta abordagem significa que o próprio projecto de arquitectura deve procurar interpretar, exprimir e dar continuidade ao carácter do espírito do lugar em que a casa se inscreve.

Outra abordagem, tendo sempre presente a necessária interacção entre espaço externo e interno, decorre da realidade de ruína da casa, em cujo espaço interno não há pré-existências a conservar ou referenciais construtivos a considerar. Não se impõem, então, dilemas de reconstituição/renovação de anteriores hierarquias funcionais no seu interior, nem

possibilidade de preservação de elementos arquitectónicos ou materiais integrados na construção do edifício por estes, infelizmente, terem desaparecido.

Esta realidade releva o interesse de uma cuidada focalização interna na *dimensão de uso* do espaço. Como tal esta deve exprimir-se num programa funcional de um edifício destinado a ser (re)vivenciado como habitação familiar. Desta finalidade decorre igualmente a necessidade de a interpretação da Casa Júlio de Castilho dever ser feita em articulação espacial com o edifício vizinho, a Casa Luz Soriano, propriedade e residência da mesma família. Estamos, então, perante uma situação de resgatar um espaço histórico da ruína providenciando-lhe uma desejável reabilitação. Internamente tal não implica, nem faz propriamente sentido, ponderar uma reconstrução histórica. Reconstruir-se o quê?

Trata-se de fazer *obra nova* em torno de uma adequada estrutura espacial e funcional. Já em termos de edifício exterior, considera-se essencial que ele próprio represente uma *continuidade histórica* e que a sua reabilitação regenere a casa e o seu logradouro e lhes conserve o seu antigo *Genius Loci*. Parte desta dimensão simbólica do lugar e do imaginário aí construído passa por preservar a traça original do edifício e, se para isso ainda se for a tempo, aquilo que se possa salvar das paredes externas, aduelas de pedra, varandas de ferro pré-existentes e, naturalmente, conservar a lápide de 1919 que homenageia Júlio de Castilho.

O arquitecto Jorge Bonifácio e os actuais proprietários do edifício valorizam sobremaneira o significado da reabilitação da casa Júlio de Castilho, quer pelo que ela significa para a própria casa, quer pelo que pode representar para a recuperação do antigo espírito do lugar. Eles apreciam o espaço histórico em que ela se inscreve como detentor de uma identidade própria, de conteúdo cultural e memória colectiva acumulada. E reconhecem-lhe potencialidades de qualificação e dinamização social no espaço público contemporâneo pois o património cultural faz-se no processo dialéctico de construção e transformação da sua materialidade e da imaterialidade de vivências transmitidas no tempo<sup>96</sup>. Lugares de memória são instrumentos para a continuidade, reconstrução e reinscrição de identidade pessoal e colectiva quando investidos de continuado significado e ressignificação.

Conservar o significado e atribuir ressignificação à Casa Júlio de Castilho ainda pode acontecer se a sua reabilitação for empreendida (vd. Figuras 161 e 162). Dela farão parte dimensões construtivas mas, também, dimensões históricas, efectivas e impressivas: o que a casa e o seu lugar conservaram de memórias colectivas e individuais vivenciadas.

Esta ressignificação passa pela possibilidade de nela se poderem inscrever outras referências, novas vivências. Nestas, também se incluem experiências e emoções que podem estar presentes numa evocação, seja ela vivida em primeira mão ou transmitida. E não só estas são evidentes neste *apontamento para um enquadramento histórico e cultural da Casa Júlio de Castilho*, como o próprio espaço do Lumiar é uma realidade que necessariamente não só participa neste ou outros exercícios directos ou interpostos de memória como faz parte dela. Importa, então, para a História, Cultura e memórias que envolvem a Casa Júlio de Castilho que à casa e ao próprio lugar seja restituída dignidade num espaço urbano que se foi visivelmente transformando ao longo do tempo.

---

<sup>96</sup> (...) O conceito de Património Cultural, foi amplamente alargado no seu objecto e nos respectivos atributos, inserindo-se em diferentes categorias e assumindo-se como a materialização das realidades históricas, sociais, políticas e até religiosas geracionalmente adquiridas e que constam da referida memória colectiva, enquanto valor incontornável da identidade de um povo. Nesta perspectiva o uso da palavra património remete-nos para um conjunto de elementos, tais como, eventos históricos, mitologias, memórias populares, linguagem, etc., que se associam simbólica e historicamente a um povo, a uma região, a um espaço específico". (NUNES, Mário. Legislação e acção para defesa e valorização do património cultural. Apud QUINTAS, 2011: 3).

Espaços e sociedades podem ser percorridos pelos diversos tempos que neles tenham existido e possam coexistir. Cremos que o sentido de interpolação da memória em torno da Casa Júlio de Castilho não se esgota numa dimensão de presença; da sua mera perpetuação enquanto *monumento*<sup>97</sup>; de um descritivo do seu conteúdo passado ou presente; numa perspectiva de *património por património*. Isso, de alguma forma e enquanto durar, já o faz desde 1919 a lápide da Casa Júlio de Castilho – e sabemos como as lápides resistem por milhares de anos.

O que importa para esta casa, e para o lugar do núcleo histórico do Lumiar, é que ela, à sua escala, contribua para uma *conservação integrada a nível urbano*, no sentido de esta conservação ser *uma acção que procura melhorar as características físicas, sociais, culturais, económicas e funcionais de uma determinada área, através da interacção de todos estes componentes*. (QUINTAS, 2011: 10). O património no espaço público tem, também, funções de interpretação do espaço físico e social e de criar enquadramentos que possam contribuir para antecipar e projectar continuidade de identidade e diferenças que lhes queiram imprimir para que eles sejam o que se deseje que venham a ser.

A reabilitação da Casa Júlio de Castilho é uma possibilidade para se recriar e regenerar património histórico material e imaterial; para relacionar a comunidade com o espaço do Lumiar e a sua *paisagem cultural*<sup>98</sup> e para as pessoas os poderem usufruir. Mas, primeiro, tal passa por resgatar a Casa Júlio de Castilho do abandono e esquecimento a que foi votada (vd. Figura 163) para que, resgatada da usura do tempo e do desinteresse que a vitima, ela se reintegre positivamente como um edifício estruturante do Largo Júlio de Castilho e restitua a este espaço público parte da sua anterior aura (vd. Figura 164).

---

<sup>97</sup> No sentido etimológico original da palavra monumento (monere - advertir, recordar; mens - memória), o significado de monumentum é o de recordar na memória.

<sup>98</sup> “As paisagens culturais são o resultado das interacções entre os homens, e entre estes e a natureza” (QUINTAS, 2011: 12), uma interacção geradora do processo de construção social e de inscrição do património cultural no cenário humano e natural em que este processo se desenvolve.



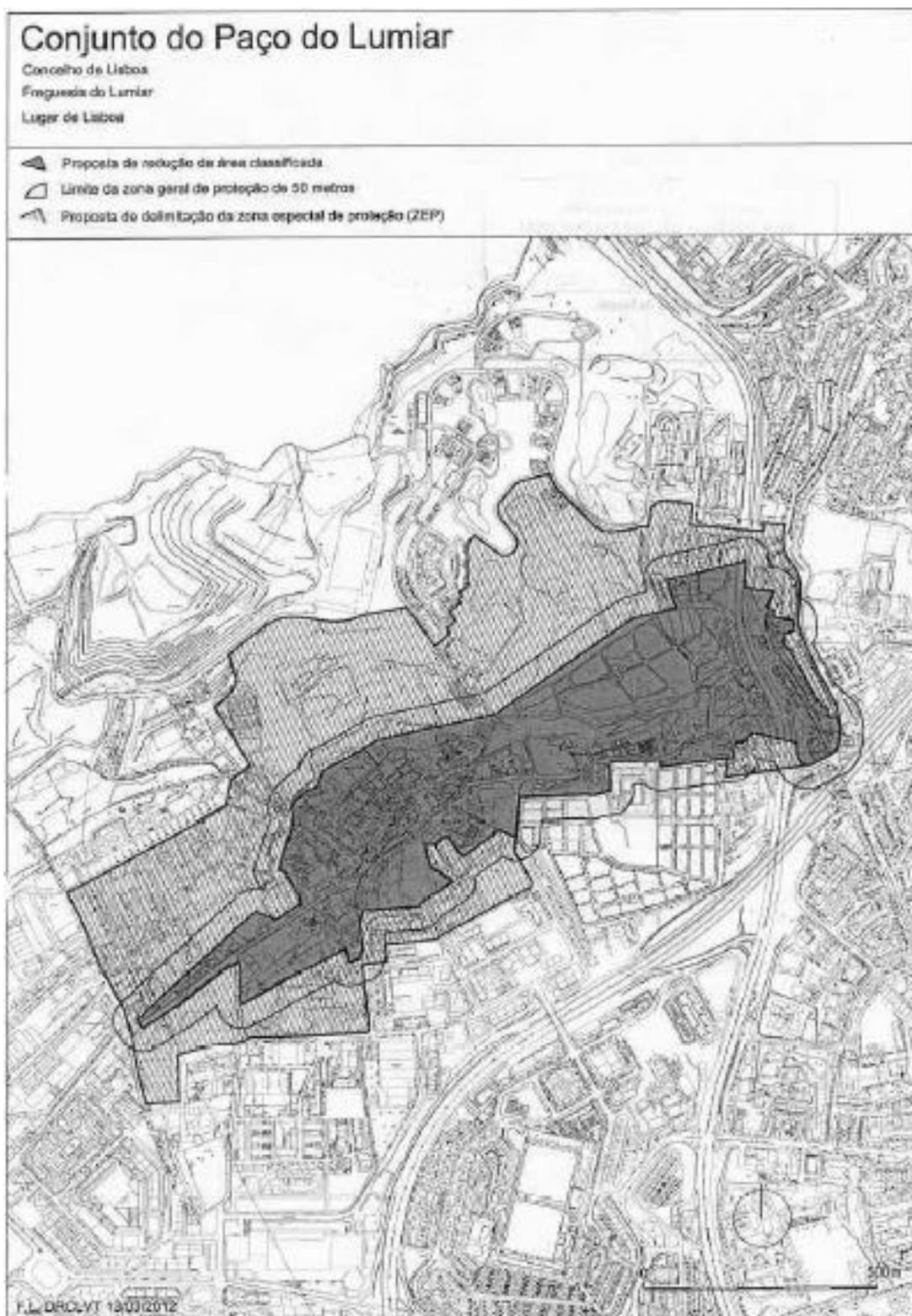
## ANEXO ANOTADO DE FIGURAS

## Anexo Anotado de Figuras

A identificação das imagens é indicada no final, associada à apresentação das fontes e referências bibliográficas.



**Figura 1.** Casa Júlio de Castilho. À sua esquerda a Calçada do Picadeiro e o muro do Parque do Monteiro-Mor, Museu do Traje; à direita (invisível na imagem) existe a Casa Luz Soriano, actualmente reabilitada e ocupada como residência familiar desde 2001.



**Figura 2.** Cartografia do conjunto do Paço do Lumiar. O local encontra-se classificado como imóvel de interesse público (IIP) no Decreto n.º 67/97 de 31.12.1997.



**Figura 3.** Início da Estrada do Paço do Lumiar, paralela ao Largo Júlio de Castilho, que dá acesso ao Palácio Angeja/Palmela. Na imagem; à esquerda, o muro de um outro palácio da Casa Palmela. À direita, o muro e o início de uma das fachadas do Palácio Angeja/Palmela, actual Museu Nacional do Traje. Ao centro, a torre da igreja matriz do Lumiar, a Igreja de S. João Baptista.



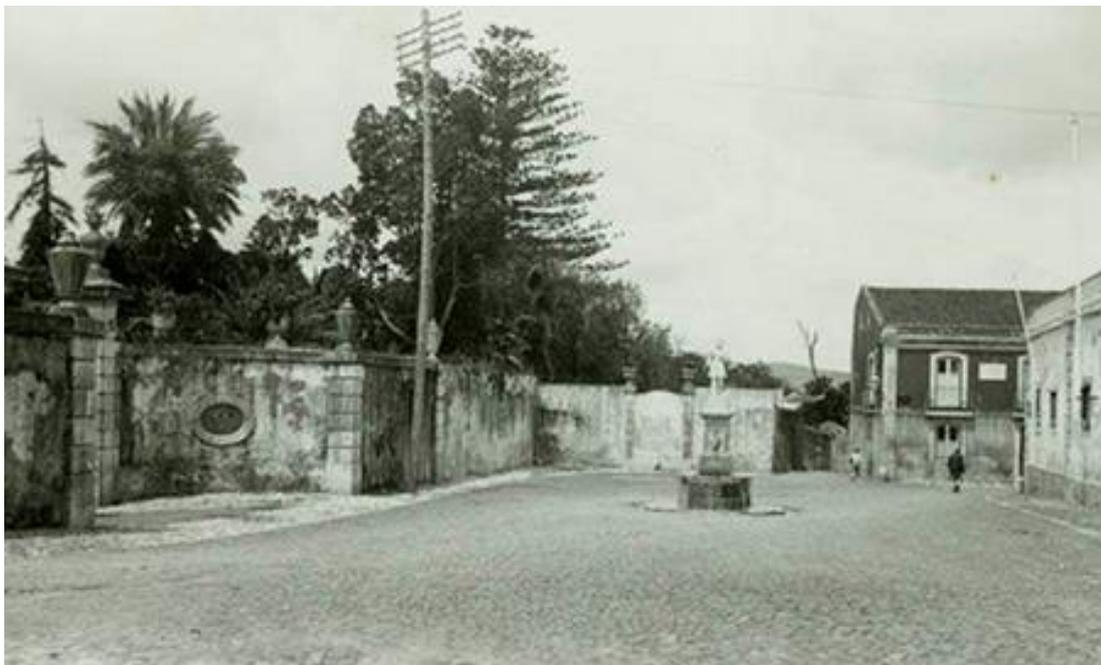
**Figura 4.** O Largo da Duquesa, actual Largo Júlio de Castilho. Em fundo, a Casa Júlio de Castilho, tendo à sua esquerda a Calçada do Picadeiro. À direita, fachada da Academia Musical 1 de Julho de 1893. Antes de ser espaço de colectividade de cultura e recreio foi residência de duas famílias.



**Figura 5.** Rua Pena Monteiro nos anos 60. A partir da esquerda, a *casa Júlio de Castilho* e a casa Luz Soriano. Na terceira casa, a Pensão Crespo, antecedida por uma casa térrea com um pequeno logradouro gradeado que ainda se vislumbra. Depois, o portão do grande jardim que pertencia à pensão. Ainda hoje, pessoas antigas dizem que as melhores casas do Lumiar eram as da Rua Pena Monteiro. A D. Elisa Pires era proprietária de duas casas nesta rua, de outras duas no Largo da Duquesa, a *casa das Belas* e o edifício da Academia e ainda de duas casas na Rua Direita. Tinha-as todas pintados da mesma cor, cinzento claro, para que se soubesse que eram propriedade sua. Na Rua Pena Monteiro, no rés do chão do nº 15, existiu desde a 1ª Grande Guerra e até 1924, a mercearia do Sr. João Nunes, o *Louro*. Ainda hoje existe nesse local parte do equipamento da loja. E, reabilitada, a casa ao fundo da Rua Pena Monteiro, que faz gaveto com a Rua Direita. Nela morava o Eng. Bordalo Machado, que trabalhava na RTP desde o início da televisão. Sobre a toponímia desta rua, diga-se que Pena Monteiro (nota 12), republicano e activista do movimento associativo, teve destacando papel na fundação e direcção da escola José Estevão (veja-se [http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9\\_Est%C3%A9v%C3%A3o\\_Coelho\\_de\\_Magalh%C3%A3es](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Est%C3%A9v%C3%A3o_Coelho_de_Magalh%C3%A3es)). Tal terá contribuído para o seu nome ter sido atribuído a esta rua. Na campa do filho, no cemitério do Lumiar e eliminada por eventual desatenção, constavam na lápide elementos de simbologia maçónica. A neta, Júlia Pena Monteiro Baptista, conhecida por D. Júlia, foi a professora da escola masculina nº 31 do Lumiar (<http://www.dre.pt/pdf1s%5C1929%5C05%5C09800%5C10721079.pdf>). Casou com Joaquim Baptista, bacharel em Direito e Conservador do Registo Civil do Lumiar. Foram pais do médico Dr. Luís Manuel Pena Monteiro Baptista, casado com a médica Dr.ª Georgette Banet. O Dr. Monteiro Baptista foi um internista de referência no diagnóstico clínico e ele e a mulher conservaram grande ligação às pessoas do Lumiar, onde mantinham um dos seus consultórios. Imbuído de fortes preocupações sociais e políticas, não cobravam consultas às pessoas necessitadas. Ele foi um opositor ao regime fascista.



**Figura 6.** Calçada do Picadeiro, que a tardoz dá acesso à casa Júlio de Castilho e à casa Luz Soriano (à direita, escadas da entrada exterior do jardim desta casa). Ao fundo, o edifício do tanque das lavadeiras, um lavadouro público. Mais abaixo, ao lado esquerdo, era a entrada para as cavalariças e vacarias do Palácio de Angeja/Palmela. Durante os anos 60 ainda aqui se vendia leite ao público. As pessoas levavam leiteiras de alumínio e chegavam a vê-lo ser mugido. Este trabalho era feito pela família de rendeiros que habitava aquela dependência do Palácio. Anteriormente, também havia venda de leite porta a porta. A D. Georgina levava uma vaca pela arreata e mugia o leite à frente dos fregueses. Já idosa confessava que tinha escondido por debaixo da manga uma bexiga de porco com água e ia “baptizando” um bocadinho o leite enquanto mugia a vaca diante dos olhos dos fregueses. A venda de leite na rua não era exclusiva do Lumiar, ainda que aqui tenha perdurado mais tempo do que no centro de Lisboa. Existe um testemunho visual da prática de venda ambulante de leite, datado de 1908, na zona da Estrela, em <http://jmgs.fotosblogue.com/r598/Lisboa-de-1850-a-1974/76/>.



**Figura 7.** Fotografia do Largo Júlio de Castilho. Na imagem, ao fundo, a parte esquerda da casa Júlio de Castilho, tal como ela é visualmente percebida a partir da entrada do largo. Ela, e o muro do Palácio Angeja /Palmela, fazem o encerramento a Norte do espaço do largo, cujo eixo de circulação se prolonga pela Calçada do Picadeiro, uma via pedonal e viária com acesso à Avenida Padre Cruz.



**Figura 8.** Palácio de Angeja/Palmela. Localmente era conhecido por Palácio de Tancos. Nos anos 60 ainda era residência da Marquesa de Tancos, D. Maria José de Sousa Holstein Beck.



**Figura 9.** Panorâmica da fachada do Palácio Angeja/Palmela na estrada do Paço do Lumiar. O palácio tem um espaço privativo de culto dedicado a Stª. Rita. Esta capela abria ao público três dias por ano no período da Páscoa.



**Figura 10.** Fachada da Academia Musical 1 de Junho de 1893 (o dia da fundação desta colectividade está inscrito no seu nome), vendo-se ao fundo, à esquerda, parte da fachada da *Casa Júlio de Castilho*. À direita, um pequeno vislumbre do grande vazio que existe no que foi o sítio da *casa das Belas*.



**Figura 11.** Imagens da *casa das Belas* no Largo Júlio de Castilho e da respectiva fachada com jardim que confinava com a *casa da Glória*, hoje uma ruína à beira da Av. Padre Cruz (figura 158). Na *casa das Belas*, propriedade de D. Elisa Pires, viviam as irmãs D. Maria Augusta, D. Sara, D. Ester e D. Luísa Belas. O seu pai foi dono de uma das primeiras bicicletas que se viram no Lumiar. À esquerda da primeira imagem, no outro lado do largo, parte do cunhal do muro do Palácio Angeja/Palmela. À direita da 3ª imagem, vê-se o portão de um outro palácio da Casa de Palmela, onde residia a família Bernardo Mesquitela. No muro lateral deste, encoberto na imagem, fica o portão do lagar de azeite desta quinta que moía, também, as azeitonas de pequenos produtores. O lagar ainda existe mas ficou desactivado em meados dos anos 60. (Ao fundo, um vislumbre da *Casa das Belas*).



**Figura 12.** Lápide evocativa existente na fachada da casa Júlio de Castilho: *À MEMÓRIA DO ERUDITO E ESCRITOR JÚLIO DE CASTILHO, VISCONDE DE CASTILHO, QUE NESTA CASA SE FINOU EM 8 DE FEVEREIRO DE 1919. CONSAGRAM ESTA LÁPIDE OS SEUS AMIGOS.*



**Figura 13.** Fotografia do descerramento da lápide de homenagem a Júlio de Castilho, no dia 30 de Abril de 1919. A casa, na então Rua do Prior, apresentava um bom estado de conservação.



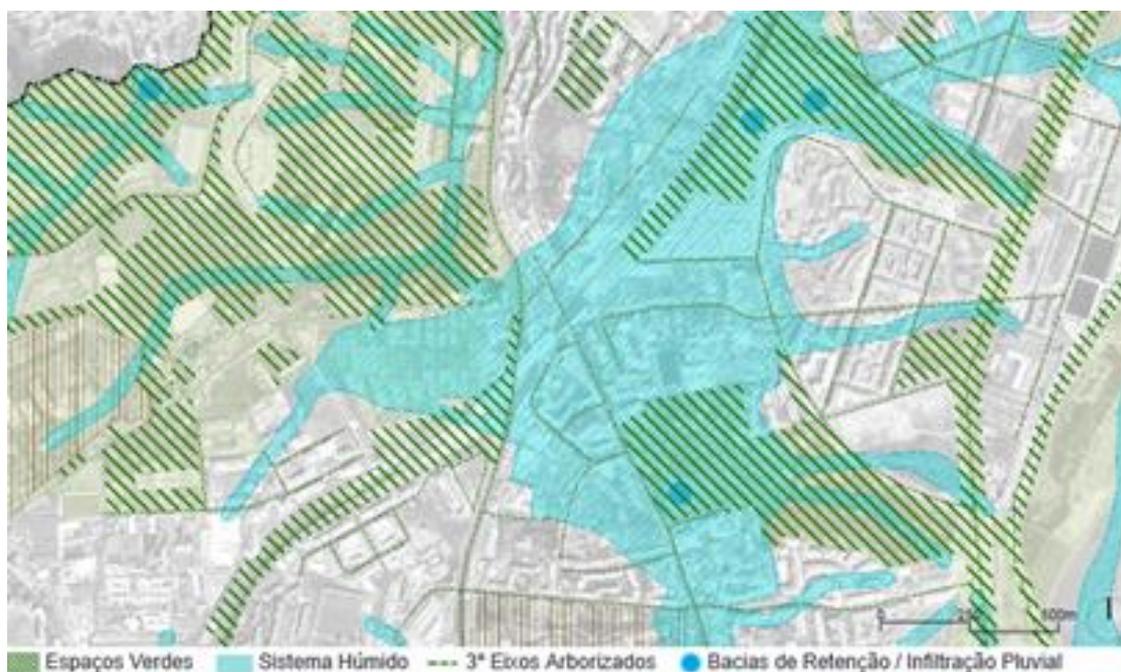
**Figura 14.** Imagem parcial do tardo da *casa Júlio de Castilho*, sendo visível parte da pérgula com a glicínia e bancos existentes no jardim.



**Figura 15.** À direita da *casa Júlio de Castilho*, a *casa Luz Soriano*, já reabilitada e que se apresenta como uma realidade contrastante.



**Figura 16.** Exemplares de fósseis marinhos encontrados nas escavações e expostos ao público no Museu do Traje.



**Figura 17.** Ainda hoje o Lumiar é rico em água. A estrutura ecológica que no PDM (Plano Director Municipal) representa o sistema húmido e bacias de retenção pluvial evidencia, identificada a azul, a riqueza hídrica do território (PITA, 2012, 52).



**Figura 18.** A Fonte S. João Baptista, entre 1885 e 1909, período em que permaneceu no adro da igreja matriz do Lumiar. É uma fonte de traço revivalista neoclássico, com duas bicas e dois tanques destinados aos animais. Era encimada por uma escultura. A figura alegórica do jovem encontrava-se virada para Palácio Angeja/Palmela, numa posição em que o parecia contemplar.



**Figura 19.** Na primeira Imagem vê-se a fonte já no Largo da Duquesa (hoje, Largo Júlio de Castilho) ainda com a escultura que rematava a *Fonte S. João Baptista*. Terá sido ela a dar origem a que a fonte passasse a ser popularmente designada por *Chafariz do Boneco*. A escultura representava um jovem trajado à maneira romana, com um cálice na mão esquerda encostada ao peito e, na mão direita, uma cornucópia a transbordar de frutos. Esta imagem representaria a abundância (elemento simbólico associado às cornucópias com frutos) e a vitalidade essencial da água, garantia de vida e fertilidade. A serenidade da figura induz uma sensação de segurança e tranquilidade associada à generosa disponibilidade de água no Lumiar. Porventura poderá ter-se desejado afirmar estes atributos de abundância à própria Casa de Palmela, que tinha aqui três palácios (os actuais museus do traje, do teatro e o que encerra o lado do nascente do largo da igreja). Conjunto arquitectónico e fonte eram uma marcante e incontornável presença no espaço público, quer no adro, quer depois no largo. Há seis anos esta escultura foi furtada.



**Figura 20.** No muro do *Orfanato Santa Isabel*, uma instituição para meninas que ficava na *Quinta da Nazareth* (antes esteve aqui instalado o *Colégio Internacional de Lisboa*, uma escola particular), vê-se a fonte com uma bica e um enorme tanque para os animais beberem. Ela ocupava uma posição estratégica na entrada e saída do Lumiar, lugar por onde passava o grande eixo de circulação para norte de Lisboa que, possivelmente, faria parte do percurso que desde a época romana ligava Lisboa a Braga.



**Figura 21.** Vista da estrada que ligava o Lumiar à Calçada de Carriche. Ao fundo, o *Colégio Internacional de Lisboa*, que antecedeu o *Orfanato Escola de Santa Isabel*. O tanque acima referido, invisível pela presença do veículo automóvel, ficava na curva.



Figura 22. Grande plano do tanque junto ao muro do *Orfanato Escola Santa Isabel*.



Figura 23. O chafariz existente a nascente da Estrada da Torre.



**Figura 24.** Chafariz das Mouras, (actual chafariz do Caldas) foi inaugurado em 1816. Era alimentado por minas de uma nascente na zona da actual Quinta das Mouras (antigo Vale das Mouras) e por água da rede de abastecimento do Aqueduto das Águas Livres. Devido à redução do caudal da nascente, o chafariz deixou de funcionar em 1940 e foi demolido pouco depois. O “pano” da sua fachada foi remontado no Largo do Correio-Mor (segunda imagem).



**Figura 25.** Sequência dos três chafarizes do Paço do Lumiar: no início da Rua Direita (na imagem, ao lado esquerdo, o chafariz; a meio, no largo do Paço e no fim, tendo a retróz a capela de S. Sebastião. Note-se que no Paço do Lumiar existiam a *Azinhaga do Poço de Baixo* (o que pressupõe que houvesse um outro *acima*) e a *Azinhaga da Fonte Velha* (o que indicia a existência de uma fonte nova). Estas designações topográficas acrescentam a nossa informação sobre a relativa abundância e proximidade de acesso à água num território relativamente pequeno como era a Freguesia do Lumiar.



**Figura 26.** Imagens do lavadouro público, dirigido pela D. Adriana. No exterior, havia um espaço aberto com varões de arame para secar a roupa. Este terreiro, confinante com o muro do Palácio Angeja/Palmela, ficava quase em frente da entrada da leitaria e das cavalariças. A extensão do terreiro era quase metade do Largo da Duquesa e tinha meia dúzia de freixos antigos, lindíssimos na época da floração. Era um espaço muito agradável, contornado por um muro baixo e sombreado pela folhagem das árvores. Quem passava ouvia permanentemente o ruído da água a correr. Os tanques eram três: um, para se começar a ensaboar a roupa e deixar a maior sujidade; outro para a lavar; um terceiro para a passar por água e retirar o sabão. Era este último tanque tinha a bica que os alimentava permanentemente e a água passava de um para o outro. No primeiro, o de ensaboar, era o a saída da água suja.



**Figura 27.** Casas que denotam traços de primitiva implantação medieval. Apinhavam-se conforme iam surgindo, sobrando por vezes espaço para um quintal de maior ou menor dimensão. A sua construção e implantação não obedecia a um plano prévio, não era articulada com o percurso da rua, nem obedecia a qualquer tipologia de construção ou ocupação de espaço pré-definida.



**Figura 28.** Travessa do Morais, que desembocava na Rua Direita do Lumiar. Em curva, à direita do portão ao fundo, a Travessa do Canavial que nascia na Rua Pena Monteiro. Pela Travessa do Canavial também se ia dar à Rua do Alqueidão. O gaveto da Travessa do Morais, travessa do Canavial e da Rua Pena Monteiro era ocupado pela serração de madeira e oficina (depois serralharia) da família dos Calés, sítio onde se faziam charretes, carroças e o trabalho de ferreiros do Lumiar. Não surpreende, como se pode ver na segunda imagem, que o Largo da Duquesa (imagem à direita) fosse no séc. XIX tão ocupado por veículos e animais (e, também, por ser um sítio onde cavalos e muas bebiam). O intrincado espaço do Lumiar antigo denota a prevalência de uma rede urbana medieval de casas e caminhos nascidos sem planificação urbana. O portão ao fundo da primeira imagem, dava para o Pátio do Samuel/da Florista, e no seu interior morava mais de meia dúzia de famílias em casa unifamiliares. O mesmo sucedia no Pátio da Luisinha, mais amplo e ordenado. Este ainda existe e liga a Rua Direita à Rua Alexandre Ferreira<sup>99</sup>. No Pátio da Luisinha morava a família Pirulito. Uma filha, a D. Conceição, era a modista de crianças mais conceituada do Lumiar. Nos anos 50 e parte dos anos 60 recorria-se moderadamente ao pronto a vestir. A topografia do antigo Lumiar era formada pela Rua Pena Monteiro, Largo da Duquesa, Calcada do Picadeiro, Travessa do Coutinho, Travessa do Canavial, Travessa do Morais; Rua do Alqueidão e Travessa do Alqueidão. Além do Pátio do Samuel e do Pátio da Luisinha existia, também, o Pátio do Sacristão e o Pátio do Zé Fernandes/do Petrolino, um homem que vendia azeite e petróleo para os candeiros e máquinas de cozinhar a petróleo. Já não encontramos memória do nome da rua onde ficava o lavadouro e a *sopa dos pobres*.

<sup>99</sup> Pai do poeta José Gomes Ferreira, Alexandre Ferreira foi o promotor da colónia balnear infantil “O Século”, que proporcionava uma semana de praia às crianças num edifício construído na zona das praias de Carcavelos e da Torre. As crianças adoravam. Uma canção infantil, que crianças do Lumiar também cantavam, dizia aproximadamente: *Vou à praia, vou à praia/ vou à praia passear/ apanhar sol na areia/ ver conchas e peixinhos no mar/ O senhor Alexandre Ferreira/ é muito nosso amigo/ dá-nos abraços e beijinhos/ e deixa-nos muito felizes.*



**Figura 29.** A actual Junta de Freguesia do Lumiar. Nos anos 50, princípios dos anos 60, este edifício era um lactário e dispensário para bebés e prestava serviço de aconselhamento de puericultura. Foi, também, uma pensão. Os seus proprietários, D. Zulmira e Sr. Crespo, possuíam outra, na Rua Pena Monteiro, conhecida como Pensão do Crespo (vd. Figura 30). Em ambas havia hóspedes de longa duração, geralmente estudantes ou pessoas com trabalho em Lisboa. Este edifício foi, também, casa de habitação de duas famílias, uma delas era a do Sr. Patusco (uma figura curiosa, que quando saía de casa, durante longos metros, ia fazendo inúmeras medidas à esposa). Note-se que as alcunhas, de indivíduos e de famílias, eram de uso corrente no Lumiar. Algumas pessoas eram conhecidas por Henrique Preto, o Porco Sujo, o Pilinhas, o Pilão, o Laricha, o Chanca, o Zé Nabo, o Zé Miúdo, o Carapau, o Pescadinha, o Verdigal (não era o seu apelido), o Cipota, a Pinhoa (mulher do José Pinhão), a Maria dos Queijos a Fernanda do Nervoso, possivelmente um caso crónico de síndrome de Tourette. Um caso diferente era o das Ludovinas (alcunha com base no nome próprio da mãe e que se estendia à filha); cada uma em sua janela, lado a lado, passavam por ser as pessoas mais informadas sobre tudo o que sucedia no Lumiar, passando “Ludovina” a ser uma designação genérica para quem tivesse esse interesse e, popularmente, se dissesse “és uma Ludovina”. As mulheres eram frequentemente referidas pelo nome, alcunha ou profissão dos maridos: a Maria do Orlando, a Maria do Carapau, a Armanda do Comissário; ou pelo nome da pessoa mais velha e proeminente da sua família: a Fernanda do Eusébio (neste caso, uma alcunha, e muito anterior à vinda do jogador para Portugal). São exemplos de alcunhas de família: os Boers, os Cabeças, os Calés, os Caranéus, os Castiços, os Colchoeiros, os Fajecas, os Mancos, os Pirolito, os Russos, os Ventaneira.



**Figura 30.** Na primeira imagem, a Travessa do Canavial, na curva à esquerda ficava o Pátio do Samuel, com diversas habitações. Ao fundo, na Rua Pena Monteiro, vê-se a entrada para o jardim da Pensão do Crespo, a outra casa de hóspedes que tinham para além que, depois, foi ocupada pela Junta de freguesia. À direita, uma nesga do edifício da pensão (os hóspedes também podiam ser comensais ajustados), que era uma casa grande (veja-se na 2ª imagem). Antes disso o prédio tinha pertencido à família das senhoras M<sup>ã</sup> Ilda Campos Soares, M<sup>ã</sup> Sara Campos Soares e seu irmão. Era a casa de férias e fim-de-semana desta família que vinha “de Lisboa”. O jardim e a horta, com cerca do triplo do tamanho da casa, tinha uma cocheira para a charrete e um lago com patos. Possivelmente era uma casa do tempo em que o Lumiar esteve na moda, quando a nobreza e a burguesia ainda apreciavam ter quintas de recreio e casas rurais às “portas de Lisboa”. À esquerda do portão havia uma dependência grande, com uma enorme latada. Era a antiga cocheira, depois uma espécie de botequim para os hóspedes da pensão e que podia ser frequentado por outras pessoas. Foi aqui que existiu uma das primeiras televisões do Lumiar (na Academia, também havia uma televisão), um “electrodoméstico” que ainda levou algum tempo a generalizar-se. Muitas pessoas ali se juntaram para ver uma das primeiras transmissões de um programa de fados com Amália Rodrigues. Ainda na 1ª imagem, no edifício à esquerda, a porta de uma outra cocheira por baixo da casa da D. Georgina, a antiga leiteira (vd. Nota Fig. 6). Por cima, a janela do quarto que esta tinha alugado a D. Maria José Ribeiro da Cunha, uma senhora, viúva de um farmacêutico que, devido à desvalorização da moeda em 1949, ficara sem recursos. O seu conhecimento farmacológico era útil às pessoas do Lumiar, ensinando-as a fazer receitas tradicionais e económicas. No lado direito deste primeiro andar morava a D. Natividade, uma mulher jovem que era uma conceituada modista de senhora. Tinha clientes do centro de Lisboa; o seu talento e perfeição justificavam que as senhoras e filhas se dessem ao trabalho de vir ao Lumiar entregar-lhe o tecido para o vestido ou outra peça de vestuário, escolher o modelo e tirar medidas. Voltavam, depois, para a primeira prova quando o modelo estava alinhavado e, ainda, para uma segunda prova, para fazer ajustes antes dos acabamentos. E voltavam ainda para pagar o vestido, os “aviamentos” (botões, fechos, linhas, forros, entretelas) e, finalmente, o levarem. Antes da generalização do pronto-a-vestir (e tendo presente estes passos compreende-se melhor o significado de “pronto a levar”), este era um processo para se ter roupa, e a ele acrescia terem as pessoas de, previamente, escolher e adquirir a quantidade de tecido necessário. A roupa das famílias com menos recursos era feita em casa. Na segunda imagem, em primeiro plano, a pensão do Crespo, seguida da entrada de um saguão. No prédio ao lado, em baixo, havia na porta do meio a taberna e carvoaria do Sr. António e do Sr. Benjamim.



**Figura 31.** A paróquia do Lumiar, da invocação de São João Batista e São Mateus, foi fundada em 2 de abril de 1266, na época de Afonso II, abrangendo também os lugares de Telheiras, Ameixoeira e Charneca, sendo que nas inquirições deste rei, quer de 1248 quer de 1270, aparece o lugar citado como Liminares, derivado do latino *liminare* que significa entrada. No entanto, a Igreja indicia traços anteriores à fundação da nacionalidade e ao cristianismo, nomeadamente o culto a Santa Brízida (ou Brígida), protetora dos campos e dos gados. (DEPARTAMENTO DE PATRIMÓNIO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 2014).



**Figura 32.** O panorama que se tinha descendo a Rua Direita próximo do Orfanato Santa Isabel (vd. Figuras 20 e 21). Por cima deste ficava a Vila Adelina, com uma vista espectacular para a entrada Norte de Lisboa e os campos da Estrada Militar. Na Rua Direita (vd. Figura 95), em frente da Rua Pena Monteiro, também havia uma espécie de orfanato informal masculino dos Inválidos do Comercio. O local onde foi tomada a primeira imagem fica no final da actual Estrada do Desvio e mostra parte do Olival de Basto, ao tempo, um vasto olival. Nas encostas que descem para o pequeno vale ainda existem panos de muralhas que asseguravam a defesa de Lisboa (vd. Figura 37). No final do pequeno vale formado por estes outeiros eram as “portas de Lisboa”, pelo que é compreensível a importância estratégica do Lumiar no sistema das vias de passagem e circulação para a capital. Por aqui se faziam as deslocações, trocas comerciais e, diariamente, passavam por esta estrada burros e as carroças que traziam à capital produtos hortícolas da região saloia, ou o produto de serviços prestados, como a roupa de algumas famílias burguesas. Esta era lavada em ribeiros da região saloia de Odivelas e Loures. No início dos anos 60, ainda nos lembramos de ver passar carroças pela rua do Lumiar. No prédio em primeiro plano mas invisível na imagem (o lado direito do rés do chão) ficava a esquadra da PSP do Lumiar.



**Figura 33.** Na primeira imagem, *Volta do Mercado* (Silva Porto, 1886. MNAC-Chiado), mostra como se fazia o transporte de alimentos excedentários produzidos pela agricultura de subsistência da região saloia (ao fundo um típico moinho de vento dessa zona). Podia ser feito em carroças ou, como aqui se vê, ao lombo de burros, ajoujados sob o peso de enormes alforjes de palha e repletos de hortaliças e fruta da época. Não havia refrigeração, pelo que ao longo do ano não se consumia produtos frescos sazonais. A colocação do excedente da produção agrícola nas vilas e cidades das imediações pelo produtor directo, era uma prática que se prolongava desde a Idade Média. A figura do eventual intermediário, comprador/vendedor, estava ainda longe da das actuais cadeias de distribuição. Estas imagens dão-nos um quadro de relações simplificadas na cadeia de valor existente num tempo que nos é ainda próximo. Nas imagens seguintes, exemplos de venda rudimentar, fixa ou ambulante, tal como no início do século XX ainda ocorria em espaços do centro de Lisboa: venda de legumes no mercado 24 de Julho, 1907 e na Avenida da Liberdade, 1908 e venda de perus, no Rossio, em 1900 (fotografia de Jorge Almeida Lima, in SILVA, 2010).



**Figura 34.** Imagem de tanque de lavadeiras nos arrabaldes de Lisboa (1900) e, uma outra, de um sítio onde não havia tanque público e a roupa era lavada no ribeiro (1912). As peças eram ensaboadas e, para branquearem, colocadas a “corar” ao sol; depois de novamente lavadas e enxaguadas, eram postas a secar estendidas nas margens. O universo das lavadeiras saloias inspirou um dos primeiros filmes sonoros portugueses, a *Aldeia da Roupa Branca* (1939). Faziam o caminho, alguns quilómetros de distância, de burro, em pequenas carroças e, por vezes, a pé (as que vinham de aldeias limítrofes “próximas” como as de Odivelas e dos Pombais). Mandar lavar a roupa nos arrabaldes, foi uma prática que, em muitas casas da média burguesia lisboeta, ainda perdurou por algumas décadas do século XX. Os mais abastados tinham criadagem para o fazer; já a roupa dos pobres e menos abonados era lavada, pelas mulheres e filhas, em casa, nos lavadouros públicos ou ribeiros das imediações. Para a roupa que ia a lavar fora a dona da roupa, ou a governanta, fazia o rol discriminado das peças, a lavadeira vinha buscar as trouxas de roupa, devolvi-a depois de estar lavada e, nas casas, conferiam o rol. No Lumiar, em poucas casas havia empregadas domésticas; a maioria não tinha qualquer serviçal. Para algumas casas, mulheres já com alguma idade, faziam “recados” (pequenas tarefas ou incumbências que lhes pedissem). Naquela altura poucas pessoas tinham reforma e não havia assistência social universalizada. Algumas famílias tinham o seu “mendigo privativo” que, com regularidade certa, batia à porta para receber a esmola. As mulheres que faziam “recados” (normalmente solteiras ou viúvas) eram “ajustadas” de forma informal, por períodos do dia relativamente curtos e conforme fossem precisas, sem horário ou salário fixo; davam-lhes algumas moedas e sobras de comida. Nesta altura algumas donas de casa seguiam o método das ementas semanais pré-definidas. As refeições eram diariamente diferentes mas pouco se alteravam em cada dia da semana; às segundas-feiras, mau dia para comprar peixe, numa das refeições do dia era frequente haver um aproveitamento de eventuais sobras de carne do almoço melhorado que as donas de casa da pequena burguesia procuravam fazer aos Domingos.



**Figura 35.** Casas com reminiscências de habitação popular medieval: casas rectangulares simples, de um ou dois pisos (por vezes nos núcleos urbanos com logradouros e pátios murados); telhados de duas águas, portas pequenas e estreitas; janelas não muito grandes. Na primeira imagem vê-se, na esquina da casa, uma pedra tubular. Servia para evitar que as rodas de carroças e charretes destruíssem os ângulos das paredes quando tinham de curvar nas ruas estreitas, típicas também neste tipo de lugares de origem medieval. Na Rua Pena Monteiro ainda existem pedras destas.



**Figura 36.** Casas com reminiscência de implantação urbana medieval sem obediência a um traçado de arruamento. Na segunda imagem, num recanto, a fachada da taberna do Sr. Manuel Carvoeiro, na Rua do Alqueidão. Ao lado esquerdo a taberna, do direito a carvoaria. No recanto, entrada para um pátio onde morava a D. Chica, mãe da D. Natividade, que morava no mesmo prédio da D. Georgina (vd. Figura 30). Para além da taberna/carvoaria do Sr. Manuel havia a, a uns 50 metros, na Rua Pena Monteiro a seguir à Pensão do Crespo (vd. Figura 30), já referida carvoaria do Sr. Benjamim e do Sr. António, dois irmãos que tinham vindo do Norte do país. As carvoarias ocupavam maior espaço do que o afectado às tabernas, pela necessidade de armazenar em sacas ou, em pilhas, as cargas de carvão que recebiam. No final dos anos 50, nem todas as casas tinham fogão a gás e algumas tabernas também eram carvoarias. O carvão era muito utilizado nos ferros de engomar, braseiras e fogareiros de barro. As carvoarias não vendiam, apenas, carvão simples. Também vendiam *briquetes* para as braseiras e o que se chamava de “bolas”. Estas, em rigor, eram enormes rodelas moldadas numa massa de argila misturada com aparas de madeira. Em casa, partiam-se em meia-lua e dispunham-se nos bordos do fogareiro de barro com o carvão no meio e as brasas demoravam imenso tempo a consumir. Mesmo quem tinha fogareiros a petróleo e fogões a gás continuava a usar os fogareiros a carvão, não só para os grelhados mas, também, para cozinhar alimentos que requeriam prolongada cozedura, como feijão e grão. Estes, depois de estarem todo o dia de molho, à noite, eram colocados a ferver num fogareiro com o carvão e as “bolas”. Ali ficavam a cozer, noite dentro, até ao outro dia de manhã. Nas tabernas/carvoarias, para acompanhar o vinho, servido em “copos três”, havia para os homens “fazerem boca”, fatias de pão, queijos secos pequeninos, peixe frito, ovos cozidos (com uma casca castanha por terem sido fervidos com casca de cebola, um corante natural). Em pratos de faiança grosseira, por cima do balcão (nada estava em ambiente refrigerado), por vezes havia outros petiscos: bifanas de porco fritas, pataniscas, peixinhos da horta. Não se viam crianças nas tabernas/carvoarias. Estas, normalmente, só lá iam para fazer rápidos recados (comprar fósforos; velas de sebo, vinho e vinagre em pequenas medidas) ou quando acompanhavam nas compras a mãe, a empregada ou a senhora dos “recados”. Alguns garotos podiam aproveitar as moedas pequeninas da “demasia” (agora, diz-se troco) para comprarem uns rebuçados artesanais de açúcar a meio tostão. Como já não havia estas moedas em circulação, com um tostão compravam dois rebuçados. Apesar de muito apreciados por alguns garotos, estes rebuçados não eram embrulhados de forma vistosa, não tinham vários sabores e estavam a cair em desuso; já só se encontravam nas tabernas.



**Figura 37.** Panorâmica de um troço das muralhas no Olival Basto, a entrada Norte de Lisboa. O Lumiar era um local estratégico para a defesa de Lisboa perante eventuais ataques vindos de Norte. Idêntica função deveria ter uma torre que existiu no Lumiar para vigiar a entrada por nordeste. *A Estrada da Torre é um topónimo antigo da Freguesia do Lumiar cuja data de fixação na memória de Lisboa se desconhece embora seja provável que advenha do sítio da Torre do Lumiar, assim já denominado e conhecido no séc. XVI. (...) De acordo com as Memórias Paroquiais de 1758 o sítio ou lugar da Torre do Lumiar tinha nesse ano 19 fogos e 104 habitantes, bem como uma Ermida de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Livramento.* (DEPARTAMENTO DE PATRIMÓNIO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 2014).



**Figura 38.** A ocupação do espaço comercial nos anos 50 e 60 na Rua Direita do Lumiar, lado do nascente de Norte para Sul. À esquerda da imagem vê-se uma nesga do campo da Estrada Militar e, ao fundo, uma parte da pequena serra de Odivelas. Aqui, a primeira casa comercial à entrada do Lumiar, a loja da Caldeira. Vendia, sobretudo, vestuário e calçado masculino e tinha os casacos e samarras pendurados no exterior. Ficava num entroncamento entre a subida da Calçada de Carriche e a actual Rua da Castiça (à direita). Esta rua deve o nome à taberna da família dos Castiços, que ainda existe e fica no recanto à direita (invisível na fotografia). Ao lado desta taberna fica a Vila Adelina, antiga casa de campo do Marquês de Angeja (1<sup>a</sup> imagem vd. Figura 95). À direita da loja Caldeira, do outro lado da rua, havia uma tasca, com um pequeno lugradoro murado (1<sup>a</sup> imagem vd. Figura 27).



**Figura 39.** A ocupação do espaço comercial nos anos 50 e 60 na Rua Direita do Lumiar, lado do nascente. Primeira imagem, uma vista a partir do final da Rua Pena Monteiro de dois estabelecimentos comerciais: uma segunda loja de roupa da casa Caldeira, dirigida pelo Sr. Gama, e uma pequena mercearia do Sr. Mendes. Na segunda imagem, a continuação desse lado da rua. Nesta, à esquerda e invisível na imagem, ficava farmácia Patuleia, propriedade das irmãs D. Maria Teresa e D. Aurora Patuleia. Era dirigida pelo farmacêutico, o Sr. Dias, que se encarregava de dar injeções e fazer pequenos curativos. Nem tudo o que as pessoas usavam como medicamento era produzido em laboratório ou estava embalado. O Sr. Dias preparava localmente alguns compostos. Também alguns unguentos, pós e algodão iodado eram pesados e vendidos de forma avulsa. Mais à frente era a loja de bricabrac da D. Rute. Ela tinha um ar um pouco distante e distinguia-se das outras mulheres por se maquilhar diariamente (o que outras só faziam em ocasiões especiais; a maioria andava de cara lavada). A D. Rute era dada à leitura, o que não fazia parte da ocupação da maioria dos habitantes. As leituras culturalmente validadas eram minoritárias. Nos anos 50 e 60 a maioria da minoria de mulheres leitoras lia muito romances de amor, a *Crónica Feminina* e algumas fotonovelas. Estas edições eram compradas nas papelarias locais. Estas tinham uma oferta de leitura reduzida, pelo que, também, se alugavam livros a um homem que passava regularmente para deixar novos livros e recolher os que tinha deixado ao seu magro público leitor. Também se alugavam livros num quiosque de rua que havia na Praça do Saldanha onde, mesmo dominando leituras populares e de entretenimento, sempre havia maior escolha e, também, alguns clássicos da literatura. As próprias pessoas emprestavam muito os seus livros umas às outras. Um restrito número de grandes leitores (masculinos e femininos) frequentava (sobretudo eles) as livrarias de referência quando iam ao Chiado flunar ou conspirar. Elas aproveitavam para passar pelas livrarias quando iam à Baixa, o que era pouco frequente e uma ocasião especial; significava lanchar na baixa, ver modas e coisas novas, adquirir o que não havia no Lumiar (veja-se Figura 40). Apesar desta segunda imagem ser recente, e de já se ter verificado melhorias na reabilitação dos edifícios e alterações de ocupação comercial e ofical e de muitas lojas permanecerem encerradas, ela dá-nos uma visão da memória do lugar que ainda evidencia o que foi a intensa ocupação dos pisos térreos pelo comércio. A imagem capta o espaço compreendido depois da Farmácia Patuleia até se perder, ao fundo, um pouco antes do edifício do *Asilo da Infância Desvalida e dos Pobres do Lumiar*.



**Figura 40.** Em primeiro plano, à esquerda, a *Lumiar Moderno*, uma loja de pronto a vestir com duas grandes montras envidraçadas e com uma oferta de vestuário de maior qualidade. Era o espaço interior mais qualificado que, então, existia no Lumiar. Antes, no 1º andar, o salão de cabeleireiro (com o letreiro na vertical, na empena do prédio); a “casa dos azeites”; a mercearia do Sr. Luís Assis; a *Farmácia Patuleia*; a mercearia do Sr. Mendes (no recanto com o toldo aberto, e que era seguida da segunda casa *Caldeira*). Na segunda Imagem (fotografia de colecção particular), uma surtida de moradores a Madrid, uma oportunidade que, para as senhoras que podiam ir até lá, era aproveitada para fazerem algumas compras inexistentes no Lumiar ou diferentes das ofertas que encontravam na baixa lisboeta.



**Figura 41.** A florista e casa de sementes, com pequenos vasos de flores na parede exterior. Antes, neste sítio, fora o talho da Câmara Municipal de Lisboa. Não tivemos oportunidade de investigar mas ficámos surpreendidos por esse estabelecimento ser propriedade da CML e o seu funcionamento assegurado pelo município. Desconhecemos se tal foi uma experiência isolada ou se ele se enquadrava numa proposta programática mais vasta. Por cima, no 1º andar, foi a estação de correios do Lumiar. Ao lado esquerdo, parte da montra da droguaria do Sr. Estevão e à direita a “mercearia dos Gameiros” (*Pedroso & Gameiro*), a mais bonita do Lumiar e que existiu até há três anos. Na esquina, onde o táxi está a curvar para a Rua do Alqueidão, era a Adega dos Presuntos.



**Figura 42.** A ocupação nos anos 50 e 60 do espaço comercial na Rua Direita do Lumiar, lado do nascente. Na primeira imagem, à esquerda, era a loja do Sr. Luis Correeiro, o talho do Sr. Zé Reis e a entrada para o Pátio da Luisinha (de onde sai a figura que se vê ao fundo) e, sob o toldo aberto, o Café da Luisinha. No recanto, a tabacaria do Sr. Araújo, seguindo-se uma mercearia (as duas portas com toldo), a loja de bordados e a casa funerária (junto da qual se vê a figura de negro em primeiro plano).



**Figura 43.** Na segunda imagem, outra perspectiva da tabacaria, da confeitaria (antes mercearia) e da funerária, sob a varanda corrida. Na grande sala, à entrada estavam arrumadas em longas prateleiras urnas e caixões. Estes, actualmente, já não se usam. Mas, na altura, eram utilizados para os funerais das pessoas mais pobres; como estas podiam nem ter sapatos, para não serem enterradas descalças, as funerárias vendiam sapatos de cartão, os chamados “sapatos de defunto”. Refira-se que no início dos anos 60 ainda se via muitas crianças descalças, filhos de pequenos rendeiros ou trabalhadores pobres que moravam nas courelas da periferia urbana ou na Quinta da Musgueira. Até se viam alguns adultos descalços, o que apesar de ser uma evidência de pobreza, anos antes, era algo que podia levar à prisão. Os caixões das pessoas pobres eram uma caixa de madeira de pinho, a mais barata, e limitavam-se a ser forrados de flanela preta, ou branca no caso de os falecidos serem crianças, raparigas muito jovens ou mulheres virgens. Na segunda imagem vê-se com maior detalhe, no recanto, a Tabacaria do Sr. Araújo com jornais e revistas pendurados no escaparte do lado de fora da loja ao lado das portas da mercearia.



**Figura 44.** Local do posto dos correios do Lumiar, depois de ter saído do pequeno primeiro andar, sobre o talho da Câmara Municipal de Lisboa (vd. Figura. 41). No piso superior desta vivenda ele ficou com instalações, mais espaçosas e com garagem (à direita), para o estacionamento dos carros dos CTT que transportavam as cartas e encomendas do/para o Lumiar. A estação dos CTT não servia só para despacho e distribuição de missivas e volumes. Na altura, o telefone ainda não era habitual em todas as casas. Nas estações de correios, pendurados na parede da sala de recepção e atendimento do público, existiam alguns telefones. Antes de existirem telefones equipados com caixa de moedas, ou possibilidade de fazer ligações automáticas para destinos distantes, os utilizadores não eram autónomos. Dirigiam-se ao balcão, indicavam o número, a funcionária dos CTT fazia a chamada e passava-a para o telefone público onde a pessoa aguardava a transferência da comunicação. Nas estações de correios também havia uma mesa, ou um balcão, com as listas telefónicas dos Distritos de Portugal para as pessoas localizarem os números que tivessem necessidade. Quem por insuficiência de escolarização não soubessem pesquisar as listas telefónicas, era ajudado pelas funcionárias. Nessa época tal não era uma situação inusual, sobretudo tratando-se de habitantes que residiam fora do núcleo urbano do Lumiar. A Freguesia replicaria a média nacional dos níveis de iliteracia funcional, na realidade, mais elevados do que os apontados nos indicadores oficiais de analfabetismo. No Lumiar, as pessoas menos abrangidas pela cultura escrita moravam na periferia urbana. Eram rendeiros, trabalhadores rurais e serviçais das quintas ou migrantes. A incapacidade de leitura e escrita era também notória nos novos moradores dos bairros de lata que começaram a surgir, sobretudo a partir dos anos 50, no perímetro nordeste da Freguesia (vd. Figura 132). Na estação dos CTT do Lumiar, perante limitações de literacia, ou dificuldades de ler e escrever decorrentes da idade, era habitual estas pessoas serem ajudadas por uma outra que se encontrasse à espera de ser atendida. Prestavelmente prontificavam-se a incumbir-se dessa tarefa (pesquisar números de telefone, preenchimento de impressos, endereçamento de envelopes).



**Figura 45.** A ocupação nos anos 50 e 60 do espaço comercial na Rua Direita, lado do poente. No Lumiar, uma aldeia na cidade, o pão era produzido localmente, amassado à mão durante a noite e cozido de madrugada nas duas padarias do Lumiar. Ainda se conservavam traços do antigo espírito comunitário de uso colectivo de equipamentos. As padarias deixavam os vizinhos usar os seus fornos quando eles precisavam de fazer uma grande quantidade de um assado. Sabia-se que era um dia especial em casa de alguém quando se via uma dona da casa, uma empregada ou uma senhora dos recados, passar pela rua com um tabuleiro grande, coberto com um pano branco, pronto para ir, ou acabado de sair, do forno da padaria. À direita, vêem-se as portas e a vitrina de uma das padarias, uma unidade integrada de fabrico e venda de pão. A prática de produção/venda no mesmo local, não era inusual no comércio do Lumiar. À esquerda da padaria, uma pequena regataria (as pessoas chamavam-lhe *o lugar*) de frutas e legumes do Sr. Renque (na parede, o marco do correio). Esta pequena loja também tinha capoeiras e coelheiras. A “criação” vivia ali, e a D. Guilhermina ou o Sr. Renque encarregavam-se de abater os animais no momento em que estes eram vendidos ou encomendados (pendurado à porta, um frango, já depenado, a aguardar a chegada da freguesa). Era um tempo em que não passava pela cabeça das crianças que a carne de coelhos e galinhas fosse um produto fabricado, ainda que algumas se condoessem com o seu destino, os acarinhassem e, por vezes, fossem repreendidas por “o bicho estar sujo”. Enquanto ali estavam, as coelhas iam parindo e as galinhas pondo ovos. Colocavam os que não eram para chocar num cesto de vime para serem vendidos. Estes, por vezes, traziam ainda agarrada à casca as palhas do ninho.



**Figura 46.** Na imagem da direita, uma das duas grandes mercearias do Lumiar, a *Vale do Rio*. A outra, encerrada recentemente, era a *Pedroso & Gameiro*, cujo espaço ainda conserva o fantástico mobiliário original de madeira. Nestas mercearias os produtos eram recebidos *por grosso* em sacas, caixas, latas e barris. Não havia praticamente produtos embalados. Quase tudo era avulso e, por isso, pesado ou medido, e embrulhado em folhas de papel e atado com cordel ou metido em cartuxos de *papel pardo* que, depois, em casa, eram aproveitados para ensopar o óleo dos fritos. De casa, levava-se a garrafa ou a almotolia do azeite e este era medido de acordo com os decilitros pedidos. Como até meados dos anos 60 havia poucos frigoríficos, muitas pessoas iam às compras quase todos os dias. O hábito de comprar em pequenas quantidades, também resultaria de não haver muito dinheiro disponível e do que fora uma longa prática de o pagamento dos salários ser feito à semana. Por cima da Mercearia *Vale do Rio*, ficava o salão de cabeleireiro da D. Maria Helena. Este edifício ainda existe e era dos mais vistosos da Rua do Lumiar; actualmente é um dos mais degradados. Na segunda imagem, o estado em que, actualmente, se encontra este edifício, tal como é visto a partir da Avenida Padre Cruz e da casa Luz Soriano.



**Figura 47.** A ocupação nos anos 50 e 60 do espaço comercial na Rua Direita do Lumiar, de Sul para Norte. Na primeira imagem (ainda com campos em vista de fundo), V-se um homem encostado entre a *Capelista Malveiro* e a barbearia. A montra da retrosaria exibia peças bordadas. Havia babetes para crianças que, a ponto-cruz, transmitiam mensagens educativas em frases do género: *À mesa não se fala* ou *Quem porfia, mata caça*. Por cima, era o consultório médico do Dr. Santos Júnior, o que não se considerava ser estabelecimento comercial (ainda há poucos anos os médicos ficavam ofendidos se alguém chamasse cliente a um doente seu; atalhavam, secamente, que não tinham clientes, tinham pacientes). A seguir à barbearia do *Barbeiros*, a *Farmácia Beirão* e a mercearia *Vale do Rio*. Depois, havia a Rua do Alqueidão e, no seu gaveto, a *Adega dos Presuntos*, que tinha taberna e casa de pasto viradas para Rua Direita e, na empena lateral, a entrada para o restaurante. Por cima da adega, ficava a escola primária feminina do Lumiar. As casas comerciais e de serviços que se seguiam na Rua Direita eram a latoaria, a peixaria e o *lugar* do Sr. Renque (no local onde se vê o carro). Na segunda imagem, destaca-se sobre o passeio a montra do café *Vitória Bar*, o estabelecimento que protagonizava no Lumiar, ainda que de forma restrita, o papel dos cafés como espaço de discussão e leitura. À sua direita, na porta por onde acaba de passar a figura (em primeiro plano) era a peixaria da D. Alice e da D. Beatriz.



**Figura 48.** Na primeira imagem, à direita, a Alfaiataria Figueiredo, depois ocupada pela Adega dos Presuntos. A alfaiataria, um grande espaço, vendia localmente a sua confecção, mas o grosso do negócio baseava-se no fornecimento de vestuário masculino para várias lojas. Naquela altura ela podia considerar-se uma média indústria. Por cima desta alfaiataria ficava a escola primária feminina oficial. À esquerda, a leitaria (pastelaria) do Sr. Augusto. A seguir a esta leitaria era a garagem dos táxis do Sr. José Amaral, que tinha dois carros na praça de táxis de Lisboa. O Sr. António, o *Russo*, tinha outros dois e o Sr. *Pescadinha* tinha um. Cinco táxis, propriedade de pessoas do Lumiar faziam sentido se tivermos em conta que a Freguesia era o *términus* da rede de transportes públicos urbanos. Hoje, no que foi esta garagem, funciona o CAJIL (Centro de Apoio a Jovens e Idosos do Lumiar). À esquerda da garagem, no primeiro andar, era o consultório do Dr. Santos Júnior.



**Figura 49.** A casa dos Correiros, de móveis e velharias, com uma pequena vitrina na parede de um prédio que ostenta no 1º andar um registo de Santo (sobre estes, veja-se mais na Figura 91). Ao lado, à direita, a taberna *Portas Verdes* e, à esquerda, um anúncio da *Luisinha*. Na segunda imagem, sob o terraço, a sapataria do Sr. Fernando e à direita casa de chás e cafés *Luisinha* que, também, vendia bolachas. Na altura, tudo isto era vendido ao peso; o café era moído na altura e o aroma chegava à rua. As bolachas estavam acondicionadas em caixas grandes, de lata, para se conservarem secas e estaladiças. A figura em primeiro plano está a entrar no talho do Sr. Zé Miúdo. Na porta da esquerda era o término dos eléctricos, onde os *guardas freios* e cobradores prestavam contas e “rendiam” (faziam a passagem dos turnos de trabalho). Até ao início dos anos 60 o eléctrico descia quase até meio da rua do Lumiar.



**Figura 50.** Na primeira imagem, em primeiro plano, a padaria, antecedida pela peixaria, a marcenaria e o talho. Ao fundo, um grupo de pessoas à entrada do Vitória Bar, um café que permanece activo. Na segunda imagem, o talho do Sr. João Cabeças, tendo à sua esquerda, por baixo do terraço de um edifício, com um friso de azulejos *Arte Nova*, uma ourivesaria e relojoaria, que ainda hoje existe. Esta casa encontra-se restaurada.



**Figura 51.** Imagem dos derradeiros estabelecimentos comerciais que se localizavam na Rua Direita do Lumiar, lado do poente. No prédio à direita, cuja demolição foi relativamente recente, o piso térreo era ocupado por três estabelecimentos: a taberna/casa de pasto Viriato; uma barbearia e uma papelaria/tabacaria. Ficavam mesmo ao lado da praça do Lumiar, que se vê em primeiro plano na figura. Instalado a céu aberto, este mercado apresentava como elementos construídos, apenas, os muros e as bancas.



**Figura 52.** À direita, a loja da UCAL na Travessa do Canavial, que confluía com a Rua do Alqueidão onde circula a figura que se vê na imagem. A poucos metros, à direita, ficava a taberna/carvoaria do Sr. Manuel (vd. Figura 36), cujas portas abriam para esta rua. No piso térreo do edifício à esquerda da UCAL morava o Sr. Fernando Teixeira (veja-se nota 41) com a mulher, a D. Raquel e os filhos, a Fernanda e o Ludgero. Já viúva, idosa e sem a filha (faleceu muito jovem), a D. Raquel foi uma das primeiras vítimas mortais dos vários atropelamentos que ocorreram na Avenida Padre Cruz, a autoestrada citadina que esventrou e fracturou o antigo Lumiar.



**Figura 53.** Actividade operária e artesanal. No interior do núcleo urbano existiam algumas oficinas. Mas a maior parte da actividade industrial e artesanal desenvolvia-se na periferia do Lumiar. São disso exemplos esta serralharia e uma tanoaria. Fora da urbe também se concentravam diversos armazéns e estaleiros, por vezes instalados em terrenos municipais alugados.



**Figura 54.** Imagem da Fábrica de Tijolos de Telheiras (1935) e da *Fábrica Metalúrgica do Lumiar* (ca. 1920?), equipamentos fabris de envergadura. Ambos visivelmente fora do núcleo urbano, em pleno campo. É possível reconhecer que a segunda fábrica se encontrava ao lado de uma vinha bordejada por um pomar. Eventualmente, foi nesta fábrica que trabalhou o Eng. Manzano (nota 45). Ela localizar-se-ia perto da moagem do Castanheira de Moura, uma moagem que se afigura poder corresponder ao edifício cujas chaminés se veem ao fundo, à direita. Se a imagem corresponder à localização da moagem, também existia, muito próximo, um grande lagar de azeite na Quinta do Leão.



**Figura 55.** Rua Pena Monteiro, tendo ao fundo, no Largo Júlio de Castilho, o muro do Palácio Angeja/Palmela. Metade do quarteirão deste lado da rua era ocupado pelo Sr. Otto Hummel, um alemão que veio para o Lumiar antes da Primeira Guerra Mundial, e que estabeleceu residência na Rua Pena Monteiro. Ao lado criou uma fábrica de meias (*peúgas*) que exportava para Bremen. O espaço era bastante grande (ocupava o gaveto da Rua Pena Monteiro, Travessa do Canavial e Travessa do Morais). Hummel montou uma linha completa de fabrico (fiação, tanques para tinturagem e tecelagem). Partiu, quando o filho foi chamado para a guerra. No mesmo local e área foi instalada em 1924 uma outra unidade integrada. Uma serração de madeira e oficina de construção de charretes e carroças. Também fazia a sua reparação e a ferragem de cavalos e muares. Com o advento do automóvel este equipamento foi reconvertido pelo proprietário, já idoso, numa oficina de serralharia civil de apreciável dimensão. Em primeiro plano, o *dois cavalos* do Sr. Miguel da Silva, que também tinha uma das motas mais bonitas do Lumiar, uma Norton 500, de 1955. Nos anos cinquenta, a maioria das pessoas do Lumiar não tinham carta de condução ou transporte próprio e eram raras as mulheres que conduziam. Nas décadas anteriores os veículos ainda eram mais raros. Nos anos 40 e início dos anos 50 os homens que tinham carro eram solicitados para levarem grupos de adeptos do Sporting aos jogos fora de casa (Figura 156) e apoiarem o seu clube nos desafios decisivos ou para assistirem a um que criasse a expectativa de ser um bom jogo com um outro clube. Com a periferia do Lumiar tomada pela expansão urbana, a generalização de viaturas próprias e a conseqüente decisão de construir a Avenida Padre Cruz, os automóveis também acabaram por contribuir para ditar a morte do velho Lumiar.



**Figura 56.** Mercado do Lumiar, ainda sem cobertura, quando foi criado no início dos anos 60. Foi instalado no final da Rua do Lumiar, em frente da Estrada da Torre. Provocou como baixas imediatas o encerramento das duas peixarias da Rua do Lumiar; as peixeiras mudaram as suas bancas para debaixo dos chapéus de sol de várias cores no recinto da praça. Na primeira imagem a entrada do mercado. Em ambas as imagens vê-se o prédio onde funcionava a estação dos CTT que servia o Lumiar (veja-se Figura 44).



**Figura 57.** Imagem na altura da inauguração do supermercado *Pão de Açúcar*, um espaço comercial de uma dimensão como nunca se vira no Lumiar. Ele despertou enorme curiosidade e interesse dos consumidores. Ao lado do *Pão de Açúcar* existia o *Cinema Lumiar*, uma excelente sala, muito espaçosa e confortável, igualmente inaugurada no final dos anos 60.



# OS CINEMAS DE BAIRRO

Se querem que lhes diga a verdade, já não me lembro da primeira vez que fui ao cinema. Mas o curioso é que, quando a propósito de qualquer cineasta, recordo um dos «velhos» filmes, tenho sempre tendência para associá-lo a este ou àquele cinema de «réprise».

Do que me lembro perfeitamente é das tardes em que faltava às aulas para ir ver o Bogart ou o Gary Cooper. A descoberta do cinema foi para mim, de certo modo, o itinerário que me levou a conhecer, um por um, quase todos os cinemas de bairro da cidade.

Houve já quem me dissesse, com o ar mais sério deste mundo, que os cinemas de bairro são a única Cinemateca permanente que existe em Portugal. Creio mesmo que, se atendermos à que a quase totalidade dos cineclubes efectua regularmente as suas sessões em cinemas de bairro, se pode afirmar sem exagero que estas salas de espectáculo têm contribuído mais para a implantação de uma cultura cinematográfica entre nós do que qualquer outra instituição.

Já sabem, com um pouco de atenção e oportunidade, é sempre possível descobrir um programa interessante e mais barato.

EDUARDO GEADA

**A CAPITAL** Sexta-feira, 13 de Março de 1970

Figura 58. Fachada do cinema Lumiar, inaugurado em 1968 com o filme japonês "Buddha" (1961). Esteve aberto ao público cerca de uma década. Ao fim de longos anos de encerramento, este espaço reabriu como igreja da *Assembleia de Deus Ministério da Missão*.



Figura 59. Recorte de um anúncio do restaurante e cinema *Castanheira*, quando o cinema era no Lumiar era uma oferta cultural regular.



Figura 60. Palácio do Monteiro, num desenho de Maximiano José da Serra (em 1827). É hoje Museu Nacional do Teatro.



**Figura 61.** O edifício desta imagem, entre o palácio actualmente ocupado pelo Museu Nacional do Traje e a Igreja do Lumiar, era um dos três palácios que a Casa de Palmela possuía no Lumiar. Este tinha uma configuração de tipo “casa comprida”. Ainda nos anos 60, e em mau estado de conservação, era habitado pela família Mesquitela. Foi posteriormente alugado por parcelas enquanto a sua degradação prosseguia. Há já alguns anos que este edifício se encontra completamente abandonado. Tal apesar de ele ter enorme potencial para a instalação de um equipamento cultural (por exemplo, o Museu da Música, dado o contexto histórico do espaço e as possibilidades de sinergia oriundas da presença vizinha, do outro lado da rua, dos museus do traje e do teatro). À esquerda, a tardoz da entrada do pátio, vê-se o telhado do lagar, ao lado do qual ficava a *taberna da Ricardina*.



**Figura 62.** Fotografia do Palácio do Monteiro-Mor, depois do incêndio que em 1970 o deixou completamente destruído, quando ainda aqui estava instalada a Embaixada de Marrocos.



**Figura 63.** O Palácio do Monteiro -Mor/Museu do Teatro é rodeado por um amplo jardim francês. Esta imagem foi obtida já depois da recuperação do edifício, cuja reabilitação e adaptação a museu foi um projecto do Arquitecto Joaquim Cabeça Padrão, homem de vasta cultura e reconhecido bibliófilo que, em vida, doou a sua valiosa colecção à Biblioteca Municipal do Seixal.



**Figura 64.** Imagem do parque botânico a tardoz do Palácio Angeja/Palmela. Uma tranquila mancha verde que conserva e oferece, particularmente aos moradores de urbanizações limítrofes ao palácio e campo de golfe, o antigo papel de refúgio da cidade, que tinham os palácios, *villas palladianas* e casas rurais. O parque e parte da sua envolvente permite a estes novos habitantes do Lumiar poderem continuar a usufruir o campo e da paisagem natural, apesar do bulício da cidade.



**Figura 65.** Dependências e casa principal da *Quinta da Musgueira*, que possuía um altíssimo mirante. Foi propriedade agrícola dos Condes da Guarda. A residência, ao estilo de villa rural, foi recentemente arrasada para se concluir o último troço do Eixo Norte-Sul.



**Figura 66.** Casa da *Quinta das Flores*, na Alameda das Linhas de Torres, à direita da *Sociedade de Instrução e Beneficência José Estevão*, cuja parede da empena é visível na imagem. Esta casa foi demolida em 1980.



**Figura 67.** *Quinta das Camélias*, na Alameda das Linhas de Torres, actual ISEC- Instituto Superior de Educação e Ciências. Era propriedade de extintas congregações religiosas (perto desta quinta ficava a *Quinta dos Padres*). A *Quinta das Camélias* foi, depois, por muito tempo, o Quartel do Lumiar, onde funcionou a EPAM – Escola Prática de Administração Militar. Ainda está viva na memória de muitos a interrupção da emissão da RTP em 25 de Novembro de 1975, quando o capitão Duran Clemente, da EPAM, lia um comunicado revolucionário. Os estúdios da TÓBIS e da RTP ficavam nesta mesma rua, um pouco mais acima, próximo do Estádio do Sporting. Durante os anos 50 alguns exercícios militares faziam-se na Estrada Militar. A deslocação da marcha dos soldados, com tambores a rufar na dianteira, fazia-se pela Rua Direita do Lumiar. Era um momento em que o som dos tambores, e o ruído compassado das botas dos soldados nas pedras da calçada, atraía a curiosidade das crianças, o que dá conta do pouco movimento automóvel que a rua tinha no início dos anos 60.



**Figura 68.** *Quinta das Conchas*. Quase em frente ao quartel, ela nasceu do emparcelamento de duas quintas do séc. XVI. Quando em 1899 foi adquirida por Francisco Mantero Belard, proprietário de roças em S. Tomé e Príncipe, foi restaurada no modelo de quinta de recreio. Data dessa altura a construção do largo artificial, do palacete (vd. Figura 130) e a implantação das palmeiras. Estas conferem ao espaço um toque de ambiência exótica. Ainda no início do século XXI existia nesta quinta, junto ao muro da Alameda das Linhas de Torres, uma enorme pérgula de glicínias que o acompanhava em toda a extensão e uma outra casa novecentista ou dos primórdios do séc. XX. Nela, durante décadas, esteve instalado o laboratório da *Madame Campos*, uma marca de cosmética e maquilhagem de gama média-alta com notoriedade em Portugal e no Brasil.



**Figura 69.** Palácio da *Quinta dos Lilases* na Alameda das Linhas de Torres. Está aqui sedeada a Academia Portuguesa de História.



**Figura 70.** Palácio da *Quinta do Paço*, ao lado da Capela de S. Sebastião. Local do primitivo Paço do Infante Afonso Sanches.



**Figura 71.** Fachada e trecho do jardim da Quinta de S. Sebastião da Pedreira ou Quinta do Cunhal (do início do séc. XVIII, propriedade de D. João V). Em 1920 pertencia à família Sousa Roxo e passou a ser conhecida por Quinta do Roxo. Nos anos 60 foi adquirida por D. Simone Henriette da Silva Braga Correia Leite, figura proeminente do Movimento Nacional Feminino. Nos anos 90 pertenceu ao Partido Comunista Português. Curiosamente, foi no núcleo histórico do Paço do Lumiar que, no início dos anos 30, existiu uma das primeiras impressoras clandestinas do PCP (cf. Francisco Martins Rodrigues). Em 1999 o PCP vendeu a quinta a uma empresa imobiliária (consta que por cerca de 5 milhões de euros em moeda actual). Depois de aprovado o projecto de urbanização, em parte do jardim foram construídos 29 apartamentos (vendidos a um preço médio de um milhão de euros). A Quinta de S. Sebastião é, actualmente, um dos mais luxuosos condomínios fechados de Lisboa (veja-se em [http://sm.vectweb.pt/media/46/File/Revista/N16/SSebastiao\\_duplas.pdf](http://sm.vectweb.pt/media/46/File/Revista/N16/SSebastiao_duplas.pdf)).



**Figura 72.** *Quinta dos Azulejos.* Mandada edificar na primeira metade do séc. XVIII por António Colaço Torres, filho do ourives Luís Colaço da Cruz. Era conhecida por *Quinta do Droguista*, passando a ser designada por *Quinta do Príncipe* em memória da estadia do Infante, que ali passou um período de convalescença. Nessa altura, por duas vezes, esta quinta recebeu o real casal, D. José e D. Maria Ana Vitória de visita a seu filho (veja-se a lápide evocativa na Figura 92). Dada a profusão de azulejos, produzidos pela Real Fábrica de Faianças do Rato, ela passou a ser conhecida por *Quinta dos Azulejos*. Refira-se que António Feliciano de Castilho, pai de Júlio de Castilho, tendo sofrido um acidente aos cinco anos, também fez a convalescença na Quinta dos Azulejos. Mais tarde, deixou memórias da sua permanência na Quinta dos Azulejos e do fantástico jardim:

*"Estou vendo (...) no aristocratico páteo, a um lado o grande tanque esverdeado e doirado (...) / Estou vendo as duas escadas de pedra, subindo uma para a capella, a outra para as salas. Ao fundo o portão de ferro do jardim; nelle os alegretes de porcelana e marmore, os vasos da China, os azulejos historiados. Na primeira rua as duas cascatas, correspondendo-se de extremidade para extremidade; a da esquerda com o seu Baccho a cavallo numa pipa; a da direita com uma sereia; outras duas de um brutesco magnifico aos dois tôpos da rua de arcaria chamada do Príncipe D. José, que ali costumava espairecerse. Na meia-laranja da direita, entre estas duas ruas, a opulenta cascata, com o colosso do Tejo reclinado com a sua urna sôbre penedias bravas, e sôbre um florido pórtico de conchas; aos lados, dois cisnes; as aguas repuxam de todas as partes. Defronte, um tanque redondo repuxa tambem uma arcaria líquida e prismática, até á abóbada de verdura, que alastra sombras movediças, e em cujo vertice pompeia, de trombeta em punho, uma estátua da Fama. / Quasi ao fundo do jardim, uma sala vegetal, com assentos e meza de mármore, guarda tantas sombras e frescura, contém tanto silencio e mysterio, no meio de tão profusos ruidos de aguas e folhagem, que um poeta ali se fartaria de inspiração, e dois noivos de ventura. Eu e as outras crianças só espreitavamos tudo aquillo de longe, porque uma criada velha (que não podia mentir) nos tinha dito que morava lá uma princeza moira. (...) / Ao sahir do jardim a horta, o pomar com a sua nora, as searas com a sua eira. (...) / Uma tarde... foram todos os da casa ao convento de Odivellas; fiquei eu só com a criada velha. Estamos á janella da casa de jantar; avistamos, lá por um oiteiro, o nosso rancho em burrinhos de albardas verdes e encarnadas; um sol magnifico envolve tudo aquillo; que invejas para mim! / N`um recanto da casa arrulham as rolas n`um viveiro de arame, alto como uma torre (...)"* (transcrição apud SIMÕES, 2004). Durante algum tempo, tendo sido adquirida por José Maria do Espírito Santo e Silva, foi conhecida por *Quinta do Espírito Santo*. Sendo alvo de sucessivos processos de venda e desemparelamento, em 1935 foi alugada para nela se instalar o Colégio Manuel Bernardes.



**Figura 73.** Primeira imagem, *Quinta do Ministro*, ao lado do Colégio Manuel Bernardes, e que, também, terá pertencido à família Espírito Santo. Actualmente é propriedade da Fundação Maria António Barreiro e residência do Vigário Regional em Portugal da Opus Dei, Padre José Rafael Espírito Santo. Segunda imagem, um pouco à direita, a *Quinta das Rosas* ou *Quinta das Fidalgas Pobres*.



**Figura 74.** Fachada do solar seiscentista da *Quinta das Hortênsias*, na Rua Esquerda do Paço do Lumiar. Ao fundo, uma perspectiva do Palácio dos Azulejos.



**Figura 75.** O Palácio dos Condes do Lumiar/Palácio Burnay na *Quinta do Conde do Lumiar*, na Rua Direita do Paço do Lumiar.



**Figura 76.** Casa da *Quinta de Santo António*, no Paço do Lumiar.



**Figura 77.** *Quinta do Barrete*, na Estrada do Paço do Lumiar.



**Figura 78.** *Quinta de Nossa Senhora da Paz*. Nos anos 90 funcionou aqui o serviço municipal para as áreas e edifícios históricos.



**Figura 79.** Duas imagens da *Quinta de S. Vicente*, em Telheiras. Na segunda imagem, o anúncio do Restaurante Quinta de S. Vicente.



**Figura 80.** Casa rural da *Quinta da Calçada*, junto à Azinhaga das Galhardas (zona da 2ª circular). Imagem de 1962, quando neste edifício ainda funcionava a escola primária oficial de Telheiras.



**Figura 81.** Casa rural da *Quinta dos Barros* e da entrada da Fábrica de Tijolo (1961). Ficavam entre a Azinhaga das Galhardas e a Azinhaga dos Barros, em Telheiras. O topónimo deve ter tido origem na abundância de barro que caracterizava o espaço, uma característica favorecedora para ali ter sido instalada a fábrica (veja-se, também, na Figura 54).



**Figura 82.** Exemplos de quintas de recreio na zona nordeste do Lumiar, na Ameixoeira: o Palácio onde funciona a Academia de Música de Santa Clara e o Palácio da Ameixoeira, conhecido em meados do século XX como a casa da D. Simone, sendo agora o Instituto das Novas Profissões. Ao lado direito deste palácio existe o actual jardim público de Santa Clara, criado no século XVIII, um bom exemplo de jardim de uma quinta de recreio (Veja-se parte da planta desta quinta na Figura 156).



**Figura 83.** François Boucher (1703-1770), *École de l'amitié*. Karlsruhe, Museu Staatliche Kunsthalle). Um quadro vincadamente bucólico, que espelha serenidade e harmonia entre o ser humano e a Natureza.



**Figura 84.** Nicolas Lancret (1690-1743), *A Terra*. Museo Thyssen-Bornemisza. Nicolas Lancret (1690-1743), *Fête Galante avec la Camargo dansant avec un partenaire*. National Gallery of Art, Washington. Estes quadros espelham uma elegia da agricultura e da vida rural.



**Figura 85.** François Boucher (1703-1770), *Les Charmes de la vie champêtre*. Musée du Louvre, numa imagem algo idealizada.



**Figura 86.** A envolvente natural e atmosfera que rodeava as *villas* e palácios rurais seria, também, um espaço propício a expressões carinhosas de amor, de discreto erotismo, de contemplação e meditação introspectiva num ambiente natural. Ele proporcionaria um hedonismo plácido ou excitante (Jean Honoré-Fragonard (1732 -1806), *La Poursuite*. Musée des Beaux-Arts d'Angers), ou oportunidade para uma tranquila equilibração interior. (Berthe Morisot (1841 -1895), *La Lecture*. The Cleveland Museum of Art).



**Figura 87.** Imagens de *Danse en un pavilion* e de uma cena familiar numa *villa* ou palácio rural. A segunda, de inspiração naturalista, apresenta em fundo uma fonte no jardim (cópias de quadros de Nicolas Lancret). Duas expressões de uma mesma realidade que, supomos, podiam ser vividas nas quintas de recreio, como opções distintas ou complementares.



**Figura 88.** Imagens ilustrativas de cenas de espaço exterior e interior. O ambiente informal num piquenique de caça do séc. XVIII. A relativa formalidade e etiqueta num salão de um palácio (*A man bowing in front of another man*) que contrasta com a distendida intimidade de uma *réunion d'affaires*, ou discussão intelectual restrita, num gabinete/biblioteca privada.



**Figura 89.** A *joie de vivre* num ambiente bucólico no século XVII e XVIII foi fixada em várias telas. São particularmente apreciadas as representadas nas pinturas de Antoine Watteau (1684-1721) e Nicolas Lancret (1690-1743) sobre o título comum de “festa galante”. A temática deste género retrata as personagens em ambientes naturais de *plaisance* onde impera um comedimento festivo. Os participantes, sempre inscritos em espaços bucólicos e enquadrados por uma luxuriosa vegetação, surgem num contexto amigável ou amoroso. Neste espaço natural, real ou imaginário, e palco de tranquilo entretenimento, as pessoas conversam, dançam, namoram, fazem confidências, envoltas numa atmosfera poética e elegante. Até a sua frivolidade é representada com requinte.



Figura 90. Jean-François Millet (1814-1875), *Angélus*. Museu d'Orsay.



**Figura 91.** Julga-se que resultou da tragédia provocada pelo terramoto de 1775 um maior interesse por villas e palácios rurais e ter passado a surgir registos de imagens sagradas nas casas, sobretudo junto à porta de entrada ou perto dela, com representações de santos ou da Virgem. Primeiro, eram em madeira ou em gesso e, depois, em azulejo . Este costume de procurar a ajuda divina para assegurar protecção às casas e aos seus moradores perdeu-se durante o século XIX e XX. Dele encontram-se muitos exemplos nas casas dos núcleos urbanos históricos do Lumiar e do Paço do Lumiar, como o que, por exemplo, se vê na Figura 49. (A primeira imagem, um desenho de 1862 da Quinta dos Azulejos).



S. MAG.<sup>des</sup> FIDELISSIMAS  
FELIZMENTE REINANTES  
O S. D. JOZE I<sup>o</sup> E A R<sup>A</sup> N. S.  
FIZERÃO A ESTA CASA A SUBLIME M.<sup>CE</sup> DE  
SE SERVIREM D'ELLA EM 3 DE NOVEMBRO  
DE 1753 E LHE REPETIRÃO A MESMA  
HONRA COM TODA A FAMILIA REAL  
V.R.T.  
O AGRADECIMENTO DO SEU OBRIGADIS-  
SIMO E HUMILISSIMO CRIADO ANTO-  
NIO COLASSO TORRES P.<sup>A</sup> SE ESTABELE-  
CER NA DURAÇÃO DO MARMORE  
FEZ AQUI GRAVAR ESTA ME-  
MORIA EM 1760

**Figura 92.** Imagem da fachada do Palácio da *Quinta dos Azulejos* em 1938. Foi aqui, na que fora a *Quinta do Conde do Paço*, que o Infante D. Augusto veio convalescer, conservando-se a memória dessa presença na lápide que assinala as visitas dos reis em 1753. (REIS, 2011, 28, 136). Nessa altura, a propriedade pertencia ao rico burguês, António Colasso Torres. Ele também encomendou um soberbo jardim para esta casa, onde o requintado uso decorativo de azulejos pombalinos tem particular destaque (vd. Figura 72). Mais tarde, os filhos de D. Maria II também passaram algum tempo no Palácio do, então, Visconde do Lumiar (vd. Figura 75).



**Figura 93.** Imagem do sanatório na Alameda das Linhas de Torres. Nem todos privavam com quem tinha residência Lumiar, mas a salubridade do Lumiar foi considerada conveniente para a instalação de um hospital, quando a tuberculose ainda era uma doença corrente. Os afamados bons ares do lugar terão justificado a sua escolha para a cura desta patologia. Criado no início do século XX pela Rainha D. Amélia, chamava-se Hospital de Repouso de Lisboa. Após o regicídio, o seu nome passou a ser Sanatório D. Carlos I, ainda que, como se vê na imagem, eventualmente com a implantação da República, por cima desta designação, e com destaque, passou a ter o nome de Sanatório Popular. Desde 1975 esta unidade de saúde é o Hospital Pulido Valente.



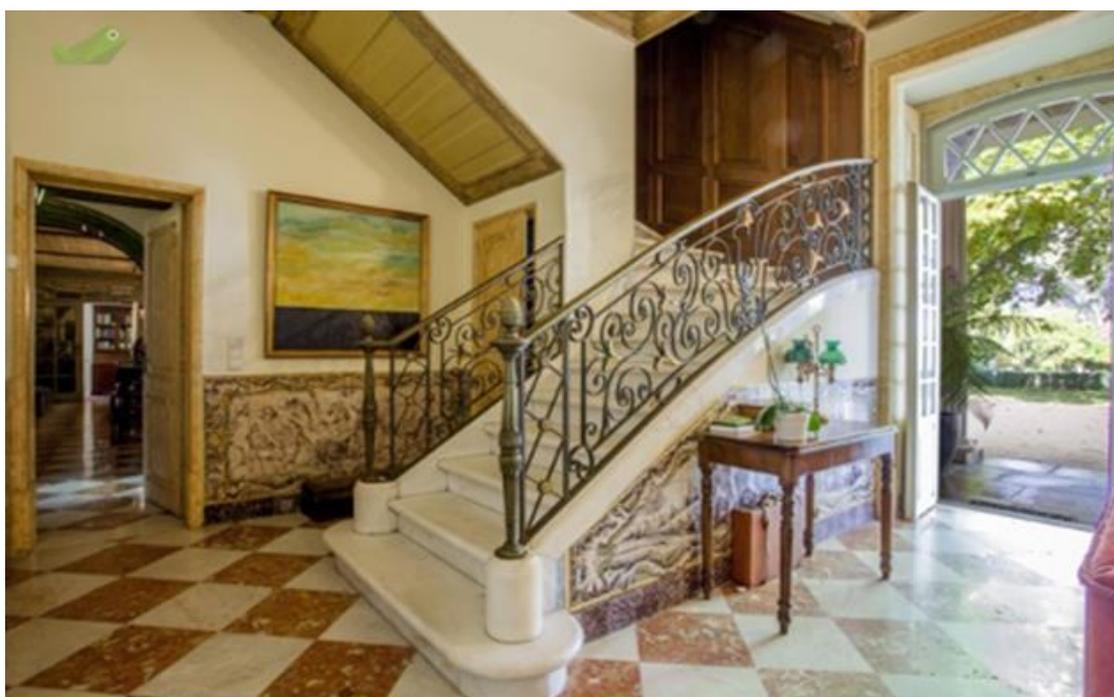
**Figura 94.** Exemplos de tipologia diversa de algumas casas apalaçadas e burguesas que se encontrava no Lumiar ainda se encontram no Lumiar. São do periodo da grande corrida às quintas de recreio. Estas casas ainda existem, mas a terceira foi, entretanto, amputada do alpendre e da área de quintra cujo muro se prolongava por uma centena de metros pela Alameda das Linhas de Torres. Ele ia desde a zona onde hoje existe a Caixa Geral de Depósitos até ao Centro de Saúde do Lumiar.



**Figura 95.** Imagens dos edifícios da *Casa de Campo do Marquês de Angeja* (actual *Vila Adelina*, na Travessa da Castiça, ao fundo da Rua Direita do Lumiar) e do Palácio da *Quinta do Pisani/do Mineiro*, que está reabilitado. Imagens contrastantes a um olhar actual pela distinta imponência e situação de conservação que apresentam. Na primeira imagem, o corpo que remanesce do edifício primitivo do século XVI, tempo que corresponde à primeira fase de um significativo aumento do número de quintas de maior dimensão no Lumiar. Para além dos elementos de estilo gótico na capela de S. Sebastião, no Paço do Lumiar, as janelas desta casa são dos poucos testemunhos de herança arquitectónica gótica existente na Freguesia. Perto, existe uma porta gótica, mas esta já na Ameixoeira. O edifício original desta *Casa de Campo* foi, posteriormente, ampliado com um edifício pombalino. Este configurou o espaço com vários pátios, passando a ser conhecido por *Vila Adelina*. Ali chegou a morar a D. Amélia, que fazia casacos e samarras para a loja do Sr. Caldeira (veja-se Figura 38).



**Figura 96.** Lápide que se encontra na fachada da *Casa Luz Soriano*. Identifica-a, indubitavelmente, como sendo uma residência de Verão.



**Figura 97.** Fotografia actual do interior da entrada de um palacete do séc. XVII no Paço do Lumiar. Construído numa quinta de grande dimensão, a propriedade circundante ainda hoje tem cerca de dois hectares. A localização da porta principal, voltada para o interior da propriedade, é expressiva da particular intencionalidade do palacete ter objectiva ligação com a natureza, ao contrário do que sucedia com as habitações urbanas. Nestas, os espaços mais nobres das casas ficavam virados para a rua. Num ambiente confortável os proprietários deste tipo de quintas desfrutavam os encantos da ruralidade, alimentavam prazenteiramente os ideais fisiocráticos em voga e a moda de ter casa no campo. Nesta fotografia podemos ter uma noção da articulação espaço interno/espaço externo e da sua relação com a natureza, ainda que esta imagem não possa, rigorosamente, captar o que seria a ambiência geral e o décor interior da casa nesse tempo; mas podemos ter um vislumbre da conexão entre o interior e o exterior da habitação.



**Figura 98.** A propriedade murada era uma onipresença nestas casas. Ainda hoje subsistem vários exemplos nas casas rurais e quintas de recreio que perduraram no tempo. Com estes muros elevados pode-se pensar que os seus proprietários tivessem desejado acrescentar-lhes segurança e, também, conferir-lhes uma indole de espaços com maior reserva de individualidade e intimidade, dimensões que são mais valorizadas e generalizadas a partir de finais do século XVIII. No século XIX elas encontraram um ambiente social e cultural particularmente propício: estes eram valores que se enquadravam numa realidade de afirmação da burguesia no contexto do liberalismo e do próprio espírito do ideário romântico.



**Figura 99.** Imagens de dois lagos do jardim do Palácio Angeja/Palmela. A terceira imagem é do lago da *Quinta de S. Sebastião* (vd. Figura 71).

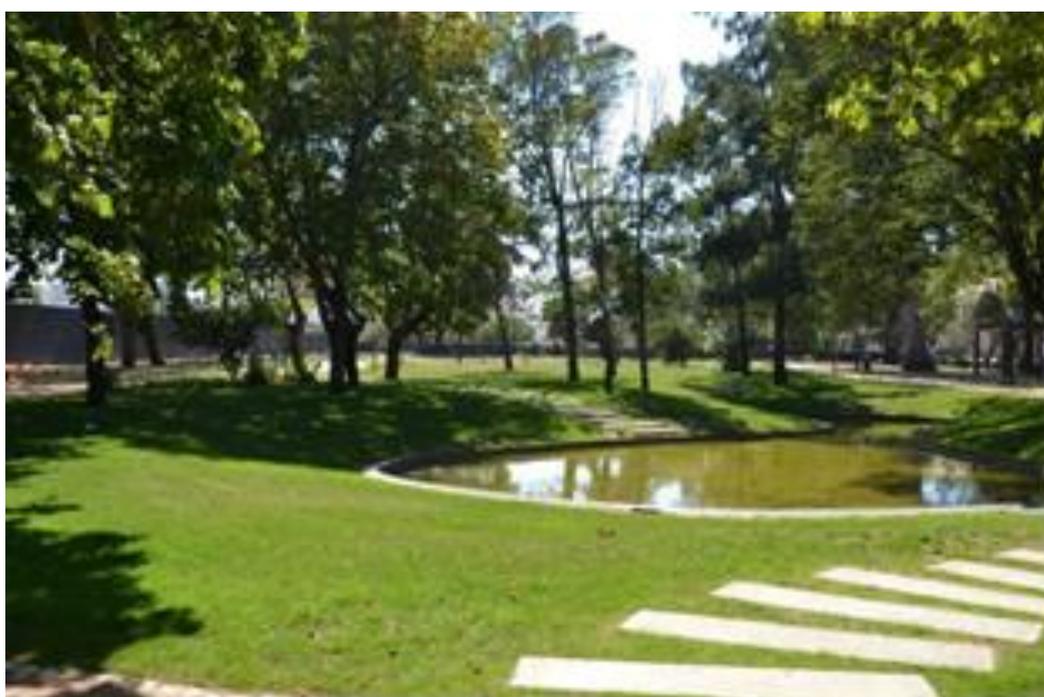
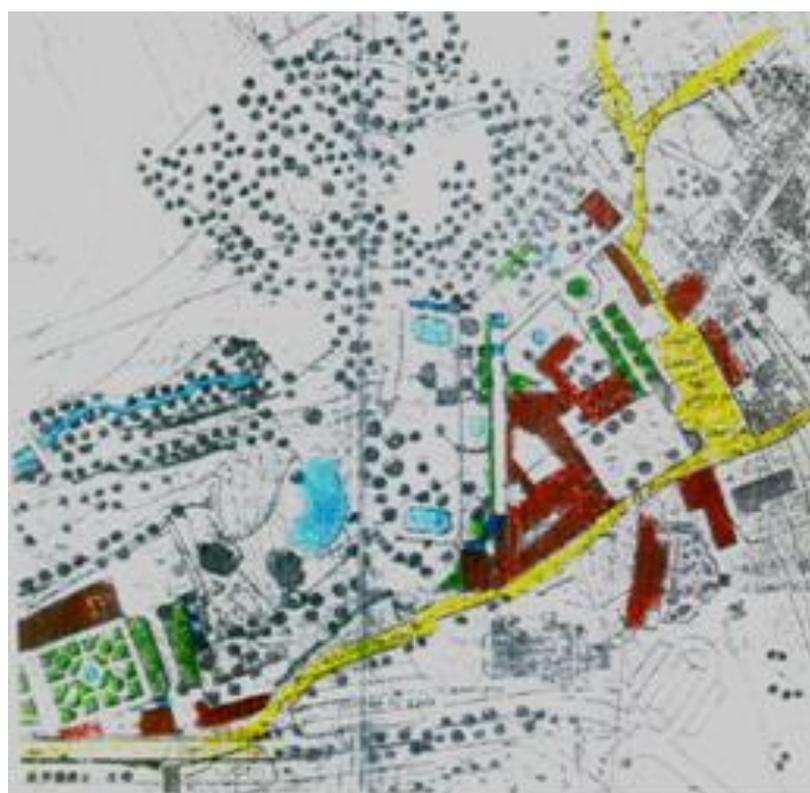


Figura 100. Lagos da *Quinta dos Azulejos* e da *Quinta de Nossa Senhora da Paz*.



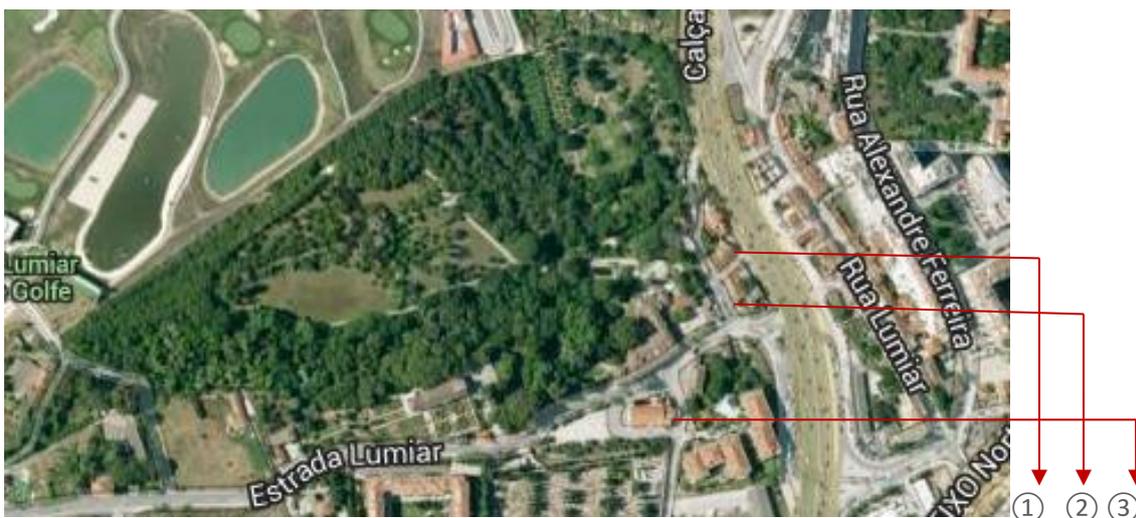
**Figura 101.** Imagens do lago artificial da *Quinta das Conchas*, mandado construir no séc. XIX pelo proprietário, à época Francisco Mantero (veja-se, também, na Figura 130).



**Figura 102.** Primeira imagem, trecho do jardim inglês do Parque Botânico do Palácio Angeja/Palmela, um espaço onde se projecta o ideal romântico de relação com a natureza, um espaço criado, ou recriado, como ambiente para a concretização do desejo de evasão, deambulação e introspecção tão queridos do ideário romântico. Na planta é visível, a azul, os lagos e o ribeiro existente, bem como a dimensão do espaço ocupado pelo jardim e parque botânico no séc. XVIII. Nota-se a sua vasta extensão em relação à dos espaços edificados dos dois palácios e dependências. Em baixo, à esquerda, o Palácio do Monteiro–Mor, e à direita, o outro palácio Palmela (a casa comprida), com os seus, comparativamente “pequenos”, jardins franceses.



**Figura 103.** Júlio de Castilho, fotografado na sua casa do Lumiar e numa visita à família Sanches de Baena, na casa que esta tinha na sua quinta de recreio em Benfica. Estas três imagens foram captadas pelo fotógrafo José Artur Leitão Bárcia, amigo de Júlio de Castilho.



**Figura 104.** Imagem actual, que nos permite ter uma noção impressiva de parte da dimensão do espaço de campo existente na envolvente da *casa Júlio de Castilho*. A mancha verde central é o Parque do Monteiro Mor. Para além dele, até ao início dos anos 70, o campo estendia-se por uma área seis vezes maior, pelo espaço da Estrada Militar. Esta, era sombreada por enormes plátanos e outras árvores. Renques espontâneos de amoras e flores silvestres serpeavam por entre os outeiros com maciços arbóreos dispersos. A área era dominada por campos de searas (veja-se figura 105) e, parte dela, era percorrida por um ribeiro. Hoje, uma significativa parte desta área está ocupada com o campo de golf da Quinta dos Alcoutins e algumas urbanizações invisíveis na imagem. Nesta vista aérea vê-se o antigo núcleo urbano do Lumiar. Assinalados: 1 – Casa Júlio de Castilho e Casa Luz Soriano; 2 - Largo Júlio de Castilho; 3 – Igreja do Lumiar. E compreende-se como se destruiu o Lumiar para a passagem da Avenida Padre Cruz, que começa no Campo Grande e termina na Calçada de Carriche. Compare-se com a Figura 113 e constate-se como o local ficou reduzido a pouco mais do que à esquelética linha da Rua do Lumiar (antiga Rua Direita) e a edifícios confinantes com o Museu do Traje. A aglomeração visível, com uma piscina, perto da igreja de S. João Baptista é um condomínio privado construído na quinta que também pertencia à Casa de Palmela. O seu palácio comprido e o lagar ainda existem, mas em estado de abandono (vd. Figura 61).



**Figura 105.** António Carvalho da Silva Porto, *Colheita, ceifeiras*, 1893, Museu Nacional Soares dos Reis, Porto e *A Ceifa (Lumiar)*, 1884, óleo sobre madeira, Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, Lisboa. Imagens da estrada militar, como dela nos lembramos há cinquenta anos. Nessa altura, ela permanecia igual à que, oitenta anos antes, tinha sido pintada por Silva Porto como aqui se vê: vastos campos de cereais entrecortados por um ou outro trecho de charneca, algumas pequenas nascentes de água e um ribeiro. Os pintores naturalistas, muito influenciados pela Escola de Barbizon, pintavam ao ar livre. As pessoas do Lumiar informaram-nos que lhes tinham relatado os passeios Silva Porto para escolher os sítios que iria pintar nos seus quadros e como o viam, nos campos, a trabalhar na execução das suas telas. A propósito desta paisagem, refira-se que em meados do século XX ainda eram muito habituais passeios, almoços e piqueniques nestes campos. As árvores ofereciam sombras repousantes, giestas e madressilvas perfumavam o ar, nos valados existiam muitas amoras selvagens para serem apanhadas. Na *5ª feira de espiga*, vários patrões do Lumiar ofereciam a tarde desse dia aos trabalhadores. As famílias deles e as dos trabalhadores juntavam-se e, cada uma, levava um almoço que tinham preparado. Faziam uma refeição comum, em cima de mantas, debaixo das árvores da Estrada Militar. À tarde, antes do regresso, apanhavam um *ramo de espiga*. Era uma prática associada a um antigo ritual de fertilidade e abundância. Levavam o ramo para casa, onde ele ficava até ao ano seguinte. Actualmente, parte significativa deste espaço está ocupada pelo campo de golfe e urbanizada com habitação colectiva e vivendas unifamiliares.



**Figura 106.** As azinhagas, algumas percorridas pelo ruído da água, eram sítios muito agradáveis para passear. Umas, conferiam um ambiente bucólico e nostálgico aos passeios; outras, afirmavam mais a rusticidade e a vida do campo. Na primeira imagem, uma fotografia da *Azinhaga do Porto*, no Paço do Lumiar, junto à Quinta das Rosas/das Fidalgas Pobres. A segunda imagem, do quadro *Guardando o Rebanho* (Museu Nacional Soares dos Reis), do pintor naturalista Silva Porto, apresenta um outro tipo de azinhaga. O nome *Azinhaga do Porto* não adveio das deambulações e sessões de pintura que o artista fazia por estes caminhos; antes disso, ela já existia. Ainda hoje o nome de várias azinhagas persiste na toponímia local: Azinhaga da Cidade; Azinhaga das Lajes; Azinhaga do Frade; Azinhaga dos Lameiros; Azinhaga da Fonte Velha; Azinhaga das Travessas; Azinhaga do Poço de Baixo; Azinhaga do Jogo da Bola, Azinhaga da Musgueira, Azinhaga de Entremuros e a referida Azinhaga do Porto.



**Figura 107.** Passeantes na várzea, no final da rua direita do Lumiar, possivelmente antes de se embrenharem por caminhos e campos da Estrada Militar. Na segunda imagem, franca aglomeração de pessoas, no adro da igreja, visitando a feira de Stª Brígida (vejam-se, também, cenas deste evento nas imagens seguintes, Figura 108).



**Figura 108.** O espaço exterior às *Quintas de Recreio* também oferecia oportunidades lúdicas e de sociabilização, fossem profanas, religiosas, como as das procissões, ou prevalências de antigas crenças e ritos, como a cena que ficou registada na segunda imagem, a benção dos rebanhos, no adro da igreja do Lumiar na festa de S. Brígida. A benção do gado indicia a importância económica que, no início do séc. XX, a pecuária conservava nesta Freguesia de Lisboa. Nessa altura, as pessoas pagavam promessas, dando uma ou mais voltas de joelhos, envoltos em ligaduras, à igreja do Lumiar. O número de voltas que davam dependia da graça recebida perante a dificuldade de concretização do que tinham intercedido. Havia, também, um pequeno altar portátil, com a Sagrada Família, que percorria em itinerância permanente os lares das famílias devotas, ficando uma semana de *visita* em cada casa. As irmãs Gershey, muito habilidosas, moldavam por desfastio florinhas com miolo de pão que, depois, pintavam e ofereciam-nas para decorar este altar. As duas imagens desta figura atestam o duradouro carácter rural que o Lumiar conservava. Ele atraía surtidas cosmopolitas à *aldeia de campo na cidade*, o que, em parte, o Lumiar continuava a ser. O Lumiar também oferecia e satisfazia outras oportunidades e necessidades lúdicas e de recreio para além das oferecidas pela *Academia*, festas religiosas sagradas ou profanas. Em meados do séc. XIX realizavam-se três feiras anuais (Fevereiro, Junho e Agosto) que reuniam a comunidade e forasteiros.



**Figura 109.** *A espera dos toiros* [desconhecemos a autoria e localização]. Na imagem, a condução dos toiros bravos, de pontas desembolados, que vinham a passo e a trote desde a campina ribatejana. As manadas subiam a Calçada de Carriche e atravessavam o Lumiar. Aqui, os animais, em corrida, já junto à Igreja do Campo Grande, a caminho da praça de toiros no Campo de Santana<sup>100</sup>. A morfologia da subida do Lumiar, com um elevado ângulo de inclinação, também tornava particularmente apetecível assistir a alguns eventos, como as *esperas* de toiros. Os animais, conduzidos da lezíria até Lisboa (primeiro para a Praça do Campo de Santana e, mais tarde, para o do Campo Pequeno), subiam a íngreme Calçada de Carriche. Era por aqui que a manada de toiros que ia ser lidada entrava, e que iniciava o passo de corrida. Os toiros eram enquadrados pelas varas dos campinos montados em cavalos, por *chocas* e *cabrestos* com chocalhos. A Rua Direita enchia-se para o espectáculo das *esperas*. No início dos anos 60 já não era esta festa. O processo de trazer a manada e o caminho (não havia outro melhor) eram os mesmos; mas os toiros vinham de madrugada e passavam rapidamente na rua deserta. Ouvia-se o troar dos seus castos a ecoar nas pedras da calçada. O ruído, estranho na noite, acordava as crianças que ficavam a ouvi-los passar.

<sup>100</sup> Encontram-se imagens desta antiga praça em <http://olhai-lisboa.blogspot.pt/2010/06/capela-de-nossa-senhora-da-conceicao-da.html> e em <http://biclaranja.blogs.sapo.pt/32817.html>



**Figura 110.** A subida do Lumiar, era um must espectacular no final da Volta a Portugal em Bicicleta. As pessoas juntavam-se para ver os ciclistas subirem, penosamente, a Calçada de Carriche. No troço mais íngreme, à entrada do Lumiar, eram freneticamente aplaudidos pela multidão, antes da Volta se concluir, em apoteose, no Estádio do Sporting. Na primeira imagem, pode ver-se, no canto inferior esquerdo (junto á porta da casa onde morava o Sr. António Eusébio), o forte ângulo de inclinação da rua. As corridas de atletismo também atraíam muito público. Subir a Calçada de Carriche era uma provação<sup>101</sup>. As pessoas mais velhas lembram-se de ter ouvido descrições das heróicas e sofridas subidas do malogrado maratonista Francisco Lázaro (1888-1912)<sup>102</sup>. Mas elas eram especiais para o Lumiar também por outra razão. A sua namorada morava aqui. Ela, com um pucarinho de água na mão, esperava que ele passasse para o entregar; ele, no quilómetro final da maratona, extenuado e sedento, recebia-o em corrida. As pessoas viam-no beber enquanto o ovacionavam e admiravam o seu esforço. Quem o viu passar, dizia que era comovedor assistir ao misto de cansaço e tenacidade de Francisco Lázaro. Talvez que eles, de alguma forma, soubessem que quando ele passava pelo Lumiar já estaria a “correr para a Eternidade”. O ambiente seria mais descontraído noutros espectáculos de rua, como saltar à fogueira no S. João ou no período de alegria mordaz das cegadas de Carnaval.

<sup>101</sup> Um esforço inesquecivelmente exprimido por António Gedeão, no poema *Sobe que sobe sobre a calçada/ Calçada de Carriche*. Disponível em <http://natura.di.uminho.pt/~jj/musica/html/gedeao-carriche.html>).

<sup>102</sup> Francisco Lázaro inspirou os romances *Cemitério de Pianos*, de José Luís Peixoto e *Corro para a Eternidade*, de André Oliveira.



**Figura 111.** Imagem de um duelo em Lisboa, ocorrido em 1915. Os duelos não eram actos lúdicos. Apesar de, na maioria das vezes, serem acontecimentos com pouca ou restrita assistência pública, há registo de alguns duelos congregaram largas dezenas, e até centenas, de assistentes. Há memória de, ainda no final dos anos 30 do século XX, eles se realizaram no Lumiar e informaram-nos que se lembravam de ter assistido aos últimos duelos de honra que aqui ocorreram. Foi no final de um tempo de brios antigos. Ofensas privadas ou insultos públicos eram, entre cavalheiros membros da elite social e política, remidos a sangue, a tiro de pistola ou à ponta de florete. O desafio para um duelo em defesa da honra podia ser não só por razão de ultraje ao próprio. Também era assumido em desagravo de ofensa feita a alguém que lhe fosse próximo e não se pudesse defender recorrendo a um desagravo deste tipo. Por esta altura a prática foi proibida; mas, como sucede com qualquer lei, esta não suspende de imediato uma realidade com duração no tempo. Duas pessoas disseram-nos ter assistido a um ou outro duelo, já ilegal, na zona da *casinha branca*, no limítrofe entre o Lumiar e a Ameixoeira. O local, no limes de *fora de portas*, já antes devia justificar a escolha para o recato que convinha a estes enfrentamentos. Apesar de a um duelo, um acto ritualizado, terem de assistir testemunhas e amigos dos adversários, ocorre-nos que a maioria dos contendores não consideraria elegante transformar esta exibição honrosa num espectáculo público. Possivelmente por isso, a pacatez do Lumiar lhes fosse conveniente. Ainda nos lembramos do local e da casa, pequena e discreta, no final da Estrada do Desvio e cujos valados eram bordejados por um canalial.



**Figura 112.** O Lumiar também fazia parte do sedutor e transgressor roteiro do fado *fora de portas*. Desde o início, no tempo em que todo ele era vadio. Cantava-se de improviso nas tascas, nas hortas e o fado atraía o povo, a burguesia e aristocracia boémias. A expressão marginal do fado, o seu ambiente de rufias e marialvismo, de tentadeiros de toiros e de ruralidade eram cantados nos próprios fados<sup>103</sup>: *Antigamente era fado o que se ouvia cantar / No retiro da severa, ou no ferro de engomar / Havia vinho e tipoias, havia almoços nas hortas / Havia zangas de amor, e fado fora de portas*. Marina Tavares Dias traça-nos um retrato: *A romaria dos lisboetas às hortas começava no primeiro domingo depois da Páscoa e ia até meados do Outono. De Arroios à Portela havia inúmeros retiros: Miguel do Café, José dos Patacos, Basalisa, Tanoeiro, António Cara Larga, Perna de Pau, o António Zé, o Mantas, o Fadista &c.*

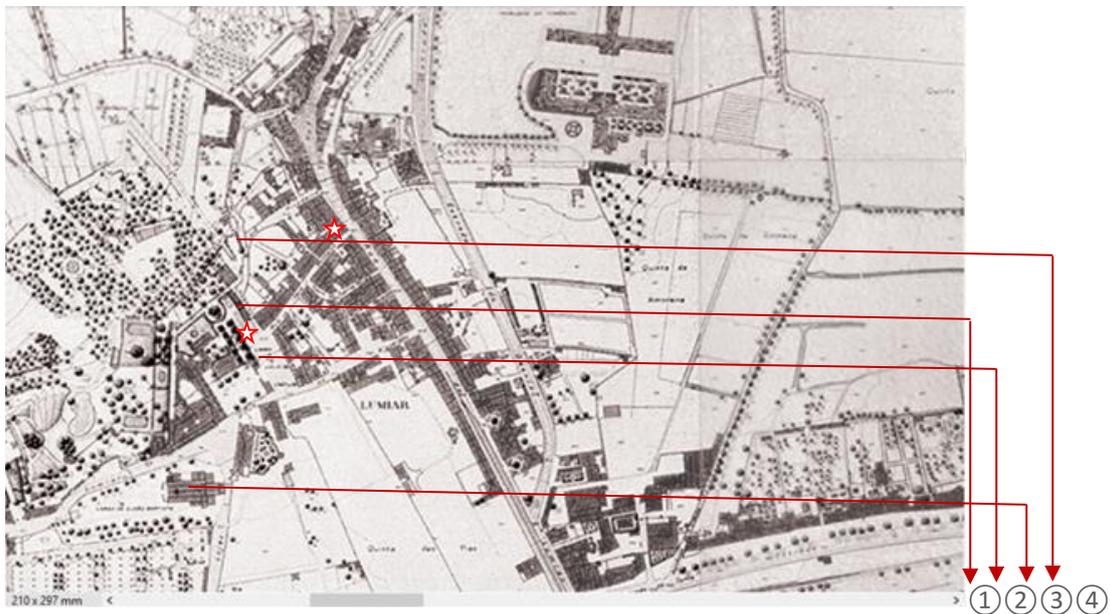
<sup>103</sup> Veja-se em (<https://www.youtube.com/watch?v=S9p561K2eGU>;  
<https://www.youtube.com/watch?v=AHRH4Xk8QqI>)

Desta Gertrudes, obesa e com uma perna de pau<sup>104</sup>, sabemos (...) que fazia o melhor peixe frito, acompanhado de salada de alface que se comia em Lisboa. Consta que as pescadinhas de rabo na boca chamavam tardes inteiras na sertã (in *Lisboa Desaparecida*, 1987: 133 Apud <http://biclaranja.blogs.sapo.pt>, 29 Mai. 2006). Na primeira imagem, o retiro de fado *Perna de Pau*. Na segunda imagem (ca. 1910), um outro, cuja identificação é sugerida para o mesmo retiro: *No Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa encontra-se esta fotografia com o título Retiro A Perna de Pau, junto ao apeadeiro do Areeiro, na antiga estrada de Sacavém. A estrada arrabaldina até podia ser a de Sacavém, mas as casas, apesar de terem um ar rústico como as da Perna de Pau, não são as do antigo retiro, isso é notório. O arquivista não dá mais pistas; o autor não é conhecido; a data não é mencionada. Sobram-me dois palpites. Um é perfeitamente intuitivo e não há nada que o fundamente: a fotografia foi tirada à roda do ano de 1910. O outro é menos descabido: o cavalheiro ao centro, no grupo da esquerda, tem todo o ar de ser o 2º visconde de Castilho [Júlio de Castilho]. A ser verdade, bem provável é estas casas serem para os lados do Lumiar.* <http://biclaranja.blogs.sapo.pt/453942.html?thread=5371958>). Na verdade o Lumiar de então oferecia um ambiente natural e cultural particularmente dotado para a inscrição da imagética fadística. Alfredo Marceneiro e Amália, no início das suas carreiras que coincidiu com a fase de institucionalização do fado em casas de fado, passavam pela casa *Nova Sintra* (na Calçada de Carriche). Pessoas do Lumiar ali cantaram com eles e outros fadistas em desgarradas, “negaças” e improvisos. Amantes do fado também escreviam letras, como o Sr. António Santos, de Telheiras. Alguns participantes eram *repentistas* a cantar e/ou a escrever. Mantiveram essa prática noutros locais quando dos retiros de fado do Lumiar só restava a memória. Como no caso de um inesperado reencontro de idosos em que, logo que a senhora saiu, surgiu num impulso: *Amar-te tanto e perder-te/Não sabes o que sofri/ Custou-me a esquecer-te/ E um dia destes ao ver-te/Senti saudades de ti*. Apesar de feitos no instante eram versos com métrica silábica certa para servir a música “Marcha de Alfredo Marceneiro”. O fado era apelativo para alguma sensibilidade individual. A sua sonoridade e textos podiam provocar sensação de reconhecimento e identificação com situações e emoções que o fado exprimia. Podia até ser catártico, como num caso que se conta. A morte de uma jovem do Lumiar durante um surto de tuberculose deixou o namorado abismado. Durante dez anos ele usou gravata preta e, apesar de ser um fadista apreciado, não voltou a cantar o fado ainda que o continuasse a ir ouvir. Ao fim desses anos, numa noite de fados (na Academia?) em que as pessoas lhe pediram muito para cantar ele acabou por aceder. Quebrou o seu luto de canto com um fado inédito e nunca ouvido que tinha escrito sobre a namorada. O fado não chegou ao fim pois toda a assistência se entregou a um incontido pranto. Mas depois disso terminou o seu interregno de cantar o fado, abandonou a gravata preta e iniciou um novo namoro. Em resumo, o fado foi muito apreciado no Lumiar, quer pelos que o cantavam ou por aqueles que só o ouviam. Referindo-se à sua família, que também tinha verdadeiros fadistas e reconhecidos conhecedores do fado<sup>105</sup>, o Sr. Rogério Marques, com a sua habitual fina ironia, resumia: “nesta família, quem não é doutor é fadista”; sendo que mesmo a maioria familiar não fadista nem erudita em *fadistagem* gostava de ouvir cantar o fado.

---

<sup>104</sup> «Quem [...] deu nome à saudosa Orta [sic] da estrada de Sacavém foi a sua proprietária, a obesa Gertrudes, que em 1833 geria aquela locanda dos subúrbios. E a perna perdeu-a ela por via de um tiro de escopeta». A dita Gertrudes seria afeiçãoada aos liberais e, quando as tropas miguelistas estavam perto dos limites de Lisboa, negou água, no seu retiro, aos soldados. Um miliciano abriu fogo atingindo uma das pernas da Gertrudes. Amputada a perna, foi depois substituída pela de pau. (Marina Tavares Dias em *Lisboa Desaparecida*, 1987: 133. Apud <http://biclaranja.blogs.sapo.pt>, 29 Mai. 2006).

<sup>105</sup> José Manuel Osório (<http://www.museudofado.pt/personalidades/detalhes.php?id=238>) e Carlos do Carmo referiam o Sr. Miguel da Silva como “uma enciclopédia viva do fado”. Colaborou com o Museu do Fado na fixação de autorias de letras, música e na datação de alguns fados antigos e no documentário sobre o universo temático da história do fado, *Trovas Antigas, Saudade Louca* (2010), um conteúdo que enquadrou a candidatura do fado a Património Cultural Imaterial da Humanidade.



**Figura 113.** Cartografia do Lumiar em 1950 (Gabinete de Estudos Olisiponenses), quando ele já não era uma aldeia, mas ainda se viam pátios, quintais e o núcleo urbano era rodeado por quintas. Um Lumiar hoje, veja-se na Figura 104, irreconhecível com este de, há apenas, 65 anos. Aqui, 1 – Casa Júlio de Castilho e Casa Luz Soriano; 2 – Largo Júlio de Castilho; 3 – Igreja do Lumiar; 4 – O local (junto ao lavadouro público, ao balneário e à Sopa dos Pobres) onde ficava o picadeiro e o curral para recolher os animais antes de serem enviados para o matadouro na Calçada de Carriche. Os sinais  marcam o início e o fim da Rua Pena Monteiro. A seguir à Rua Direita, ela era a maior artéria dentro do núcleo urbano do Lumiar. Não surpreende que nela se concentrassem edifícios maiores e justificasse a fama de ser a rua que tinha as melhores casas do Lumiar. Dela, e deste Lumiar, resta muito pouco.



**Figura 114.** Na *Quinta de Nossa Senhora da Paz/ (Quinta do Caracol)*, o painel de azulejos policromos do pátio de entrada. Cinco anos separam estas imagens, e a vandalização de que o seu património azulejar foi alvo. Hoje, dez anos depois (terceira imagem de 08/10/2014), constata-se que deles, e dos painéis de azulejos que decoravam o alpendre, nada resta.



**Figura 115.** Vizinho do Lumiar, um palacete e dependências rurais na Travessa de St. António, confinante com a Rua Direita da Ameixoeira. Há uns 50 anos, toda a área murada que se vê na segunda imagem, incluindo os edifícios reabilitados, fazia parte do espaço do vasto jardim. A partir daí era a quinta rural. Actualmente, o jardim deste palacete está reduzido a um logradouro generoso, mas já sem as peças de estatuária que, ainda há uns vinte cinco anos, possuía. Nessa altura, o edifício já estava desabitado mas moderadamente conservado. Apresentava-se telhado, com portas e janelas e conservava na integridade toda a estrutura construtiva que organizava o seu espaço interior. Entretanto, o jardim e o palacete foram saqueados, a casa incendiada, destelhada e os pisos abateram. Deste palacete apenas se conserva o casco exterior e, por enquanto, a quase totalidade dos azulejos do revestimento da fachada e do muro. Desconhecemos que esteja a ser ponderada qualquer reabilitação.



**Figura 116.** Perto do Lumiar o palácio na *Quinta do Marquês de Alegrete*, no Campo das Amoreiras, no centro da Charneca do Lumiar. Diziam que este campo, de grande dimensão, pertencia à quinta e que fora doado pelo proprietário para um jardim público. Na primeira imagem, o palácio tal como era há 50 anos. Na segunda, o estado em que ele se apresentava há uns dez anos. Comparando-o com o palacete da Ameixoeira, observa-se que os dois edifícios estão a degradar-se a velocidades diferentes e, também, com distintas perspectivas de futuro. Para o Palácio do Marquês de Alegrete prevê-se sua reabilitação com a finalidade de o destinar a equipamento social para a terceira idade. Dado que a Charneca é uma Freguesia com uma cota relativamente elevada em relação ao mar, todo o tardo do deste palácio tem uma soberba vista o Tejo. No final do século XIX os habitantes da Charneca ainda eram popularmente conhecidos por *Lobos*, os do Lumiar por *Cadelas* e os de Carnide por *Cães*. Os Lobos, tidos por mais bisonhos, seriam alvo de alguma rivalidade bairrista. Assumindo a sua antipatia por eles, nas outras duas Freguesias, corria um satírico grito de rebate: “*Ò Cães de Carnide e Cadelas do Lumiar! Acudi aos Lobos da Charneca que eles se estão a afogar*”. Era uma ironia, pois colocavam como condição para prestar apoio aos *Lobos* a ocorrência de uma cheia. Numa Freguesia localizada numa terra altaneira, tal seria um fenómeno insólito e deveras improvável, mesmo tendo-se da Charneca uma ampla visão do Tejo.



**Figura 117.** Estúdio da TÓBIS e, a pouca distância, na segunda imagem, o estúdio original da RTP no Lumiar. Foi em 1957 que teve início a transmissão da emissão regular de TV. Durante alguns anos o horário televisivo cobria poucas horas diárias: de meio da tarde até à meia-noite. A programação quotidiana concluía-se com uma rúbrica de meditação de forte conteúdo católico e o encerramento da emissão fazia-se com a audição do hino nacional, tendo por fundo uma imagem da bandeira portuguesa desfraldada ao vento. Depois, por umas doze horas, os ecrãs ofereciam a imagem da mira técnica. Até 1968 só existiu um canal televisivo em Portugal.



**Figura 118.** Imagem actual da casa onde, inicialmente, esteve instada a Academia do Lumiar. Por baixo, era uma padaria que funcionou até ao final do século XX. Ficava em frente do Centro Popular do Lumiar (Figura 119). Era nesta padaria que as mães, a caminho do trabalho, tinham de deixar os meninos antes do infantário abrir. A padeira, a D. Mariete, tinha a gentileza de ficar com eles e, depois, fazia o favor de, em segurança, os atravessar até ao outro lado da rua, levando-os à porta do Centro. Até nestas pequenas atenções, quando do antigo Lumiar já quase nada restava, ainda se verificava um espírito comunitário de aldeia, de interajuda entre as pessoas. No segundo prédio a seguir à padaria, ficavam as três portas do talho do Sr. João Cabeças e, sob o terraço da casa ao lado, uma pequena ourivesaria. A platibanda desta casa ainda conserva um friso de azulejos Arte Nova (reveja-se a segunda imagem da Figura 50).



**Figura 119.** Imagem da Rua Direita do Lumiar, onde se vê, recuperado durante o PREC, o antigo edifício, então abandonado, do *Asilo da Infância Desvalida e dos Pobres do Lumiar*. Actualmente, o *Centro Popular do Lumiar* ainda aqui está em funcionamento.



**Figura 120.** O frontespício da *José Estevão*. Os azulejos conservam uma bonita decoração floral *arte nova*. Parecem ser folhas de hera, uma planta associada à simbologia da memória. O seu desígnio, infelizmente, não estará a surtir o esperado efeito. Na segunda imagem, o edifício no tempo em que o espaço ainda funcionava como aula infantil, cantina e balneário



**Figura 121.** Imagem da traseira do edifício da José Estevão, onde ainda se vê um pouco do antigo pátio de recreio da aula infantil. Nesse tempo, o interior dos muros era rodeado por um roseiral. Hoje, o edifício encontra-se completamente abandonado e em ruína. Afigura-se lamentável que ele não seja restituído à sua função original de espaço de ensino, seja público ou privado. Desde que convenientemente reabilitado, reúne melhores condições de espaço do que muitos dos actuais colégios de Lisboa.



**Figura 122.** Recordação da minha escola. Lisboa a 1927. Fotografia de crianças da Sociedade de Instrução e Beneficência José Estevão. Nesta imagem, vemos duas professoras, pois a fotografia inclui as crianças da aula infantil (em regime misto) e os alunos da instrução primária, dado que a escola oficial masculina era no 1º andar do edifício (Fotografia de colecção particular).



**Figura 123.** Recordação da minha escola. Lisboa a 1928. Outra fotografia de crianças da Sociedade de Instrução e Beneficência José Estevão. Nesta altura, e ainda durante bastante tempo, as escolas públicas apenas tinham uma professora. Ela leccionava, numa turma única, os conteúdos das matérias para os três, e depois quatro anos, da escolaridade obrigatória. Como o faziam? Em simultâneo, enquanto os [alunos] do 1º ano copiavam penosamente letras e números, os do 2º ano faziam cópias, os do 3º as contas e os do 4º ano [quando a escolaridade obrigatória passou de três para quatro anos] o ditado. Depois iam rodando e alternando estas tarefas com redacções, recitavam o nome dos rios, serras, caminhos-de-ferro de Portugal e das províncias ultramarinas, faziam as correcções dos erros do ditado e das contas, ouviam a apresentação da História de Portugal ou debitavam a tabuada. Facto é que eles e elas não obtinham o diploma final sem que soubessem capazmente ler, escrever e contar. Isso carecia de ser evidenciado pelo domínio de operações aritméticas (com números inteiros e fracções) e por uma escrita sem erros ortográficos. Não era o tempo de estas crianças serem sujeitos imprevisos. (SILVA, 2010, 70) (Fotografia de colecção particular).



**Figura 124.** À esquerda, o *Externato Marquesa de Alorna*, na Alameda das Linhas de Torres, junto ao Estádio do Sporting. Era um colégio feminino, que leccionava da instrução primária ao antigo 5º ano do liceu. Nos anos 50 a 80 do século XX, a sua directora era a Dr.ª Maria Alice Botelho Moniz, filha do General Botelho Moniz. A escola era pautada por algum ideal republicano e conservava exterioridade face à Mocidade Portuguesa. Estava instalada num bonito edifício *Arte Nova* e, ainda hoje, conserva na sua traça, nos azulejos da fachada e nos portões de ferro forjado, referencias decorativos deste estilo. À direita, o *Colégio São João de Brito*, uma escola jesuita masculina, uma instituição de referencia no ensino. Até finais dos anos sesenta, como se pode ver na imagem, o colégio ocupava uma área muito maior do que actualmente. A extrema da sua propriedade ia até à Alameda das Linhas de Torres.



**Figura 125.** No Paço do Lumiar, junto à Capela de S. Sebastião, a casa onde viveu e morreu Cesário Verde, votada a um triste abandono. Esta casa tem um dos registos de santos que, com frequência, era habitual colocar nas fachadas das habitações (vd. Figura 91).



**Figura 126.** António Feliciano de Castilho (1800-1875), Júlio de Castilho (1840-1919), Simão José da Luz Soriano (1805-1891).



Figura 127. Imagens do monumento de Júlio de Castilho no Miradouro de St.ª Luzia.



Figura 128. Um recanto do *glorious Éden* oitocentista ressuscitado no Lumiar.



**Figura 129.** *Quinta de S. Sebastião*, que pertenceu a D. João V, é hoje, um dos mais exclusivos condomínios de Lisboa, num retalho do que fora o pequeno Éden do Paço do Lumiar (reveja-se imagens e nota da Figura 71).



**Figura 130.** O lago artificial da *Quinta das Conchas*, mandado construir por Francisco Mantero na propriedade rural quinhentista que adquiriu no séc. XIX. O lago e jardins encontram-se conservados e são desfrutados pelos visitantes do parque da *Quinta das Conchas* e pelos moradores do condomínio que a lise instalou sobre o lago. Já o vizinho palacete, igualmente mandado erigir Francisco Mantero nesta sua quinta de recreio, encontra-se esquecido de cuidados de reabilitação e em estado de triste ruína.



**Figura 131.** Imagem de uma inútil e desnecessária ruína e abandono de património urbano na Rua do Lumiar. Ela contrasta vivamente com as do ambiente cuidado e agradável nos actuais condomínios fechados.



Figura 132. Campo Grande, 1940 (bairro do Fedié) e Azinhaga das Murtas, 1940.



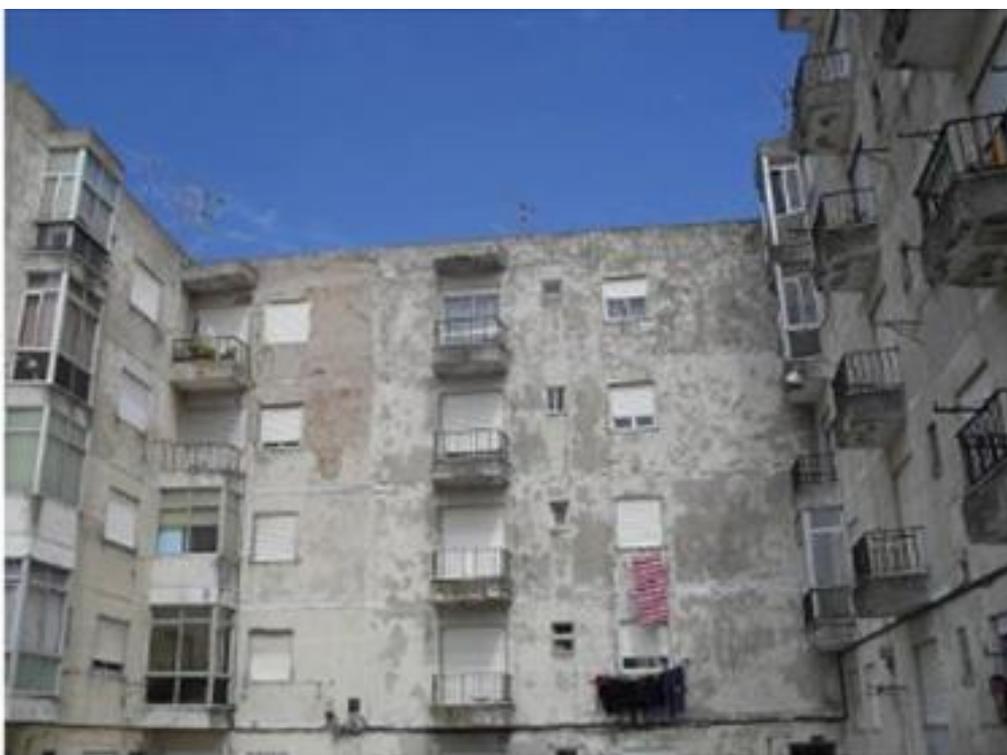
**Figura 133.** Rua da Ribeira de Alcântara, 1930 (escadaria) Bairro de barracas na encosta do Vale de Alcântara, 1940.



**Figura 134.** Imagens da destruição provocada pelas cheias de 1967 na região de Loures.



**Figura 135.** O principal arruamento da *Quinta da Musgueira*, um dos grandes bairros dos pobres de Lisboa, antes do plano de urbanização do bairro *Alta de Lisboa* o ter eliminado. Esta permitiu instalar mais condignamente os seus habitantes.



**Figura 136.** Imagem do estado de degradação dos edifícios de habitação colectiva no Bairro da Cruz Vermelha.



**Figura 137.** A estrada do Paço do Lumiar. Poucas pessoas tinham carro; a maioria, novos e velhos, fazia o caminho a pé e o uso de taxi não era banalizado. Não havia transportes públicos do Lumiar ao Paço do Lumiar, o que só sucedeu em 1974, quando a população desviou um autocarro da CARRIS. Na segunda imagem, a praça de taxis do Lumiar, no início da Estrada da Torre, mesmo ao lado do término da linha do eléctrico Martim Moniz – Lumiar. Ao fundo, casa seiscentista que foi residência da família de D. Fernanda Pinheiro da Silva Frango. À esquerda desta casa, havia uma grande loja de ferramentas e drogaria. Tinha, por cima, uma residência e, a tardoz, uma serração de madeiras e um pátio. Eram do Sr. Rogério Alves Marques, por muitos anos presidente Sociedade de Instrução e Beneficência José Estevão e um destacado rotário.



**Figura 138.** Primeira imagem, a nascente, da Estrada da Torre em 1963, com a paragem de táxis ao lado do final da linha do eléctrico e com as habitações referidas na Figura 137. Foram ambas recentemente demolidas para a passagem do último troço do Eixo Norte-Sul. Em termos visuais e urbanísticos elas faziam o *fecho* da Alameda das Linhas de Torres e marcavam o início da Estrada da Torre. Hoje, em seu lugar, existe um espaço esventrado e vazio, encimado por um viaduto (segunda imagem) que passa ao lado do edifício, isolado, da Junta de Freguesia (a antiga Pensão do Crespo, que foi residência da família Patusco e também lactário, reveja-se Figura 29). Ainda existe, um pouco mais acima, a vivenda bordejada por azulejos onde residiu um anterior Presidente da República, o Marechal António Óscar de Fragoso. Este edifício encontra-se, há muito, abandonado e em estado de degradação.



**Figura 139.** A Rua Direita do Lumiar, revestida com pedra e, ainda, com trânsito nos dois sentidos. O eléctrico ia até ao meio da rua. Nos anos 30 e 40, quando as senhoras e jovens subiam os degraus do eléctrico as suas saias subiam um pouco. Os homens, no *Vitória Bar*, podiam vislumbrar as pernas delas, quase até à curva dos joelhos, uma extensão do corpo feminino que, habitualmente, estava encoberta. Na segunda imagem, o levantamento da linha de electricos, quando os afastaram da Rua Direita e eles passaram a parar no início da Estrada da Torre. À direita da árvore no centro desta imagem, existia desde finais dos anos 30 a *Auto-Lumiar*, uma bomba de gasolina e oficina de automóveis que foi recentemente desactivada. Era um espaço inicialmente murado até ao início dos anos 50, quando um autocarro embateu no muro e o derrubou. Esta empresa de serviços pertenceu ao Sr. Albino Gomes e, desde 1970, ao Sr. Justino Bessa. A primeira petrolífera fornecedora desta bomba foi a desaparecida *Atlantic*, a que se substituíram a *Shell* e a *Repsol*. A porta que se vê em frente, à direita, era a da casa dos pneus da marca *Goodyear*.



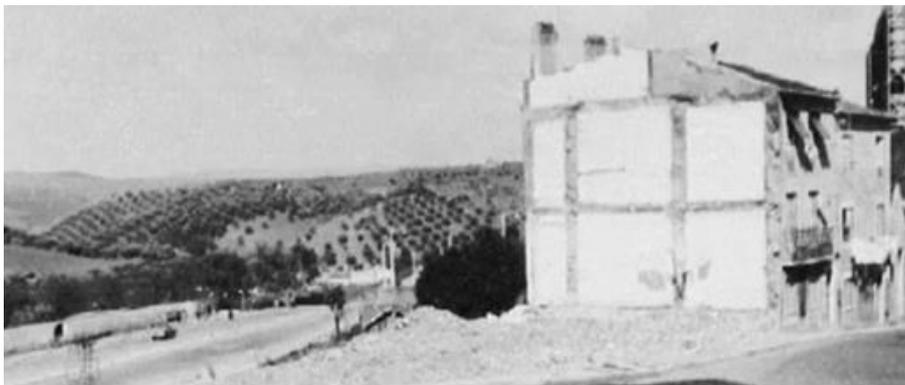
**Figura 140.** Imagem das filas matinais nos anos 70 provocadas pelo excesso de veículos à entrada do Lumiar. No primeiro plano, ainda se via uma horta neste local. Em fundo, o Parque do Monteiro Mor e as casas que tinham por baixo os estábulos e a vacaria.



**Figura 141.** Na imagem à esquerda, o novo término do eléctrico da carreira 2 (Lumiar - Martim Moniz), na Estrada da Torre. Ao lado a cabine telefónica. À direita do eléctrico, ficava o posto da Polícia de Trânsito. Na segunda imagem, um autocarro, já de dois andares, a subir a Rua do Lumiar. Havia duas carreiras de autocarro, a 7 (Calçada de Carriche- Cais de Sodré) e a 36 (Calçada de Carriche-Rossio). No início dos anos 60 (e com poucas alterações nos preços ao longo dos anos, situação que era comum a muitos bens) ir de eléctrico do Lumiar ao Campo Grande custava 7 centavos e de autocarro 10 tostões (um escudo). Algumas crianças preferiam poupar 3 centavos em cada viagem, o que lhes dava para comprar seis rebuçados, ou iam juntando para outra coisa. A viagem parecia mais agradável à tarde, antes de os eléctricos começarem a encher, já que de manhã iam literalmente apinhados: não se respeitava a lotação e quem não cabia lá dentro (sentado ou em pé) chegava a fazer a viagem pendurado do lado de fora do eléctrico. Os jovens preferiam o autocarro e gostavam de ir no piso superior. As vistas eram mais largas e os autocarros (com lotação fixa) iam menos cheios e eram um espaço de encontro. Os jovens podiam ir sentados a cavaquar com o seu *peer group* antes de terem a idade em que, na altura, começavam a frequentar os cafés. Estes eram, também, um espaço preferencial de encontro, de leitura, e até de estudo para os que andavam no liceu, ou para os poucos que tinham ingressado na universidade.



**Figura 142.** Avenida Padre Cruz, uma auto-estrada citadina com quatro e seis faixas de rodagem na maior parte do percurso.



**Figura 143.** À esquerda, o início da estrada nova que vinha da Calçada de Carriche. Ela contornava um pouco o início da malha urbana no limite norte do Lumiar e desaguava directamente na Rua Direita. Esta via antecedeu a Avenida Padre Cruz (veja-se a bifurcação no cimo da Figura 104). Era paralela à antiga estrada, revestida de pedra, e aquela que, até essa altura, dava entrada no Rua Direita passando em frente do Orfanato Santa Isabel e do grande tanque de água (vd. Figuras 20 e 21). Como se pode ver, ainda nos anos 60, a paisagem que se tinha a Norte da Rua Direita era de campos e olivais a perder de vista.



Figura 144. Imagem da Rua Direita do Lumiar nos anos 60, ainda com campo por fundo, antes de existir a Avenida Padre Cruz.



Figura 145. Imagens da Rua do Lumiar, com desolação por fundo, depois de existir a Avenida Padre Cruz.



**Figura 146.** Rua do Alquidão, antigo caminho do Alqueidão (veja-se nota 28). Existem duas versões para a sua etimologia. Frei João de Sousa defende a sua derivação do termo árabe *alquidam*, (tenda, acampamento) ou de *cadamon*, (passo ou passada). Na imagem, a evidência visual do estrangulamento do antigo núcleo urbano, que ficou abafado pela pressão urbanística a nascente. Foi, depois, esartejado a poente pela Avenida Padre Cruz.



**Figura 147.** O início da construção dos primeiros prédios na Estrada da Ameixoeira (os que se veem mais elevados) e na Estrada do Desvio, que ficava, como se vê ao centro da imagem, poucos metros abaixo. Na primeira fotografia costata-se que estas urbanizações foram implantadas no que, nessa altura, ainda era um território rural.



**Figura 148.** As pessoas idosas olhavam o evoluir das obras nas estradas do Desvio e da Ameixoeira e achavam estes prédios uma loucura. Desconheciam as propriedades do betão e diziam que as casas, construídas assim, num declive, em cima de pilares de cimento armado e com grandes áreas de vãos livres, iriam cair. E que, nem que lhas dessem, nunca iriam ali morar. Quando esses andares começaram a ser alugadas a “um conto cento e dez” por mês, (1.110 escudos, cerca de seis euros), foi um clamor. Muitos consideravam este preço uma exorbitância. Os mais novos não pensaram assim e decidiram começar a alugá-las. Mesmo com esforço conseguiam pagar a renda. Nesta altura, as mulheres jovens começaram a ingressar maciçamente no mercado de trabalho assalariado e isso significava um segundo rendimento mensal fixo. Na segunda imagem, a cascata construtiva de edifícios assentes em pilares à vista. Estes prédios, afinal, não caíram. O betão terá parecido às pessoas idosas um admirável mundo novo. Na segunda imagem, o grande “pano” de parede clara, à esquerda, é o espaço onde foi o *Cinema Lumiar*.



**Figura 149.** Na marcação da principal estrutura viária do nó do Lumiar, feita sobre uma fotografia aérea do Instituto Geográfico do Exército (PITA, 2012: 47), é evidente o traçado rectilíneo, sem contemplações, que foi planeado para a Avenida Padre Cruz (linha a vermelho). Ela rasgou e levou à frente tudo o que encontrou no caminho, incluindo parte significativa do bairro de raiz medieval. Na segunda imagem (BOTÃO, 2008: 164) um testemunho visual, que ficou para memória futura, de um dos momentos do grande embate da Avenida Padre Cruz com o núcleo histórico do Lumiar. Aqui, quando ela estava prestes a levar a casa da D. Raquel. Não há registo visual, mas existe memória de, depois, num brutal acidente, a nova avenida a ter levado também a ela.



**Figura 150.** Campo Grande, 1900. Quando se vinha do jardim do Campo Grande, entrar na Alameda não era sentido como uma descontinuidade. Na 2ª imagem, um trecho da Alameda das Linhas de Torres (1907). Era sombreada por árvores e pontuada por jardins elevados. A maioria das habitações era do início do século XX aos anos 40. Entre elas, algumas villas, palacetes e casas populares mais antigas. Jardins e arvores ao longo dos largos passeios tornavam-na o *passeio público* da periferia Norte da cidade.



**Figura 151.** O início da Alameda das Linhas de Torres, no Campo Grande. Ainda nos anos 50 a Alameda era, do princípio ao fim, ocupada por vivendas mais recentes e por alguns palacetes, palácios, villas e antigas casas de campo. Uma continuidade glamourosa, entrecortada pela existência de meia dúzia de prédios e casas populares antigas. Na primeira imagem, um solar do séc. XVII, actualmente residência das irmãs Pinto da Cunha. Na segunda imagem, uma visão actual e fortemente contrastante: a do mesmo solar, mas com a esmagadora presença, a tardo, de um enorme edifício de habitação colectiva do início dos anos 70.



**Figura 152.** Na Alameda das linhas de Torres, antecedido por dois palácios e um palacete, surge a *Villa Sousa*, *Prémio Valmor de 1912*, da autoria do Arquitecto Norte Júnior. Uma obra vivamente dominada pelo eclectismo revivalista que marcou o gosto de finais de século XIX e princípios do século XX. Dela só a fachada arruinada subsiste. Ainda nos lembramos, vagamente, de esta casa estar ocupada. Hoje, nem as palmeiras restam. Impedida a demolição desta *villa* por força do prémio que a distingue, ela foi deliberadamente destelhada para se degradar e ruir, na expectativa de o seu terreno poder, então, ser urbanizado. Uma actuação destruidora que, ao longo de quarenta anos, se revelou uma inutilidade: um Valmor é um Valmor e ela não se decide a cair.



**Figura 153.** Um exemplo de eclectismo arquitectónico na Alameda das Linhas de Torres, ela própria uma paisagem social muito ecléctica. Na primeira imagem, um palácio revivalista, inspirado no estilo gótico, próximo da vivenda de estilo Arte Nova, onde foi o externato Marquesa de Alorna (vd. Figura 124). Na segunda imagem, o Palácio Mitelo, um edifício do século XVII, propriedade da família do General Norton de Matos. Na terceira imagem o Palácio da *Quinta dos Ulmeiros*.



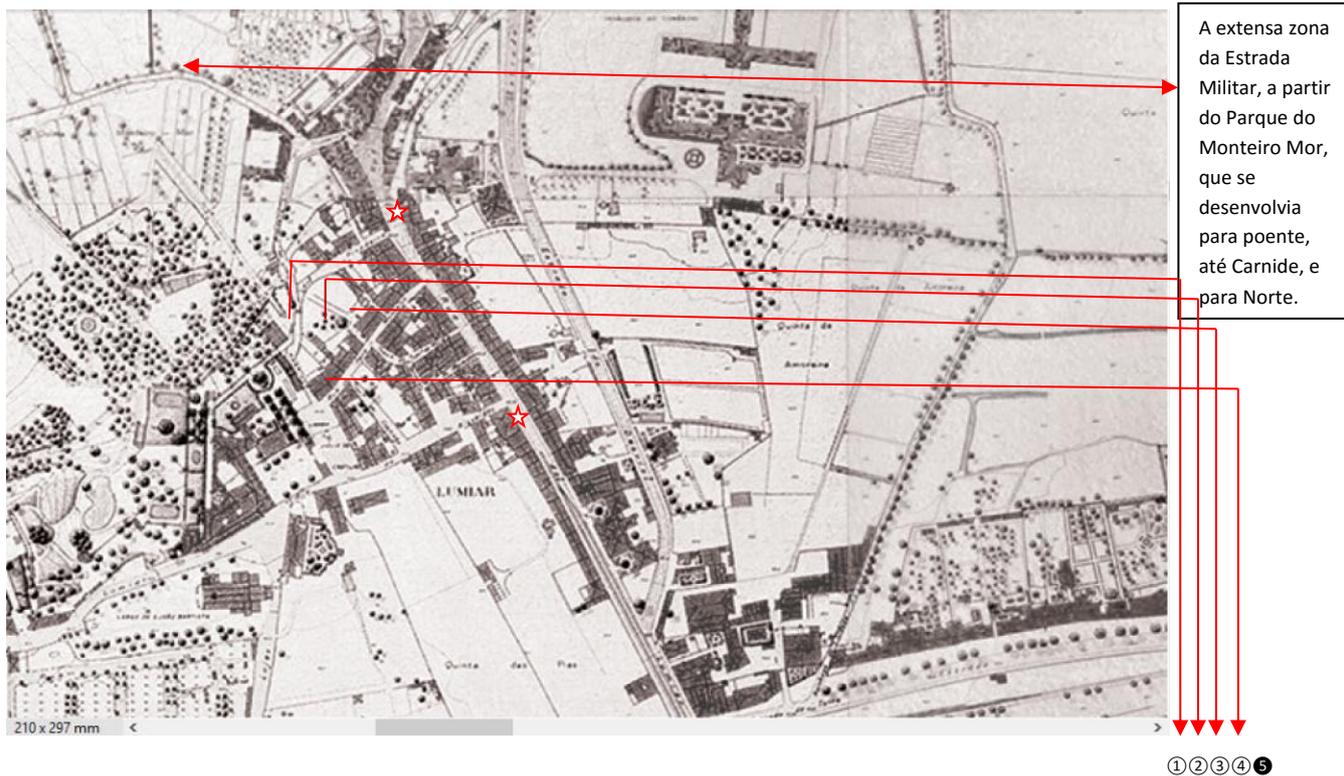
**Figura 154.** O espaço urbano da Alameda das Linhas de Torres afigura-se ser, também, um exemplo de ecletismo social. Aqui, porta com porta com *Villa Sousa* (na primeira imagem, à direita), encontramos pequenas casas populares, possivelmente uma pré-existência do anterior espaço rural. Todavia, como sucede com o antigo núcleo histórico do Lumiar, também a Alameda das Linhas de Torres está profundamente desfigurada e descaracterizada. Tal não resultou de um qualquer programa para se fazer um corte radical com o existente para ousar fazer *um novo*. As casas que existiam foram sendo sucessivamente destruídas, ou esperou-se que caíssem para, em seu lugar, se erigir habitação colectiva avulsa e desarticulada, destituída de um conceito ou de um pensamento e programa integrador. Só recentemente começaram a existir nesta Alameda edifícios que transmitem alguma impressão de terem sido pensados em articulação com lugar. Contudo, nela ainda subsistem – entre as poucas antigas casas de campo, vilas de recreio e poucos palácios que resistiram ao tempo e os muitos edifícios recentes – algumas pequenas casas degradadas e ao abandono. Até parece que elas ainda ali estão, apenas, porque... já lá estavam quando todas as outras chegaram e, só por isso, ali continuam, como sinais, para nos dar um teimoso testemunho da antiga memória da habitação popular do espaço rural. Nelas, apesar do seu estado, continua a morar gente.



**Figura 155.** Fachada da *Academia Musical Joaquim Xavier Pinheiro*, criada em 1888 (não temos informação sobre o seu patrono). É a mais antiga colectividade do Lumiar. Localiza-se na Alameda das Linhas de Torres, junto do antigo Estádio José Alvalade e perto do actual Alvalade XXI, o novo estádio do Sporting.



**Figura 156.** Fotografia *Campo Grande*, 1907. Uma vista aérea do campo e sede do Sporting Clube de Portugal, fundado em 1906. Na segunda imagem, uma panorâmica do Estádio José Alvalade, inaugurado em 1956. O Sporting era o clube de futebol com mais adeptos no Lumiar, reflexo de um arraigado bairrismo e espírito de comunidade que passa pela articulação dos indivíduos em torno de símbolos identitários que consolidam um sentido de pertença. Muitos habitantes do Lumiar organizavam-se para, quinzenalmente, alugarem ou partilharem viaturas próprias para acompanharem o Sporting pelo país nos jogos “fora de casa”. Contavam-se casos de “sacrifícios” de alguns “doentes” pelo clube (como se dizia) para, em alturas difíceis, não faltarem a estes jogos para não negarem o seu apoio ao Sporting.



**Figura 157.** A cartografia do Lumiar em 1950 (Gabinete de Estudos Olisiponenses) permite ver como o actual Lumiar está irreconhecível, pouco restando do lugar que ele era há, apenas, 60 anos. Vê-se no espaço à esquerda da rua do Lumiar uma densidade da malha urbana que, actualmente, se reduziu a parte da Rua do Lumiar (todos os edifícios que se desenvolviam a noroeste da Rua Direita do Lumiar, à esquerda e à direita do sinal ☆ foram demolidos). O mesmo sucedeu a sul, aproximadamente a partir do segundo sinal ☆, com as casas e quintas que se desenvolviam, de um lado e do outro, da Alameda das Linhas de Torres. Ao contrário do que sucedeu a nascente do Lumiar, o núcleo original e que tinha maior número de habitações que foram bruscamente arrasadas para passar a Avenida Padre Cruz, a demolição das casas e vivendas da Alameda foi um processo progressivo. Começou um pouco antes, para a construção de habitação colectiva em altura. Assinalado na carta desta a Figura. 1, localização aproximada das cavalariças e da vacaria pertencente ao Palácio Angeja/Palmela e do logradouro onde havia um cercado de madeira para os animais; 2, o espaço onde ficava o tanque das lavadeiras (o edifício, grande, não está aqui assinalado, mas ficava por detrás dos freixos, estes sim, representados e, à sua frente, a área murada para secar a roupa); 3, o espaço onde ficava a Junta de Freguesia e os balneários (estas instalações não estão, também, representadas; em frente, vêem-se dois edifícios, o da Sopa dos Pobres e a oficina); 4, as casas de Júlio de Castilho e de Luz Soriano, com os respectivos logradouros a retrós. Acima da linha azul, 5, uma perspectiva parcial da *Quinta de Santa Clara* e do conjunto do seu palácio e jardins. Ainda que na Freguesia da Ameixoeira, a imagem dá-nos uma visão do que, ainda recentemente, subsistia como um exemplo de uma antiga quinta de recreio.



**Figura 158.** O actual entorno da Casa Júlio de Castilho. Primeira imagem, a nascente e, na segunda, a Sul. Elas destacam a quase inexistência do núcleo histórico do Lumiar e a majestática presença da Avenida Padre Cruz. Na segunda imagem, quase a ser *mordida* pela avenida, a *casa da Glória*. (Imagem capturada em <https://maps.google.pt/maps?ll=38.7436266,-9.1602032&z=12&output=classic&dg=opt>).



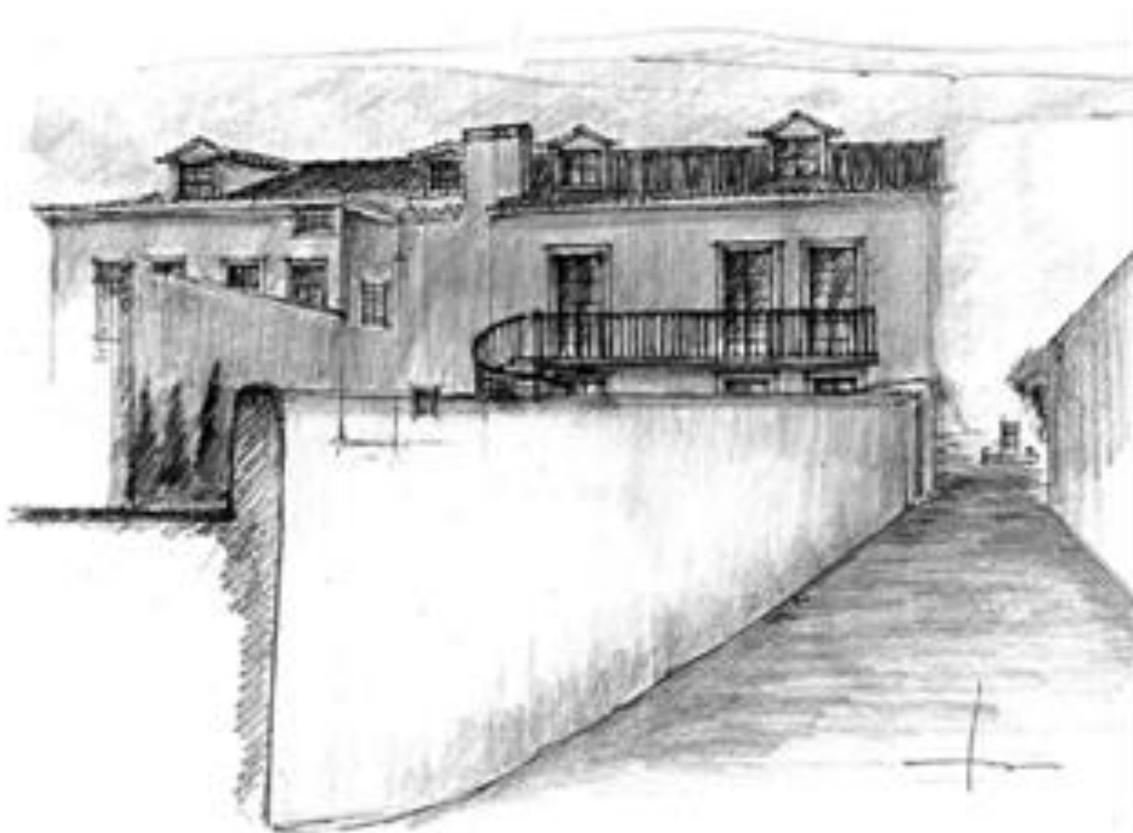
**Figura 159.** Grande plano da *casa da Glória*, um edifício setecentista, na Travessa do Coutinho, junto à Avenida Padre Cruz. Nos anos 20 e 30 do século XX a D. Joana afectou um salão desta sua residência a escola privada. Aqui, ela leccionava a instrução primária (o actual ensino básico) a alguns meninos e meninas do Lumiar. Esta casa permaneceu habitada até há cerca de 5 anos. Agora está ao abandono. Impressiona, desde que foi fechada, ver como ela decaiu tanto em tão pouco tempo, apesar de ser uma casa ampla, de traça invulgar e com potencial para ser reabilitada. É um edifício de dois pisos, com uma estrutura em L invertido. Tem um amplo pátio de entrada e, à direita, como era frequente nas antigas casas de recreio, um jardim murado, este sobrelevado e com duas janelas. À esquerda, a tardoz do muro do pátio, vislumbra-se um inútil vazio, no sítio onde foi a Casa das Belas, no Largo Júlio de Castilho. Ao fundo, por detrás dos telhados da *casa da Glória*, as centenárias sequóias do Parque do Monteiro Mor continuam a recortar o horizonte desta casa arruinada. Durante décadas, as sequoias maiores tinham ninhos de cegonhas. Estes, eram anualmente visitados pelas aves, para ali nascerem as crias. Os seus bicos faziam um ruído inconfundível. No final das tardes de Verão, o voo longo e lento das cegonhas adultas era uma visão de encanto e tranquilidade. Quase há trinta anos deixaram de se ver cegonhas na zona do Lumiar. A degradação ambiental do entorno terá levado as aves a abandonar os ninhos do jardim do Palácio Angeja/Palmela e os que, por aqui, tinham feito noutros sítios.



**Figura 160.** Duas imagens do estado do interior da Casa Júlio de Castilho. (Fotografias de Jorge Bonifácio, 2014).



**Figura 161.** Imagens da fachada frontal e do tardoz da Casa Júlio de Castilho. Elementos apresentadas na proposta e projecto do arquitecto Jorge Bonifácio para a reabilitação da casa (2014).



**Figura 162.** Imagens ilustrativas de elementos, apresentados na proposta de reabilitação, relativos à empena Oeste e fachada Norte da Casa Júlio de Castilho. Desta, um esquisso da possível futura perspectiva do edifício, vista a partir da Calçada do Picadeiro. (Desenho a lápis, da autoria do arquitecto Jorge Bonifácio, 2014). Compara-se com a imagem actual na Figura 14.



**Figura 163.** Conservar o espaço histórico deve significar a reabilitação do seu património, restituição da sua dignidade, recuperação do espírito do lugar e da memória dos que colectiva e individualmente o ocuparam ao longo do tempo.



**Figura 164.** Imagem da aguarela original de Júlio de Castilho. O largo e a casa como ele os representou, ao entardecer de um dia no início do séc. XX<sup>106</sup>.

<sup>106</sup> No verso da aguarela, na dedicatória deste trabalho oferecido pelo autor a D. Joanna Trancoso, consta: "Lembrança de sincera amizade de J. Castilho - Junho de 1916".

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

# Fontes e Referências Bibliográficas

## TESTEMUNHOS

As memórias do lugar que foram referidas ao longo do texto, sobretudo associadas às ilustrações, resultam de testemunhos de antigos moradores no núcleo urbano antigo do Lumiar. Destacamos especialmente, pela extensão e detalhe, os contributos dos informantes Miguel da Silva (1917-2010), José Pinto Frango (1921-1985), Fernanda Pinheiro (1923-1984), Maria Adelaide da Costa Nunes Soares de Carvalho (1924 -), Luís da Silva (1926-), Angelina de Jesus da Silva (1934 -), Justino Gomes Bessa (1940-) e Etelvina Nunes Moreira (1943-). Algumas memórias mais recentes têm origem na nossa própria vivência, na de Ana Clara Serra Baptista (1964 -) e nas lembranças que conservamos de relatos sobre o passado do Lumiar desde o início do século XX.

## BIBLIOGRAFIA<sup>107</sup>

ARAÚJO, Ilídio Alves de – Quintas de Recreio. **Bracara Augusta**. 1973. Nº 63, p. 321-331.

AREZ, Ana - A quinta e o Paço dos Mestres de Avis no Lumiar, actualmente integrados no Museu Nacional do Traje. **4<sup>as</sup> Jornadas Histórico Culturais do Lumiar (2008)**. Lisboa: Junta de Freguesia do Lumiar. 2010.

BOTÃO, Artur – Rua do Lumiar, centro vital: perfil sócio-económico do 3<sup>o</sup> quartel do séc. XX. **4<sup>as</sup> Jornadas Histórico Culturais do Lumiar (2008)**. Lisboa: Junta de Freguesia do Lumiar. 2010.

CALDAS, João Vieira – **A casa Rural nos Arredores de Lisboa no século XVIII**. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1999.

CANDEIAS, António – **Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX: os censos e as estatísticas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

DURKHEIM, Émile – **As regras do método sociológico**. Lisboa: Editorial Presença. 1984.

ELIAS, Norbert – **A sociedade dos indivíduos**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1993.

---

<sup>107</sup> Tendo recentemente tido conhecimento da obra *Monografia do Lumiar*, de Judite Matos e outros, apesar de não termos tido oportunidade de a consultar detalhadamente e dela não termos feito uso informativo, consideramos dever deixar aqui referência da existência desta publicação.

FERREIRA, Carlos Antero – **Valorizar e desenvolver as áreas de património classificado**. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico. 1992.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich – **Leçons sur la Philosophie de l'Histoire**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrain. 1979.

LOPES, Mário Sena – **Nota biográfica de Francisco Ferreira**. [Documento policopiado]. Lisboa. 2014.

MATOS, José Sarmiento de – Quinta de Recreio. **Dicionário de Arte Barroca em Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 398.

MESQUITA, Marieta Dá – **História da Arquitectura, uma proposta de investigação: o Palácio dos Marqueses de Fronteira como situação exemplar da arquitectura residencial erudita em Portugal**. [Documento policopiado]. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Dissertação de Doutoramento em História da Arquitectura. 1992.

PEREIRA, Paulo – **Património edificado: pedras angulares**. Lisboa: Aura Ensaios. 2005.

QUINTAS, Joana de Avelar Teixeira Califórnia – **Ações de Salvaguarda e Reabilitação do Património: o exemplo do Palácio Fronteira**. Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos. 2011.

REVEZ, Carlos; [et. al.] – **Mistérios do Paço do Lumiar: da fundação a Júlio de Castilho**. Lisboa: Centro Cultural de Telheiras. 2012.

RIBEIRO, Orlando – **Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico: estudo geográfico**. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 1963.

ROUSSEAU, Jean-Jacques – **O contrato social**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1974.

WESCH, Petra – **El Palácio Sanssouci: la residència de verano de Federico el Grande**. Múnic: Prestel. 2009.

## DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

AMEIXOEIRA – In: **WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre..** [Em linha]. 2014. Wikipédia. [Consult. 10 Jan.2015]. Disponível em WWW: <URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ameixoeira\\_\(Lisboa\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ameixoeira_(Lisboa))>

ALVES, Vera Lúcia Apolinário – **O fundo da Associação Protectora da Infância Desvalidae dos Pobres do Lumiar: Uma nova abordagem arquivística.** [Em linha]. 2012. Relatório de Estágio em Ciências da Informação e da Documentação: Arquivística . Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, Portugal. [Consult. 10 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL:<http://run.unl.pt/bitstream/10362/10170/1/Relat%C3%B3rio%20de%20Est%C3%A1gio.pdf>>

ANTÓNIO FELICIANO DE CASTILHO – In: **WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre.** [Em linha] 2014. Wikipédia. [Consult. 10 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio\\_Feliciano\\_de\\_Castilho](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Feliciano_de_Castilho)>

AREZ, Ana – **O Palácio e a Quinta do Monteiro-Mor no Paço do Lumiar.** Resumos das Actas CONGRESSO INTERNACIONAL DA APHA, 3º, Porto, 2004. Organizado pela Associação Portuguesa de Historiadores de Arte, 1-3. [Consult. 10 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.apha.pt/boletim/boletim4/resumos/AnaArez.pdf>>

BICLARANJA – Perna de Pau. [Em linha]. 2010a [Postado a 29 Maio de 2010]. [Consultado em 10 Janeiro 2015]. Disponível na WWW: <URL:<http://biclaranja.blogs.sapo.pt/2006/05/>>

BICLARANJA – Retiro da Perna de Pau...?! [Em linha]. 2010b. [Postado a 05 Junho de 2010]. [Consultado em 10 Janeiro 2015]. Disponível na WWW: <URL:<http://biclaranja.blogs.sapo.pt/453942.html?thread=5371958>>

CASTELO BRANCO Fernando – **Breve História da Olisipografia.** [Em linha]. Amadora: Ministério da Cultura e da Ciência, 1980. [Consult. 10 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=42&ved=0CCIQFJA  
BOCg&url=http%3A%2F%2Fvcv.instituto-camoes.pt%2Fconhecer%2Fbiblioteca-  
digitalcamoes%  
2Fpensamento-e-ciencia%2F159-159%2Ffile.html&ei=7xLgU-TwBseM7AbV-  
4DQDw&usq=AFQjCNE3KCxyOHmyo78ly3AlkgR72ICxpA](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=42&ved=0CCIQFJABOCg&url=http%3A%2F%2Fvcv.instituto-camoes.pt%2Fconhecer%2Fbiblioteca-digitalcamoes%2Fpensamento-e-ciencia%2F159-159%2Ffile.html&ei=7xLgU-TwBseM7AbV-4DQDw&usq=AFQjCNE3KCxyOHmyo78ly3AlkgR72ICxpA)>

COMISSÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DA BAIXA-CHIADO – **Baixa-Chiado: proposta de revitalização.** [Em linha]. 2006. Lisboa [?]: Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa-Chiado [?]. [Consultado em 10 Janeiro 2015]. Disponível na WWW: <URL:<http://www.jorgebarretoxavier.com/documentos/cadernosTematicos/Lisboa/2006%20Proposta%20de%20Revitaliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20Baixa-Chiado.pdf>>

DAMAS, Carlos Alberto – José Maria do Espírito Santo e Silva, de cambista a banqueiro, 1869-1915. [Em linha]. **Análise Social.** Nº 164. 2002, p. 851-878. [Consult. 10 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL:<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223312713W5oVZ8ze9Zs04AU8.pdf>>

DEPARTAMENTO DE PATRIMÓNIO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2014) – **A Estrada da Torre do Lumiar.** [Em linha] [postado a 16 de Setembro de 2014]. *Toponímia de Lisboa*. [Consult. 10 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL:<http://toponimialisboa.wordpress.com/2014/09/16/a-estrada-da-torre-do-lumiar/>>

DEPARTAMENTO DE PATRIMÓNIO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2014) – **São João num largo de Lisboa.** [Em linha] [postado a 24 Jul. 2014] *Toponímia de Lisboa*. [Consult. 10 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL:<http://toponimialisboa.wordpress.com/2014/06/24/sao-joao-num-largo-do-lumiar/>>

GARRETT, Almeida– No Lumiar. In: **Folhas Caídas**. [Em linha]. Porto: Porto Editora, 1859. (Consult. 10 Jan. 2015). Disponível em WWW: <URL:<http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=OCB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fcvc.instituto-camoes.pt%2Fconhecer%2Fbiblioteca-digitalcamoes%2Fliteratura-1%2F10501050%2Ffile.html&ei=B64NVJOCGc7paNuCgugB&usg=AFQjCNGpYpJkHVdwWhvSBWaZfizJNzd9IA&sig2=ss04o3-dr4NOZxIZP39skg>>

HENRIQUE TEIXEIRA SAMPAIO – In: **WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre**. [Em linha] 2014. Wikipédia. (Consult. 10 Jan. 2015). Disponível em WWW: <URL: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Henrique\\_Teixeira\\_de\\_Sampaio](http://pt.wikipedia.org/wiki/Henrique_Teixeira_de_Sampaio)>

JOSÉ ESTEVÃO COELHO DE MAGALHÃES – In: **WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre**. [Em linha] 2014. Wikipédia. [Consult. 10 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9\\_Est%C3%A9v%C3%A3o\\_Coelho\\_de\\_Magalh%C3%A3es](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Est%C3%A9v%C3%A3o_Coelho_de_Magalh%C3%A3es)>

JÚLIO DE CASTILHO – In: **WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre**. [Em linha]. 2014. Wikipédia. [Consult. 10 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/J%C3%BAlio\\_de\\_Castilho](http://pt.wikipedia.org/wiki/J%C3%BAlio_de_Castilho)>

LUMIAR – In: **WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre**. Wikipédia [Em linha]. 2014 [Consult. 10 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Lumiar>>

LUZ SORIANO – In: **WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre**. Wikipédia. [Em linha] (2014). [Consult. 10 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Luz\\_Soriano](http://pt.wikipedia.org/wiki/Luz_Soriano)>

MUSEU NACIONAL DO TEATRO – In: **WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre**. [Em linha] 2014. Wikipédia. [Consult. 10 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu\\_Nacional\\_do\\_Teatro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_Nacional_do_Teatro)>

MUSEU NACIONAL DO TRAJE – In: **WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre**. [Em linha] 2014. Wikipédia.[Consult. 10 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu\\_Nacional\\_do\\_Traje](http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_Nacional_do_Traje)>

NORA, Pierre – Entre memória e história: a problemática dos lugares. [Em linha]. **Projeto História**. Nº 10 (1993), p. 7-28. [Consult. 10 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>

OLIVEIRA-LEITÃO, André de – **O povoamento no baixo vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização: meados do século -início do século**. [Em linha]. (2011) (Dissertação de Mestrado em História Medieval. Faculdade de Letras, Departamento de História. Lisboa, Portugal. [Consult. 10 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL:[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6790/1/ulfl105410\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6790/1/ulfl105410_tm.pdf)>

PARQUE DO MONTEIRO-MOR – In: **WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre**. [Em linha] 2013. Wikipédia. [Consult. 10 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Parque\\_do\\_Monteiro-Mor](http://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_do_Monteiro-Mor)>

PERNA DE PAU – In: **BICLARANJA**. [Em linha]. Postado 29 Mai. 2010. [Consult. 10 Jan. 2015].

Disponível em WWW: <URL:<http://biclaranja.blogs.sapo.pt/2006/05/>>

PITA, Gonçalo Duarte – **Projecto Urbano: o Nó do Lumiar e a Entrada Noroeste de Lisboa**. [Em linha] 2012. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Instituto Superior Técnico. Lisboa, Portugal. [Consult. 10 Jan. 2015]. Disponível em WWW:<URL:<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395144981858/Relat%C3%B3rio%20de%20Projecto%20-%20Gon%C3%A7alo%20Duarte%20Pita.pdf>>

QUINTAS, Joana de Avelar Teixeira Califórnia – **Ações de Salvaguarda e Reabilitação do Património: o exemplo do Palácio Fronteira**. [Em linha]. 2011. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura. Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos. [Consultado em 10 Janeiro 2015]. Disponível na WWW: <URL:<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3306/1/dissertacao.pdf>>

REIS, Sofia Gomes dos Santos Vieira – **História e memória do Colégio Manuel Bernardes**. [Em linha] 2012. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade de Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Portugal. [Consult. 10 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.ie.ul.pt/pls/portal/docs/1/342035.PDF>>

RETIRO DA PERNA DE PAU– In: **BICLARANJA**. [Em linha]. Postado 05 Jun. 2010. (Consult. 10 Jan. 2015). Disponível em WWW: <URL:<http://biclaranja.blogs.sapo.pt/453942.html?thread=5371958>>

SILVA, Vera Maria da – **Representações do Seixal e da época no olhar de Jorge Almeida Lima**. [Em linha] 2010. Seixal: Câmara Municipal do Seixal. (Consult. 10 Jan. 2015). Disponível em WWW: <URL:<http://biblioteca.cmseixal.pt/Documentao/Iniciativas%20e%20Exposi%C3%A7%C3%B5es/Representa%C3%A7%C3%B5es%20do%20Seixal%20e%20da%20%C3%89poca%20no%20Olhar%20de%20Jorge%20Almeida%20Lima/Cat%C3%A1logo.pdf>>

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA, Faculdade de Arquitectura. Lisboa, Portugal. [Consult. 10 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL:<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3306/1/dissertacao.pdf>>

WIKIPÉDIA – Parque do Monteiro Mor. [Em linha, 2013] WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [Consultado em 10 Janeiro 2015]. Disponível na WWW: <URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Parque\\_do\\_Monteiro-Mor](http://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_do_Monteiro-Mor)>

WIKIPÉDIA– Ameixoeira. [Em linha, 2014a] WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [Consultado a 10 Janeiro 2015]. Disponível em WWW: <URL: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ameixoeira\\_\(Lisboa\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ameixoeira_(Lisboa))>

WIKIPÉDIA – António Feliciano de Castilho. [Em linha, 2014b] WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [Consultado a 10 Janeiro 2015]. Disponível na WWW: <URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio\\_Feliciano\\_de\\_Castilho](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Feliciano_de_Castilho)>

WIKIPÉDIA – Henrique Teixeira Sampaio. [Em linha, 2014c] WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [Consultado a 10 Janeiro 2015]. Disponível na WWW: <URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Henrique\\_Teixeira\\_de\\_Sampaio](http://pt.wikipedia.org/wiki/Henrique_Teixeira_de_Sampaio)>

WIKIPÉDIA – José Estevão. [Em linha, 2014d] WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [Consultado a 10 Janeiro 2015]. Disponível na WWW: <URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9\\_Est%C3%A7%C3%A3o\\_Coelho\\_de\\_Magalh%C](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Est%C3%A7%C3%A3o_Coelho_de_Magalh%C)

3%A3es>

WIKIPÉDIA – Júlio de Castilho. [Em linha, 2014e] WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [Consultado a 10 Janeiro 2015]. Disponível na WWW:

<URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/J%C3%BAlio\\_de\\_Castilho](http://pt.wikipedia.org/wiki/J%C3%BAlio_de_Castilho)>

WIKIPÉDIA – Lumiar. [Em linha, 2014f] WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [Consultado a 10 Janeiro 2015]. Disponível na WWW: <URL:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Lumiar>>

WIKIPÉDIA – Luz Soriano. [Em linha, 2014g] WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [Consultado a 10 Janeiro 2015]. Disponível na www: <URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Luz\\_Soriano](http://pt.wikipedia.org/wiki/Luz_Soriano)>

WIKIPÉDIA – Museu Nacional do Teatro. [Em linha, 2014h] WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [Consultado a 10 Janeiro 2015]. Disponível na WWW:

<URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu\\_Nacional\\_do\\_Teatro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_Nacional_do_Teatro)>

WIKIPÉDIA – Museu Nacional do Traje. [Em linha, 2014i]: a enciclopédia livre. [Consultado a 10 Janeiro 2015]. Disponível na WWW:

<URL:[http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu\\_Nacional\\_do\\_Traje](http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_Nacional_do_Traje)>

## REFERÊNCIAS DAS ILUSTRAÇÕES

Em alguns casos optámos por não reproduzir integralmente as figuras que apresentamos nestes apontamentos. Por necessidade de gestão de espaço e *layout* da paginação tivemos necessidade de efectuar ajustamentos à sua dimensão. A maioria das ilustrações apresentadas em *Apontamentos para um enquadramento histórico e cultural da Casa Júlio de Castilho* são imagens digitais recolhidas em documentos disponíveis na internet ou que resultaram de capturas efectuadas no *Google Maps*. Outras foram extraídas de documentos impressos ou de fotografias e desenhos privados e a sua fonte foi indicada na legenda. Reiteramos aqui a sua referência para eles surgirem sistematizados no conjunto das ilustrações. As imagens digitais a que recorreremos optamos por as apresentar conjuntamente com o seu endereço de URL (Uniform Resource Locator). Informamos que todos eles foram acedidos para verificação da sua operacionalidade a 18 de Janeiro de 2015.

Figura 1 – WWW: <URL:

[http://3.bp.blogspot.com/\\_BcKnG\\_zCe\\_k/SH5WLY6te8I/AAAAAAAAAB4s/o7LdUHXapVc/s1600-h/HPIM1383.jpg](http://3.bp.blogspot.com/_BcKnG_zCe_k/SH5WLY6te8I/AAAAAAAAAB4s/o7LdUHXapVc/s1600-h/HPIM1383.jpg)>

Figura 2 – WWW: <URL:<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/ERpacolumiar.pdf>>

Figura 3 – WWW: <URL:<https://www.youtube.com/watch?v=Doc8VBJSi9w>>

Figura 4 – WWW: <URL:<http://biclaranja.blogs.sapo.pt/397958.html?view=2561670>>

Figura 5 – WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKgqg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKgqg)>

Figura 6 – WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKgqg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKgqg)>

Figura 7 – WWW: <URL:<https://www.flickr.com/photos/azfred/4174176478/in/photostream/>>

Figura 8 – WWW: <URL:<http://www.viva-agenda.com/images/venues/1-nacional-traje.jpg>>

Figura 9 – 1ª imagem: WWW:

<URL:[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Museu do Traje 8422.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Museu_do_Traje_8422.jpg)>

2ª imagem: WWW: <URL:[http://www.museudotraje.pt/pt-](http://www.museudotraje.pt/pt-PT/O%20Museu/Museu%20e%20a%20sua%20casa/ContentDetail.aspx?id=266)

[PT/O%20Museu/Museu%20e%20a%20sua%20casa/ContentDetail.aspx?id=266](http://www.museudotraje.pt/pt-PT/O%20Museu/Museu%20e%20a%20sua%20casa/ContentDetail.aspx?id=266)>

Figura 10 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://luminaria.blogs.sapo.pt/tag/lumiar>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://monteiromor.blogspot.pt/>>

Figura 11 – 1ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

2ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

3ª imagem: WWW: <URL: [https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 12 – WWW: <URL:<http://monteiromor.blogspot.pt/>>

Figura 13 – WWW: <URL:<http://lisboadesaparecida.blogspot.pt/2014/10/a-camara-municipal-de-lisboa-trata.html>>

Figura 14 – WWW: <URL:<https://ambcvlumiar.wordpress.com/category/habitacao/page/3/>>

Figura 15 – WWW: <URL:<http://monteiromor.blogspot.pt/>>

Figura 16 – WWW: <URL:<http://monteiromor.blogspot.pt/>>

Figura 17 – WWW: <URL:

<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395144981858/Relat%C3%B3rio%20de%20Projecto%20-%20Gon%C3%A7alo%20Duarte%20Pita.pdf>>

Figura 18 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://biclax.blogspot.pt/2013/05/pequena-cronica-de-um-passeio-anunciado.html>>

2ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 19 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://revelarlx.cm-lisboa.pt/gca/?id=1434>>

2ª imagem: WWW: <URL:

<http://3.bp.blogspot.com/SsVpvPcQHlk/UWxx5H4sQal/AAAAAAAAAIRc/69OhfvimUV0/s1600/r+boneco.jpg>>

3ª imagem: WWW: <URL:<http://2.bp.blogspot.com/-sCgd7EEGw-U/UTEbkGwkjMI/AAAAAAAAAH2o/QeKs0Zfeln0/s1600/A6078.jpg>>

Figura 20 – WWW: <URL:<http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2010/07/calçada-de-carriche.html>>

Figura 21 – WWW: <URL:<http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2010/07/calçada-de-carriche.html>>

Figura 22 – WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 23 – WWW: <URL:<https://grupocomunitarioalta.files.wordpress.com/2012/03/chafariz.jpg>>

Figura 24 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://lisboahojeontem.blogspot.pt/2013/02/chafariz-das-moiras.html>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://lisboahojeontem.blogspot.pt/2013/02/chafariz-das-moiras.html>>

Figura 25 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://falandodopassado.blogspot.pt/2009/05/blog-post.html>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://coisasdoarco-da-velha.blogspot.pt/2006/11/lumiar.html>>

3ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 26 – 1ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

2ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 27 – 1ª imagem: WWW: <URL:[http://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](http://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://acultura.no.sapo.pt/indexLumiar.html>>

3ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

4ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 28 – 1ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/Imagem.aspx?ID=2108108&Mode=M&Linha=1&Coluna=1>>

Figura 29 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://www.jf-lumiar.pt/menu/servicos/submenu/instalacoes>>

2ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 30 – 1ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

2ª imagem: (BOTÃO, 2008, 157)

Figura 31 – 1ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

2ª imagem: WWW:

<URL:[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5063](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5063)>

Figura 32 – 1ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

2ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 33 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://peoniasemadreperola.blogspot.pt/2013/03/silva-porto.html>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://jimgs.fotosblogue.com/r598/Lisboa-de-1850-a-1974/62/>>

3ª imagem: WWW: <URL:<http://jimgs.fotosblogue.com/r598/Lisboa-de-1850-a-1974/35/>>

4ª imagem: (SILVA, 2010, 69).

Figura 34 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://jimgs.fotosblogue.com/r598/Lisboa-de-1850-a-1974/11/>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://jimgs.fotosblogue.com/r598/Lisboa-de-1850-a-1974/98/>>

Figura 35 – 1ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

2ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 36 – 1ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

2ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 37 – WWW: <URL:<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1374667>>

Figura 38 – WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 39 – 1ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://www.igogo.pt/nucleo-antigo-da-rua-do-lumiar/>>

Figura 40 – 1ª imagem: Fotografia de colecção particular

2ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 41 – (BOTÃO, 2008, 116)

Figura 42 – WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 43 – (BOTÃO, 2008, 139)

Figura 44 – (BOTÃO, 2008, 124)

Figura 45 – WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 46 – 1ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

2ª imagem: WWW:

<URL:<http://cdulumiar.blogs.sapo.pt/tag/defesa+do+patrim%C3%B3nio>>

Figura 47 – 1ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

2ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 48 – 1ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

2ª imagem: (BOTÃO, 2008, 142)

Figura 49 – 1ª imagem: (BOTÃO, 2008, 141)

2ª imagem: (BOTÃO, 2008, 140)

Figura 50 – 1ª imagem: (BOTÃO, 2008, 137)

2ª imagem: (BOTÃO, 2008, 136)

Figura 51 – WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 52 – (BOTÃO, 2008, 159)

Figura 53 – 1ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

2ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

3ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

4ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 54 – 1ª imagem: WWW: <URL: [http://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](http://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

2ª imagem: WWW: <URL: <http://bairrodaquintadacalcada.blogspot.pt/2012/09/bairro-da-quinta-da-calcada-1938-1992.html>>

Figura 55 – (BOTÃO, 2008, 119)

Figura 56 – 1ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

2ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 57 – WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 58 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://cinemasparaiso.blogspot.pt/2009/01/cinema-lumiar.html>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://citizengrave.blogspot.pt/2012/05/cinemas-onde-nao-vi-filmes-cinema.html>>

Figura 59 – WWW: <URL:<http://citizengrave.blogspot.pt/2012/05/cinemas-onde-nao-vi-filmes-cinema.html>>

Figura 60 – WWW: <URL:<http://www.museudoteatro.pt/en-GB/TheMuseum/Palace/ContentDetail.aspx>>

Figura 61 – WWW: <URL:<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74722>>

Figura 62 – WWW: <URL:<http://lisboasos.blogspot.pt/2009/07/sentimento-dum-ocidental.html>>

Figura 63 – WWW: <URL:<http://www.museudoteatro.pt/en-GB/TheMuseum/Palace/ContentDetail.aspx>>

Figura 64 – WWW: <URL:<http://photos1.blogger.com/img/292/2030/1024/P4201226.jpg>>

Figura 65 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://musgueirasul.files.wordpress.com/2013/03/122390431.jpg>>

2ª imagem: WWW: <URL:[http://www.jf-lumiar.pt/media/boletim16\\_original.pdf](http://www.jf-lumiar.pt/media/boletim16_original.pdf)>

Figura 66 – WWW: <URL:<http://borgesdealmeida.weebly.com/o-casal.html>>

Figura 67 – WWW: <URL:<http://mariomarzagaoalfacinha.blogspot.pt/2012/05/ilustre-desconhecido.html>>

Figura 68 – WWW: <URL:<http://lisboa.avesdeportugal.info/quintaconchas.html>>

Figura 69 – Imagem capturada em WWW: <URL:<https://maps.google.pt/maps?ll=38.7436266,-9.1602032&z=12&output=classic&dg=opt>>

Figura 70 – Imagem capturada em WWW: <URL:<https://maps.google.pt/maps?ll=38.7436266,-9.1602032&z=12&output=classic&dg=opt>>

Figura 71 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://www.pbase.com/diasdosreis/image/115084400>>

2ª imagem: WWW:

<URL:[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=10421](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10421)>

Figura 72 – WWW: <URL:[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3145](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3145)>

Figura 73 – 1ª imagem: capturada em WWW: <URL:<https://maps.google.pt/maps?ll=38.7436266,-9.1602032&z=12&output=classic&dg=opt>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://www.igogo.pt/casa-da-quinta-das-rosas-casa-da-quinta-das-fidalgas-pobres/>>

Figura 74 – WWW: <URL:<http://www.pbase.com/diasdosreis/image/123573323>>

Figura 75 – WWW: <URL:<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74722>>

Figura 76 – WWW: <URL:<http://www.pbase.com/diasdosreis/image/123573325>>

Figura 77 – WWW: <URL:<http://sapoencia.blogs.sapo.pt/2013/08/?page=3>>

Figura 78 – WWW: <URL:<http://www.igogo.pt/quinta-de-nossa-senhora-da-paz-quinta-do-caracol/>>

Figura 79 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://bairrodaquintadacalcada.blogspot.pt/2013/04/telheiras-parte-um.html>>

2ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 80 – WWW: <URL:<http://bairrodaquintadacalcada.blogspot.pt/2012/09/a-escola-de-telheiras.html>>

Figura 81 – 1ª imagem: WWW:

<URL:<http://bairrodaquintadacalcada.blogspot.pt/search/label/Azinhaga%20dos%20Barros>>

2ª imagem: WWW:

<URL:<http://bairrodaquintadacalcada.blogspot.pt/search/label/Estrada%20de%20Telheiras>>

Figura 82 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1360779>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://www.panoramio.com/photo/72346077>>

3ª imagem: WWW: <URL:[http://www.cm-](http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/jardim-da-quinta-de-santa-clara)

[lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/jardim-da-quinta-de-santa-clara](http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/jardim-da-quinta-de-santa-clara)>

Figura 83 – WWW: <URL:<http://www.musee-jacquemart-andre.com/fr/evenements/watteau-fragonard-fetes-galantes>>

Figura 84 – 1ª imagem: WWW: <URL:[http://www.museothyssen.org/en/thyssen/ficha\\_obra/212](http://www.museothyssen.org/en/thyssen/ficha_obra/212)>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://www.musee-jacquemart-andre.com/fr/evenements/watteau-fragonard-fetes-galantes>>

Figura 85 – WWW:

<URL:[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Boucher\\_ charmes de la vie champetre.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Boucher_charmes_de_la_vie_champetre.jpg)>

Figura 86 – 1ª imagem: WWW:

<URL:<http://christianjouglacrivain.hautetfort.com/archive/2012/08/08/la-poursuite-de-fragonard.html>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://enfinlivre.blog.lemonde.fr/files/2012/03/Berthe-Morisot-La-lecture-ou-lombrelle-verte-1873.jpg> >

Figura 87 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://fr.wahooart.com/A55A04/w.nsf/Opra/BRUE-8LT2WJ>>

2ª imagem: WWW:

<URL:<http://www.junglekey.com/search.php?query=Nicolas+Lancret+pintor+franc%C3%A9s&type=image&lang=en&region=us&img=1&adv=1>>

Figura 88 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://shdestherrense.com/home/o-que-e-um-convescote-anacronico/>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://www.gutenberg.org/files/40126/40126-h/40126-h.htm>>

3ª imagem: WWW: <URL:<http://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/a-importancia-do-iluminismo-frances-.htm>>

Figura 89 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://www.musee-jacquemart-andre.com/fr/evenements/watteau-fragonard-fetes-galantes>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://www.artexpertswebsite.com/pages/artists/lancret.php>>

Figura 90 – WWW: <URL:[http://www.musee-orsay.fr/en/collections/works-in-focus/painting/commentaire\\_id/the-angelus-3048.html?tx\\_commentaire\\_pi1%5BpidLi%5D=509&tx\\_commentaire\\_pi1%5Bfrom%5D=841&cHash=db39b6d96a](http://www.musee-orsay.fr/en/collections/works-in-focus/painting/commentaire_id/the-angelus-3048.html?tx_commentaire_pi1%5BpidLi%5D=509&tx_commentaire_pi1%5Bfrom%5D=841&cHash=db39b6d96a)>

Figura 91 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://www.gutenberg.org/files/32002/32002-h/32002-h.htm>>

2ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

3ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 92 – 1ª imagem: (REIS, 2011, 28)

2ª imagem: (REIS, 2011, 136)

Figura 93 – WWW: <URL:[http://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](http://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 94 – 1ª imagem: WWW: <URL:<https://www.youtube.com/watch?v=Doc8VBSj9w>>

2ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

3ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

4ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 95 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://www.igogo.pt/casa-de-campo-do-marques-de-angeja-vila-adelina/>>

2ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

3ª imagem: WWW: <URL:<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74722>>

Figura 96 – WWW: <URL:<http://mariomarzagaoalfacinha.blogspot.pt/2012/04/e-uma-pena-esquecerem-se-de-nos.html> >

Figura 97 – WWW: <URL:<http://casa.sapo.pt/Palacete-T6-ou-superior-Venda-Lisboa-Lumiar-Paco-do-Lumiar-tem.Piscina,Terraco,Aquecimento-Central,Cozinha-Equipada,Garagem-7ce652a4-822b-488a-b494-fa3bd99e848c.html>>

Figura 98 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74722>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74722>>

3ª imagem: WWW: <URL:<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74722>>

4ª imagem: WWW: <URL:<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74722>>

5ª imagem: WWW: <URL:<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74722>>

Figura 99 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://arrakis-melange.blogspot.pt/2011/03/jardins-e-museu-do-traje.html>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://arrakis-melange.blogspot.pt/2011/03/jardins-e-museu-do-traje.html>>

3ª imagem: WWW: <URL:<http://www.entreplanos.com/projectos/habitacao/Quinta-de-S-Sebastiao-Condominio-de-Habitacao/33/>>

Figura 100 – 1ª imagem: WWW:  
<URL:[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3145](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3145)>

2ª imagem: WWW:  
<URL:<https://www.facebook.com/Jardimquintanossasenhoadapaz/photos/a.569084213157217.1073741827.569079949824310/708706215861682/?type=1&theater>>

Figura 101 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://musgueirasul.wordpress.com/2013/03/28/qt-das-conchas-musgueira-sul/>>

2ª imagem: WWW:  
<URL:<http://fotos.sapo.pt/sempneminveja/fotos/?uid=iRckrz4Vzvz58JFI0Du1#grande>>

Figura 102 – 1ª imagem: WWW: <URL:<https://apaltodolumiar.wordpress.com/2010/05/18/visita-ao-parque-botanico-do-monteiro-mor/>>

2ª imagem: (AREZ, 2008, 70)

Figura 103 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://prosimetron.blogspot.pt/2012/10/casa-de-julio-de-castilho-no-lumiar.html>>

2ª imagem: WWW:  
<URL:[http://lisboadesaparecida.blogspot.pt/2014\\_11\\_01\\_archive.html](http://lisboadesaparecida.blogspot.pt/2014_11_01_archive.html)>

3ª imagem: WWW: <URL:[http://retalhosdebemfica.blogspot.pt/2012\\_01\\_01\\_archive.html](http://retalhosdebemfica.blogspot.pt/2012_01_01_archive.html)>

Figura 104 – capturada em WWW: <URL:<https://maps.google.pt/maps?ll=38.7436266,-9.1602032&z=12&output=classic&dg=opt>>

Figura 105 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://naturlink.sapo.pt/Lazer/Cultura-e-Natureza/content/Silva-Porto-e-a-Natureza-um-olhar-entre-o-realismo-e-o-naturalismo?viewall=true&print=true>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://www.wikiart.org/en/ant-nio-de-carvalho-da-silva-porto/a-ceifa-lumiar-1884>>

Figura 106 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74722>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://peoniasemadreperola.blogspot.pt/2013/03/silva-porto.html>>

Figura 107 – 1ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

2ª imagem: WWW: <URL:[http://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](http://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 108 – 1ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

2ª imagem: WWW: <URL:[http://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](http://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 109 – WWW: <URL:<http://capeiaarraiana.pt/2014/08/17/espera-dos-toiros-na-calcada-de-carriche/>>

Figura 110 – 1ª imagem: WWW: <URL:[http://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](http://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

2ª imagem: WWW: <URL:<https://figurasdaficcao.files.wordpress.com/2013/03/francisco-lc3a1zaro.png>>

Figura 111 – WWW: <URL:<http://jmgf.fotosblogue.com/r598/Lisboa-de-1850-a-1974/91/>>

Figura 112 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://biclaranja.blogs.sapo.pt/2006/05/>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://biclaranja.blogs.sapo.pt/453942.html?thread=5371958>>

Figura 113 – (PITA, 2012,27)

Figura 114 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://cdulumiar.blogs.sapo.pt/tag/Pa%C3%A7o+do+Lumiar>>

2ª imagem: WWW:  
<URL:<http://fotos.sapo.pt/manoliveira/fotos/?uid=Ar2189UzLz9YZglic0r8#normal>>

3ª imagem: WWW: <URL:<http://osverdesemlisboa.blogspot.pt/2014/10/palacete-da-quinta-de-nossa-senhora-da.html>>

Figura 115 – 1ª imagem: WWW:  
<URL:[http://www.panoramio.com/user/833635?with\\_photo\\_id=65804255](http://www.panoramio.com/user/833635?with_photo_id=65804255)>

2ª imagem: capturada em WWW:  
<URL:<https://maps.google.pt/maps?output=classic&dg=brw>>

3ª imagem: capturada em WWW:  
<URL:<https://maps.google.pt/maps?output=classic&dg=brw>>

4ª imagem: WWW:  
<URL:<http://cdulumiar.blogs.sapo.pt/tag/defesa+do+patrim%C3%B3niohttp://cdulumiar.blogs.sapo.pt/tag/defesa+do+patrim%C3%B3nio>>

Figura 116 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://geneall.net/pt/titulo/34/marqueses-de-alegrete/>>

2ª imagem: WWW: <URL:[http://microsite.scml.pt/reabilitar/single\\_pages/245.html](http://microsite.scml.pt/reabilitar/single_pages/245.html)>

Figura 117 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://luminaria.blogs.sapo.pt/2011/03/?page=2>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://restosdecolecção.blogspot.pt/2012/09/rtp-radiotelevisao-portuguesa.html>>

Figura 118 – WWW: <URL:<http://www.igogo.pt/edificio-modernista-na-rua-do-lumiar/>>

Figura 119 – capturada em WWW: <URL:<https://maps.google.pt/maps?ll=38.7436266,-9.1602032&z=12&output=classic&dg=opt>>

Figura 120 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://cdulumiar.blogs.sapo.pt/tag/lumiar>>

2ª imagem: WWW:  
<URL:<https://musgueirasul.wordpress.com/category/sociedade/page/6/>>

Figura 121 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://luminaria.blogs.sapo.pt/tag/lumiar>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://luminaria.blogs.sapo.pt/tag/lumiar>>

Figura 122 – Fotografia de colecção particular

Figura 123 – Fotografia de colecção particular

Figura 124 – 1ª imagem: capturada em WWW: <URL:<https://maps.google.pt/maps?ll=38.7436266,-9.1602032&z=12&output=classic&dg=opt>>

2ª imagem: WWW: <URL:[http://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKggg](http://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKggg)>

Figura 125 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://lisboasos.blogspot.pt/2009/07/sentimento-dum-ocidental.html>>

2ª imagem: WWW: <URL:<https://www.youtube.com/watch?v=Doc8VBSj9w>>

Figura 126 – 1ª imagem: WWW: <URL:[http://www.deficienciavisual.pt/r-Castilho-vida\\_e\\_obra.htm](http://www.deficienciavisual.pt/r-Castilho-vida_e_obra.htm)>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://biclaranja.blogs.sapo.pt/453942.html>>

3ª imagem: WWW: <URL:<http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.pt/2009/08/rua-luz-soriano-i.html>>

Figura 127 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://www.panoramio.com/photo/17902228>>

2ª imagem: WWW:

<URL:[http://lisboadesaparecida.blogspot.pt/2014\\_11\\_01\\_archive.html](http://lisboadesaparecida.blogspot.pt/2014_11_01_archive.html)>

Figura 128 – WWW: <URL:<https://www.youtube.com/watch?v=Doc8VBSj9w>>

Figura 129 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://www.entreplanos.com/en/projects/housing/Quinta-de-S-Sebastiao-Condominio-de-Habitacao/33/>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://www.igogo.pt/quinta-de-sao-sebastiao-quinta-de-sao-sebastiao-da-pedreira-quinta-do-roxo/>>

3ª imagem: WWW: <URL:[http://www.revistaimobiliaria.com.pt/?page\\_id=914](http://www.revistaimobiliaria.com.pt/?page_id=914)>

Figura 130 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://musgueirasul.wordpress.com/2013/03/28/qt-das-conchas-musgueira-sul/>>

2ª imagem: WWW: <URL:<https://ambcvlumiar.wordpress.com/2011/03/01/um-palacete-em-ruina-na-quinta-das-conchas-no-lumiar/>>

3ª imagem: WWW: <URL:<https://ambcvlumiar.wordpress.com/2011/03/01/um-palacete-em-ruina-na-quinta-das-conchas-no-lumiar/>>

Figura 131 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://luminaria.blogs.sapo.pt/tag/lumiar>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Lumiar>>

3ª imagem: WWW: <URL:<http://www.espacos-lisboa.com/venda-de-apartamento-t4-de-luxo-lumiar-lisboa-jardins-garagem-190961415.html>>

4ª imagem: WWW: <URL:<http://casas-de-luxo-em-portugal.blogs.sapo.pt/tag/condom%C3%ADnio+privado>>

Figura 132 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://jimgs.fotosblogue.com/r598/Lisboa-de-1850-a-1974/128/>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://jimgs.fotosblogue.com/r598/Lisboa-de-1850-a-1974/123/>>

Figura 133 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://jimgs.fotosblogue.com/r598/Lisboa-de-1850-a-1974/112/>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://jimgs.fotosblogue.com/r598/Lisboa-de-1850-a-1974/124/>>

Figura 134 – 1ª imagem: WWW:

<URL:<http://snirh.pt/index.php?idMain=5&idItem=7&Spalavra=&Salbun=&Salbun2=&Salbun3=&Sbacia=&pesquisa=1&pagina=20>>

2ª imagem: WWW:

<URL:[http://w3.ualg.pt/~jdiarias/GEOLAMB/GAn\\_Casos/Lisboa1967/GA35sup1967\\_CheiasLisboa.html](http://w3.ualg.pt/~jdiarias/GEOLAMB/GAn_Casos/Lisboa1967/GA35sup1967_CheiasLisboa.html)>

Figura 135 – WWW: <URL:<http://musgueirasul.wordpress.com/2013/03/>>

Figura 136 – WWW: <URL:<https://ambcvlumiar.wordpress.com/2010/11/19/avaliacao-negativa-ao-edificado-do-bairro-da-cruz-vermelha-no-lumiar/>>

Figura 137 – 1ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKgqg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKgqg)>

2ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKgqg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKgqg)>

Figura 138 – 1ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKgqg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKgqg)>

2ª imagem: WWW: <URL:<https://ambcvlumiar.files.wordpress.com/2011/02/estrada-da-torre-2.jpg>>

3ª imagem: WWW: <URL:<http://luminaria.blogs.sapo.pt/tag/lumiar>>

Figura 139 – 1ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKgqg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKgqg)>

2ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKgqg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKgqg)>

Figura 140 – WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKgqg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKgqg)>

Figura 141 – 1ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKgqg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKgqg)>

2ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKgqg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKgqg)>

Figura 142 – WWW: <URL:<http://www.panoramio.com/photo/52941761>>

Figura 143 – WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKgqg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKgqg)>

Figura 144 – WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKgqg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKgqg)>

Figura 145 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://luminaria.blogs.sapo.pt/tag/lumiar>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://luminaria.blogs.sapo.pt/tag/lumiar>>

Figura 146 – WWW: <URL:<https://toponimialisboa.wordpress.com/2013/07/page/2/>>

Figura 147 – 1ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKgqg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKgqg)>

2ª imagem: WWW: <URL:[https://www.youtube.com/watch?v=g3F\\_sqdKgqg](https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKgqg)>

Figura 148 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1360779>>

2ª imagem: capturada em WWW: <URL:<https://maps.google.pt/maps?ll=38.7436266,-9.1602032&z=12&output=classic&dg=opt>>

Figura 149 – 1ª imagem: (PITA, 2012, 47)

2ª imagem: (BOTÃO, 2008, 164)

Figura 150 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://jimgs.fotosblogue.com/r598/Lisboa-de-1850-a-1974/8/>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://jimgs.fotosblogue.com/r598/Lisboa-de-1850-a-1974/25>>

Figura 151 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://jimgs.fotosblogue.com/image/1205349393-jpg/>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/palacio-do-conde-de-vimioso>>

Figura 152 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2014/10/premios-valmor-de-arquitectura-2.html>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://tlimtlimxabregas.blogs.sapo.pt/2008/09/>>

Figura 153 – 1ª imagem: WWW:  
<URL:<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=563620&page=22>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://luminaria.blogs.sapo.pt/tag/lumiar>>

3ª imagem: WWW: <URL:<http://lisboasos.blogspot.pt/2008/09/uma-pena.html>>

Figura 154 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://luminaria.blogs.sapo.pt/tag/lumiar>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://luminaria.blogs.sapo.pt/tag/lumiar>>

Figura 155 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://luminaria.blogs.sapo.pt/tag/lumiar>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://luminaria.blogs.sapo.pt/tag/lumiar>>

Figura 156 – 1ª imagem: WWW: <URL:<http://jimgs.fotosblogue.com/r598/Lisboa-de-1850-a-1974/44/>>

2ª imagem: WWW: <URL:<http://sorisomail.com/skanda/1-id-pps.html>>

Figura 157 – (PITA, 2012,27)

Figura 158 – 1ª imagem: capturada em WWW: <URL:<https://maps.google.pt/maps?ll=38.7436266,-9.1602032&z=12&output=classic&dg=opt>>

2ª imagem: capturada em WWW: <URL:<https://maps.google.pt/maps?ll=38.7436266,-9.1602032&z=12&output=classic&dg=opt>>

Figura 159 – WWW: <URL: <https://ambcvlumiar.wordpress.com/2011/03/14/casa-setecentista-em-ruina-travessa-do-coutinho-%E2%80%93-lumiar/>>

Figura 160 – 1ª imagem: fotografia do Arquitecto Jorge Bonifácio (2014)

2ª imagem: fotografia do Arquitecto Jorge Bonifácio (2014)

Figura 161 – 1ª imagem: Elementos do projecto para a reabilitação da casa Júlio de Castilho da autoria do Arquitecto Jorge Bonifácio (2014)

2ª imagem: elementos do projecto para a reabilitação da casa Júlio de Castilho da autoria do Arquitecto Jorge Bonifácio (2014)

Figura 162 – 1ª imagem: elementos do projecto para a reabilitação da casa Júlio de Castilho da autoria do Arquitecto Jorge Bonifácio (2014)

2ª imagem: desenho a lápis da autoria do Arquitecto (2014)

Figura 163 – WWW: <URL:<https://ambcvlumiar.wordpress.com/2010/03/24/casa-onde-viveu-julio-castilho-em-ruina-%E2%80%93-paco-lumiar-%E2%80%93-lisboa/>>

Figura 164 – WWW: <URL:<http://www.pcv.pt/lot.php?ID=63157#.VKX8LXu8-QE>>

## POSFÁCIO

## Posfácio

A vertente acentuadamente patrimonialista que a publicação periódica digital "*O Ideário Patrimonial*" tem vindo a manifestar desde 2013, justifica o lançamento da sua versão com trabalhos de investigação individuais, protagonizada pela *Vade-mécum*\_Série Monográfica, agora, em finais de 2015.

A grande preocupação dos agentes que desenvolvem trabalho na área da Cultura reflecte-se, também, na tentativa de preservação do edificado para memória futura.

"*Apontamento para um enquadramento histórico e cultural da Casa Júlio de Castilho*" da autoria de Vera Maria da Silva é um excelente exemplo metodológico do muito que há a fazer em matéria de preservação e conservação do nosso património identitário, que nos define como Nação.

Este número 1 é um "*grito de alerta*" para o estado de degradação de grande parte do nosso Património - que vamos *alegremente* perdendo - ainda que com ele co-existamos, e por ele passemos todos os dias, nos mesmos horários, mas correndo, correndo sempre.

Este primeiro número de *Vade-mécum* representa uma vitória sobre o *auto-esquecimento histórico* que nos impomos, pois há que acompanhar os ritmos da *aldeia global*; é exaustivamente memorialista, testemunhando um comprometimento pessoal com a produção cultural. É também um verdadeiro depoimento de um agente cultural que alerta para a dialéctica do processo histórico, partilhando connosco as marcas humanas que se foram perdendo na trajectória da *praxis* cultural portuguesa.

9 de Novembro de 2015

Ana Pinto da Cruz

